

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA



**MOBILIZAÇÕES GLOBAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
REDIMENSIONANDO O DEBATE DEMOCRÁTICO**

Tiago Menna Franckini
Pelotas, 2014.

TIAGO MENNA FRANCKINI

DISSERTAÇÃO

**MOBILIZAÇÕES GLOBAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
REDIMENSIONANDO O DEBATE DEMOCRÁTICO**

Trabalho acadêmico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Alcides Robertt Niz

Pelotas, 2014

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

F823m Franckini, Tiago Menna

Mobilizações globais no Brasil contemporâneo :
redimensionando o debate democrático / Tiago Menna
Franckini ; Pedro Robertt, orientador. — Pelotas, 2014.

112 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política,
Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Democracia. 2. Manifestações de junho de 2013. 3.
Ernesto Laclau. 4. Boaventura de Sousa Santos. 5. Michael
Hardt e Antonio Negri. I. Robertt, Pedro, orient. II. Título.

CDD : 321.4

Aos meus alunos e alunas, sem os quais esta dissertação provavelmente teria sido terminada há muito tempo.

AGRADECIMENTOS

A Gabriela de Moraes Kyrillos, minha esposa, por ter acreditado em mim mais do que eu mesmo e por ter me apoiado incondicionalmente durante essa caminhada longa e trabalhosa. Eu não poderia ter encontrado companhia melhor, para o amor, a reflexão e a vida. Obrigado por tudo. Que eu possa sempre ser, para ti, um companheiro tão compreensivo e bem disposto quanto tens sido para mim.

A José Carlos Franckini e a Maria Helena Franckini, meu pai e minha mãe, por terem me proporcionado oportunidades exigindo apenas que eu não as desperdiçasse. Minhas realizações são, também, suas.

A Eunice Lopes de Moraes, pela presença e pelo carinho.

A meus alunos e alunas. Apesar da dedicatória jocosa, o fato é que a sala de aula é um ambiente de aprendizado e reflexão também para o professor. É provável que, sem os prazerosos e cansativos compromissos de preparar aulas e lecionar, esta dissertação tivesse, de fato, sido terminada antes – mas sem as reflexões suscitadas por vocês ela teria perdido muito em qualidade e, pelo aprofundamento que me proporcionaram, agradeço imensamente.

A Pedro Robertt, orientador e amigo, por ter me concedido pela primeira vez o privilégio de trabalhar com um profissional que, ao assumir a posição de orientador, de fato orienta. A paciência e a compreensão que demonstrou diante de minhas falhas e ausências são tão louváveis quanto sua dedicação e sua capacidade de transformar uma pesquisa em um aprendizado para a vida e a carreira. Que um dia eu possa ser um orientador tão bom quanto fostes – mas que tenha melhores orientandos.

A Cristian Corrêa de Magalhães Menna, Alana Domit Bittar, Maika Pires Milezzi, Gabriel Nogueira Valente, Larissa Floriano Almeida, Ângelo Urrutia Vargas, Sheila Stolz, Ana Clara Corrêa Henning, Débora Ferrazzo, Daiane Jardim, Tom Maximila, Juliana Morosino e Germanna Lopes. Por que sem amigos as coisas continuam a ser possíveis – mas não valem a pena.

Aos cidadãos e cidadãs brasileiras que, através do pagamento de impostos, oportunizaram o pagamento de minha bolsa pela CAPES. Que este trabalho expresse um retorno relevante à sociedade.

A Léo Peixoto Rodrigues, pelas excelentes aulas, que oportunizaram um importante incremento em minha formação, mas principalmente por ser um exemplo de profissional como professor e pesquisador.

A Daniel de Mendonça, pelas contribuições a este trabalho quando da defesa. Certamente serão úteis em desenvolvimentos ulteriores da pesquisa.

A Luciana Ballestrin, por ter demonstrado interesse nesta dissertação e por ter feito contribuições inestimáveis quando da defesa.

A Ligia Helena Hahn Lüchmann e Ilse Scherer-Warren, pelas observações e orientações no que diz respeito às questões dos movimentos sociais, das mobilizações e da democracia.

A Pedro Henrique Conte, pelo auxílio na organização dos dados – especialmente pela transcrição da entrevista do Programa Roda Viva.

A Celi Regina Jardim Pinto, pelas contribuições quando da qualificação desta dissertação.

RESUMO

FRANCKINI, Tiago Menna. **MOBILIZAÇÕES GLOBAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: REDIMENSIONANDO O DEBATE DEMOCRÁTICO**. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2014.

Esta pesquisa parte da análise das manifestações de junho de 2013 no Brasil e se dedica a realizar um procedimento de tradução que procura encontrar preocupações isomórficas entre os significados que a democracia assume para os participantes das manifestações e para alguns autores relevantes da esquerda acadêmica contemporânea (notadamente Santos, Laclau, Hardt e Negri). Para melhor cumprir esta tarefa, optamos por organizar a dissertação em dois capítulos. No Capítulo I (Quadro de Referência Teórico-Político) explicitamos a quais autores nos referimos, quais os critérios adotados para selecioná-los e qual o sentido geral que a ideia de democracia apresenta no interior de suas obras, de modo a explicitar todo o conteúdo teórico necessário para a formulação do instrumento heurístico de tradução. No Capítulo II (Metodologia e Análise dos Dados) realizamos algumas reflexões metodológicas gerais para, em seguida, apresentar o mecanismo heurístico de tradução que desenvolvemos com base nas discussões do Capítulo I e aplica-lo a análise documental de reportagens que incluem entrevistas jornalísticas com participantes das manifestações, de modo a identificar as aproximações e os afastamentos entre seu discurso e o discurso dos autores que elegemos como representantes da esquerda acadêmica contemporânea. Os resultados vão no sentido de reconhecer que o sentido das manifestações esteve (e continua a estar) em permanente disputa.

Palavras-chave: Democracia; Manifestações; Junho de 2013; Ernesto Laclau; Boaventura de Sousa Santos; Michael Hardt e Antônio Negri.

ABSTRACT

FRANCKINI, Tiago Menna. **MOBILIZAÇÕES GLOBAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: REDIMENSIONANDO O DEBATE DEMOCRÁTICO**. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2014.

This research analyzes the demonstrations of June 2013 in Brazil, trying to achieve a translation that seeks to find similar elements between the meaning that "democracy" assumes to the participants of the demonstration and the meaning that it assumes to some important authors of the contemporary left (mainly Santos, Laclau, Hardt e Negri). To better achieve this task, the text is divided in two chapters. In Chapter I, we describe the theory of each of the authors we chose to compose or framework, explaining the general meaning that "democracy" acquires in their work, as a way of creating the necessary grounds for the development of our translation instrument. In Chapter II, we trace some general metodological reflections as a way of introducing the translation instrument that we developed based in the content of chapter I – said instrument is, then, applied in the interpretation of journalistic interviews with demonstrators, trying to identify the similarities and differences between their discourse and the discourse of the contemporary academic left. The results seem to point to the fact that the meaning of the protests isn't fixed and continues to be the object of dispute.

Keywords: Democracy; Demonstrations; June of 2013; Ernesto Laclau; Boaventura de Sousa Santos; Michael Hardt e Antônio Negri.

SUMÁRIO

Introdução.....	07
Capítulo I – Quadro de Referência Teórico-Político	12
Capítulo II – Metodologia e Análise dos Dados	51
2.1. Meditações Metodológicas	51
2.2. Democracia em Quatro Níveis	71
2.2.1. Traduzindo as vozes das ruas: sentidos da democracia nas manifestações	79
2.3.1. Nível Material	80
2.3.2. Nível Administrativo	87
2.3.3. Nível Sociocultural	90
2.3.4. Nível Epistemológico	96
2.3.5. Sentidos em Disputa: consensos, dissensos e vazios.....	102
Conclusão	106
Referências.....	109

INTRODUÇÃO

O ano de 2011 foi marcado por uma curiosa sinergia entre acontecimentos históricos em diversos lugares do mundo. Na península arábica e no norte da África, milhões de cidadãos e cidadãs que viviam longos períodos de governos autoritários saíram às ruas para protestar contra a opressão, com ações que variaram desde pequenas manifestações até conflitos armados generalizados e formas extremas de protesto, incluindo autoimolação. Na Espanha arrasada pela crise, com uma taxa de desemprego juvenil de 48%¹ diversos movimentos organizados foram às ruas lutar por melhores condições de vida e por democracia real, marcando o mês de maio com protestos diversos, em sua maioria pacíficos. Por fim, e sintomaticamente, nos Estados Unidos da América, o movimento *Occupy Wall Street* foi até o coração do sistema financeiro exigir responsabilidade fiscal e protestar contra a crescente concentração de renda, bradando que são os 99% - e exigindo que os 1% restantes fossem responsabilizáveis por suas ações. Essas são apenas as mais divulgadas dentre as muitas mobilizações multitudinárias que apareceram nos mais diversos pontos do globo. A natureza global e quase epidêmica dos protestos motivou o pensador marxista esloveno Slavoj Žižek a se referir a 2011 como “O Ano em que Sonhamos Perigosamente” (2012b). Mas o legado das manifestações se estende para além de 2011 de modo que dois anos depois as multidões continuaram a se insurgir ao redor do mundo.

O Brasil, no entanto, parecia viver um momento bastante distinto quando comparado aos locais em que tais mobilizações eclodiram. Ao contrário do que ocorre na Espanha e nos Estados Unidos, a concentração de renda parece estar diminuindo. Ao contrário do que ocorre no mundo árabe, a democracia parece estar consolidada e envolver uma variada gama de direitos e garantias. Nestas afirmações, “parece” é a palavra-chave.

Os governos de Lula e Dilma têm sido chamados, segundo a expressão de Emir Sader (2013), de “pós-neoliberais”. Apesar da acumulação de prefixos emprestar à expressão um certo ar de ridículo, talvez o rótulo seja preciso de uma forma insuspeita até mesmo para Sader. A teoria social contemporânea tende a empregar o prefixo “pós” como um atalho simples para lidar com temas complexos,

¹ Dados disponíveis em: <http://www.ine.es/>

uma forma de indicar continuidade e ruptura ao mesmo tempo – sem necessariamente precisar onde está a continuidade e onde está a ruptura. Dessa forma, quando se fala em pós-colonialidade, a ideia é de que a colonialidade não acabou de todo: expandiu-se, passou a funcionar por outros meios e gerou consequências diversas. Já quando o tema é pós-modernidade, tem-se presente a vaga ideia de que o projeto da modernidade está, de alguma forma, esgotado, mas permanece certa confusão a respeito de se estamos falando de um paradigma distinto, ou apenas do desenvolvimento lógico mais extremo da era moderna. E quanto ao pós-neoliberalismo? Seria possível dizer que o neoliberalismo não acabou, mas passou a funcionar por outros meios? Onde se encontram a continuidade e a ruptura? Estes governos estão operando a partir de um paradigma distinto, ou estaremos diante do desenvolvimento lógico mais extremo da era neoliberal?

A intenção desta pesquisa não é fazer uma avaliação dos governos pós-neoliberais no Brasil: estas perguntas (em boa medida retóricas) têm aqui o papel de relativizar a diferença que se demarca entre o Brasil e os outros lugares que foram palco de protestos ao redor do mundo. Se, por um lado, as estatísticas indicam que a miséria e a desigualdade social vêm diminuindo no Brasil², o que é um aspecto de ruptura com relação ao neoliberalismo, não se pode perder de vista o fato de que 42% do orçamento da União de 2013 foi destinado ao pagamento de juros e amortização da dívida³, o que é um aspecto de continuidade e mantém uma fronteira muito clara entre a forma como os 1% e os 99% são tratados pelo Estado.

Quanto à estabilidade da democracia, a execução sistemática da população da periferia e do povo negro⁴, a total truculência com relação aos povos indígenas⁵ e a reação violenta aos recentes protestos têm demonstrado que continua a haver grande seletividade na ação da polícia, que, em determinados espaços e tempos (e especialmente contra determinados grupos), as forças repressivas continuam a agir como se ainda estivéssemos sob um regime ditatorial (os chamados “campos de exceção”, de Agamben, 2004) – em contraste com o controverso “ditabranda”⁶ da

² Dados disponíveis em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>

³ Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=50&sub=654&sec=8>

⁴ O Mapa da Violência no Brasil indica que morrem 139% mais negros do que brancos na faixa dos 15 a 24 anos. Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/mapa2012_cor.php

⁵ Tal truculência pode ser demonstrada em diversos casos, desde o dos Guarani-Kaiowá em outubro de 2012 até o dos Munduruku em março deste ano.

⁶ No dia 17 de fevereiro de 2009 o jornal Folha de São Paulo veiculou um editorial em que afirmava

Folha de São Paulo, este estado de coisas tem sido qualificado pelos manifestantes como uma “democradura”.⁷

É neste contexto, com semelhanças e diferenças com relação ao contexto internacional, que as manifestações de caráter global chegaram ao Brasil. Os movimentos Indignados e *Occupy* ganharam contrapartes brasileiras de mesmo nome, baseadas nos movimentos espanhol e estadunidense, mas essas “versões brasileiras” jamais ganharam a notoriedade ou alcançaram o grau de organização e mobilização de suas irmãs do Norte. Foi apenas em 2013, com os recentes movimentos pela diminuição do preço da passagem de ônibus, que algo semelhante a uma “primavera Brasileira” começou a ocorrer. Tais mobilizações adquiriram um caráter radical e plural, ampliaram-se para além do escopo do Movimento Passe Livre e passaram a envolver manifestações que vão desde protestos pacíficos até a destruição de bens públicos e privados, e com reivindicações que, partindo da diminuição da passagem de ônibus, se diversificaram e complexificaram de forma extrema, abarcando protestos contra a corrupção, em prol da saúde e da educação, pelo impeachment da presidenta Dilma, a favor de um golpe militar, pelo fim do Estado, contra a copa do mundo etc.

Se o atual governo apresenta elementos de ruptura e de continuidade com relação ao neoliberalismo, o que resta problematizar é contra quais destes elementos as manifestações estão se levantando. A diversidade de reivindicações sugere que é possível que pautas de tendências profundamente distintas (desde o conservadorismo até a esquerda radical) tenham convivido e se articulado de diversas formas no interior do movimento, de modo que é altamente provável que as insatisfações e reivindicações a partir das quais se interpela o governo e o Estado sejam mutuamente excludentes. Qualquer que seja o caso, uma palavra tem emergido no discurso dos manifestantes de forma central – uma palavra cujo sentido parece merecer uma investigação mais profunda: democracia.

que a ditadura brasileira não havia sido tão violenta assim, qualificando-a, com um trocadilho, de ditabranda”. Houve grande controvérsia e a reação dos grupos de esquerda foi imediata. O termo ditabranda em si não é novo, tendo sido empregado em espanhol (“dictablанда”) várias vezes em referência a ditaduras latino-americanas, frequentemente por simpatizantes e agentes dos regimes.

⁷ A expressão foi usada por um manifestante durante uma conversa informal e tem sido empregada de forma mais ou menos generalizada nas redes sociais on-line. Também possui antecedentes. O par dictablанда/democradura foi utilizado com liberdade pelos meios de comunicação durante a transição democrática no Uruguai.

É sabido que o tema da democracia tem sido discutido por grandes setores da esquerda acadêmica contemporânea tendo, muitas vezes, substituído o socialismo ou se articulado com ele para formar uma grande utopia da esquerda. Sendo assim, grandes mobilizações que formulam suas exigências em termos de democracia tendem a ser recebidas por este setor da esquerda acadêmica com otimismo – estaríamos diante do alvorecer de outro mundo possível.

Nesta pesquisa, nos identificamos explicitamente com os ideais de diversos autores desta corrente e nos entregamos com afinho a tentar aferir se este otimismo é, em algum grau, justificado. Para tentar oferecer uma resposta aproximada a esta questão a grande pergunta que se coloca é: os sentidos atribuídos pelos manifestantes à palavra “democracia”, possuem alguma equivalência com o sentido que os autores desta esquerda acadêmica atribuem ao termo? Sendo assim, esta pesquisa se dedica a realizar um procedimento de tradução que procura encontrar preocupações isomórficas entre os significados que a democracia assume para os participantes das manifestações e para os autores escolhidos. Para melhor cumprir esta tarefa e com o fim de organizar as ideias, esta dissertação encontra-se dividida em dois capítulos e dois apêndices curtos.

No Capítulo I (Quadro de Referência Teórico-Político) explicitamos a quais autores nos referimos, quais os critérios adotados para selecioná-los e qual o sentido geral que a ideia de democracia apresenta no interior de suas obras, de modo a explicitar todo o conteúdo teórico necessário para a formulação do instrumento heurístico de tradução. No Capítulo II (Metodologia e Análise dos Dados) realizamos algumas reflexões metodológicas gerais para, em seguida, apresentar o mecanismo heurístico de tradução que desenvolvemos com base nas discussões do Capítulo I e aplica-lo a análise documental de reportagens que incluem entrevistas jornalísticas com participantes das manifestações, de modo a identificar as aproximações e os afastamentos entre seu discurso e o discurso dos autores que elegemos como representantes da esquerda acadêmica contemporânea.

No Apêndice A, realizamos uma breve discussão sobre questões epistemológicas, relativas à verdade e ao conhecimento. Embora este não seja um tema central para a discussão acerca das manifestações, ele é caro aos autores que trabalhamos no Capítulo I, para os quais a questão da democracia e a questão da verdade estão intimamente ligadas. No começo do primeiro capítulo, partimos de

algumas posições epistemológicas que nos servem de pressuposto e balizam todo o restante da discussão. Como nos pareceu inadequado afirmar a impossibilidade da construção de verdades fundantes sem oferecer argumentos para sustenta-la e igualmente inadequado começar uma dissertação sobre movimentos sociais e democracia discutindo ciência e verdade, o Apêndice A surgiu como uma solução.

Nesta pesquisa, partimos do entendimento de que as mobilizações de junho não foram movimentos sociais. Essa afirmação possui consequências importantes para a dissertação e a lógica que escolhemos construir aqui, escusando-nos, por exemplo, da obrigação de discorrer longamente e de debater em profundidade as diversas teorias dos movimentos sociais que a sociologia política tem desenvolvido e discutido nos últimos anos. Compreendemos, entretanto, que essa ausência não fala por si e que a distinção entre as mobilizações e os movimentos deve ser realizada de forma explícita. No Apêndice B, procuramos justificar esta distinção, ao mesmo tempo que apresentamos (de forma breve) algumas teorias dos movimentos sociais, procurando identificar em que medida elas podem contribuir para a reflexão acerca de mobilizações multitudinárias como as de junho. Realizada esta breve introdução, resta passar ao Capítulo I e examinar os autores que nos servem de base.

CAPÍTULO I: QUADRO DE REFERÊNCIA TEÓRICO-POLÍTICO

Do ponto de vista epistemológico, desenvolvimentos teóricos tanto antigos quanto recentes, especialmente da metade do século XX em diante, têm sugerido que o conhecimento objetivo da realidade é impossível e que a incerteza é parte fundamental e incontornável do processo de construção do conhecimento. Este trabalho parte desse entendimento e sustenta que a incerteza possui implicações políticas e teóricas ao mesmo tempo que, embora simples de compreender, são profundas em suas consequências.

A primeira e mais óbvia consequência da incerteza é a **humildade**. Com isto, o que se quer dizer é que, como qualquer afirmação possui uma falta fundamental que lhe é constitutiva e que não pode ser superada por artifício algum, há grandes vantagens em reconhecer essa falta e em ter consciência dela. Do ponto de vista teórico, a humildade significa reconhecer que qualquer teoria não passa de um modelo explicativo do real, com ênfase na palavra modelo – isto é, trata-se sempre de uma simplificação, de uma aproximação, de uma versão dos fatos, mas nunca de uma descrição ou explicação fiel dos fatos em si, mesmo quando estamos falando das ciências pretensamente “duras”, como a física. Do ponto de vista político, a humildade significa em primeiro lugar reconhecer o óbvio, ou seja: que as próprias opiniões e ideologias não possuem nenhuma primazia ou superioridade com relação as opiniões e ideologias alheias. Isto deve ser considerado o óbvio, pois esta é justamente a característica mais básica da política: o fato de que ela lida com questões indecidíveis. Assim sendo, no momento em que a incerteza demonstra que todas as questões são, em última instância, indecidíveis, o que isso significa é que todas as questões são questões políticas, todos os discursos são discursos políticos e todos os atos são atos políticos.

A incerteza, a humildade e o papel central da política na realidade social sugerem que seja desejável a existência de um **pluralismo** de métodos, ideologias, resultados, opiniões, regras, ideias etc. Pluralismo é a valorização e o fomento da diversidade. O próprio Feyerabend (1989), já destacava a importância do pluralismo na ciência, estabelecendo que O Método Científico deveria abrir espaço para métodos científicos variados e que a própria ciência não pode ser considerada como possuindo um estatuto epistemológico privilegiado quando comparada a outras narrativas. Esse argumento pode ser generalizado para incluir qualquer outra forma

de conhecimento, inclusive culturas inteiras. O conhecimento humano não pode ser encarado como um edifício coerente que prossegue da base ao topo (se assim o fosse, estaria construído sobre pilares de areia e sal), mas sim como uma caixa de ferramentas, cada uma com seu rol limitado, mas necessário, de aplicações. Nesse sentido, é positivo e desejável que se fomentem formas de conhecimento que são distintas e mesmo incomensuráveis entre si, uma vez que é muito mais útil ter uma caixa de ferramentas variada do que ter dezenas de martelos.

Infelizmente, a tendência ocidental tem sido a de assumir uma postura antipluralista e de negar o potencial e a importância das outras culturas e das formas de conhecimento alternativas. É nesse sentido que Boaventura de Sousa Santos (2010a; 2010b) fala em desperdício de experiência e argumenta que o processo eurocêntrico de colonização, ao cometer o genocídio de diversos povos, comete também o epistemicídio dos saberes que a eles correspondem, para mais tarde descobrir que eles poderiam ser de grande valia na resolução de problemas globais que afetam a humanidade como um todo. Para retornar à nossa metáfora da caixa de ferramentas, seria mais ou menos como jogar fora todas as outras ferramentas para depois se surpreender ao perceber que não se pode consertar tudo a marteladas.

A partir daí, podemos inferir que uma consequência necessária do pluralismo é a **decolonialidade**. Sabe-se que o colonialismo, isto é, as relações políticas de dominação entre metrópole e colônia, relegaram à humanidade diversos efeitos perversos que continuam a existir mesmo após o fim do período colonial. Ao conjunto destes efeitos se costuma chamar de colonialidade, de modo que a decolonialidade seria o compromisso teórico e político de desconstruí-los. A decolonialidade é uma consequência necessária do pluralismo uma vez que o desperdício de experiência é inadmissível, e é uma consequência necessária da incerteza uma vez que não há nenhuma forma objetiva de definir quais culturas são superiores às demais. Assim sendo, o respeito à autodeterminação dos povos (inclusive dentro das fronteiras de um mesmo país) e a tentativa de remediar e prevenir genocídios e epistemicídios são relevantes não apenas pelas utilidades diversas que esses povos e culturas possam vir a ter, mas também e principalmente pelo valor intrínseco que eles possuem.

Todos esses pontos (a humildade, a centralidade da política, o pluralismo e a decolonialidade) culminam naquela que consideramos a consequência última e mais

importante da incerteza: a necessidade da **democracia**. Cabe aqui esclarecer que, por democracia, não nos referimos ao sistema político representativo que se tornou hegemônico no Ocidente. Democracia, aqui, é um conceito que se pretende universalizável, emancipatório e contra-hegemônico e que significa em primeiro lugar a ausência completa e a rejeição radical do fundamentalismo.

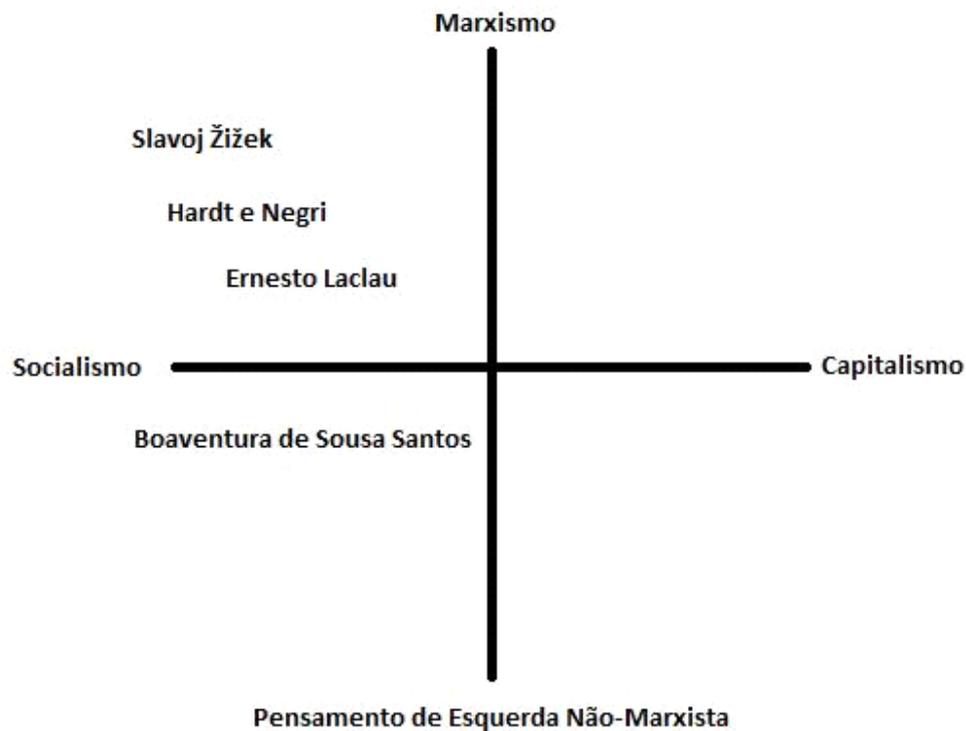
Fundamentalismo, no contexto deste trabalho, significa simplesmente a certeza inabalável de que as próprias crenças correspondem à realidade. Assim sendo, o fundamentalismo é uma atitude que inviabiliza a democracia e que, de certa forma, pode ser descrita como diametralmente oposta à humildade. Neste trabalho, a humildade teórica e política é um pressuposto básico, de modo que, uma vez que reconheçamos que todo discurso é um discurso político e que todo ato é um ato político, não podemos deixar de reconhecer que esta dissertação, em especial, também o é. Nesta sessão nos dedicaremos a explicitar e desenvolver o quadro de referência teórico-político que guia este projeto, cientes de que ele parte de escolhas e pontos de vista pessoais que, apesar de informados a partir de uma longa revisão teórica, são em última instância arbitrários.

Nosso referencial se sustenta principalmente a partir das contribuições teórico-políticas de alguns autores importantes da esquerda contemporânea. Neste ponto, seguimos de perto Therborn, que em sua obra a respeito dos caminhos históricos e teóricos do pensamento crítico, intitulada “Do Marxismo ao Pós-Marxismo” (THERBORN, 2012), divide os pensadores da esquerda atual em quatro setores, a partir de dois critérios: 1 – Se aderem ao socialismo ou ao capitalismo; 2 – Se são marxistas ou se adotam um pensamento de esquerda não-marxista. O resultado dessa sistematização é apresentado em forma de plano cartesiano, que reproduzimos abaixo sem nenhuma modificação digna de nota.



FONTE: Therborn, 2012, p. 132

Nossa intenção é partir de autores que podem ser localizados facilmente neste plano, estruturando um quadro teórico que nos permita pensar a respeito de democracia e movimentos sociais para além das teorias que tem se firmado como hegemônicas nestes dois campos. Nesta subseção nos concentraremos em cinco destes autores: Slavoj Žižek, Ernesto Laclau, Antonio Negri, Michael Hardt (os quatro localizados firmemente no quadrante superior esquerdo, segundo a caracterização do próprio Therborn) e Boaventura de Sousa Santos (que Therborn não aborda em sua obra, mas que julgamos ser melhor classificado no quadrante inferior esquerdo).



ADAPTADO DE: Therborn, 2012, p. 132

Estes autores nos interessam por motivos variados: suas concepções teóricas em nível mais geral, suas visões a respeito da Democracia e dos movimentos sociais e, quando apropriado, suas recentes avaliações específicas acerca das mobilizações globais relevantes para esta pesquisa.

Boaventura de Sousa Santos pode ser caracterizado como um teórico pós-colonial e pós-moderno, desde que se entenda adequadamente o sentido que estes rótulos assumem no contexto específico de sua obra. Santos (2006) traça uma distinção entre pós-modernismo celebratório e pós-modernismo de oposição. Ambos partem da ideia de que a modernidade está esgotada, mas significam esta ideia de formas diferentes. As duas visões têm em comum uma série de características:

(...) a crítica do universalismo e da unilateralidade da história, das totalidades hierárquicas e das metanarrativas; a ênfase na pluralidade, na heterogeneidade, nas margens ou periferias; epistemologia construtivista ainda que não niilista ou relativista (SANTOS, 2006, p. 30)

A diferença fundamental é que a concepção celebratória comemora o fim das metanarrativas e a fragmentação de forma mais ou menos acrítica, enquanto a pós-modernidade de oposição percebe estes elementos como pontos de partida com

potenciais interessantes para a construção de um outro paradigma teórico e social. O ponto que se deve ter em mente aqui é que a modernidade deixou de cumprir várias de suas promessas, enquanto cumpriu outras em excesso (SANTOS, 2008). As promessas cumpridas em excesso dizem respeito principalmente ao desenvolvimento científico e tecnológico, enquanto as promessas que deixaram de se cumprir estão relacionadas mais com a diminuição da desigualdade e com a promoção de um modelo de sociedade mais justo (SANTOS, 2008).

Nesse sentido, é necessário reconhecer que a modernidade foi construída a partir de certos valores, notadamente liberdade, igualdade e solidariedade (SANTOS, 2006, p. 27). As concepções celebratórias de pós-modernidade tomam o relativo fracasso do projeto moderno como uma evidência de que estes valores em si é que deveriam ser abandonados, enquanto a pós-modernidade de oposição advogada por Santos argumenta que eles são fundamentais para a construção do novo paradigma e para reinventar a emancipação social “(...) propondo uma nova teoria crítica que, ao contrário da teoria crítica moderna, não convertesse a ideia de transformação emancipatória numa nova forma de opressão social” (SANTOS, 2006, p.27). Pós-modernistas celebratórios caem no paradoxo de criticar a modernidade enquanto aceitam acriticamente a sociedade produzida por ela – já o pós-modernismo de oposição critica a modernidade, em grande medida, justamente por sua incapacidade de produzir uma organização social satisfatória. Assim sendo, pós-modernidade, na concepção de Santos (2006; 2008) significa precisamente que continuam a existir problemas modernos, para os quais não é possível encontrar soluções modernas.

É importante destacar que as formulações de Santos se referem principalmente à modernidade ocidental. A modernidade ocidental nunca foi um sistema que pretendesse estender suas vantagens para o mundo inteiro – pelo contrário, ela sempre pressupôs um outro oprimido em seu projeto, uma periferia a ser explorada para viabilizar o cumprimento das promessas modernas no centro. O *ego cogito* de Descartes foi, nesse sentido, precedido pelo *ego conquiro* de Hernán Cortés, em sua importância fundadora para a modernidade (DUSSEL, 2005). Dito de outra forma, o “penso, logo existo” teria sido precedido por um “conquisto, logo existo” como lógica fundadora da modernidade em sua face colonial. A partir dessa percepção, Santos (2006) passa a matizar sua própria posição reconhecendo que a ideia de pós-modernidade (mesmo a de pós-modernidade de oposição) parece estar

em sintonia com a descrição que a modernidade ocidental faz ou fez dela mesma, ignorando a descrição feita por suas vítimas, pelas vítimas do sistema colonial. Para que essa descrição possa ser incorporada e para que ajude a pensar o novo paradigma social e epistemológico seria necessário que essa visão pós-moderna fosse complementada por uma visão pós-colonial. O pós-colonialismo surge aqui a partir da exigência de aprender com o Sul (entendido como metáfora para designar os oprimidos) e pode ser compreendido como:

(...) um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações foram constituídas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. (...) o caráter constitutivo do colonialismo faz com que ele seja importante para compreender, não só as sociedades não ocidentais que foram vítimas do colonialismo, mas também as próprias sociedades ocidentais, sobretudo os padrões de discriminação social que nelas vigoram. A perspectiva pós-colonial parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis (SANTOS, 2006, p. 28)

Combinar uma visão pós-moderna de oposição com uma visão pós-colonial resulta em um arcabouço teórico que possibilita criticar a modernidade tanto interna quanto externamente. Isso faz com que emergjam potencialidades interessantes, mas não deixa de criar tensões internas bastante problemáticas. Estas tensões emergem por conta da convicção de Santos (2006, p. 28) de que "(...) a cultura política ocidental é hoje tão indispensável quanto inadequada para compreender e transformar o mundo". Nesse sentido, não são apenas os valores de liberdade, igualdade e solidariedade que são relevantes, mas também construções teórico-políticas notadamente ocidentais, como direitos humanos e democracia.

A partir daí, o problema passa a ser o de como reconstruir esses conceitos em uma perspectiva intercultural. Intelectuais pós-coloniais têm dado respostas diversas a esta questão. Joaquin Herrera Flores (2009), ao tratar da questão dos direitos humanos, reconhece a origem ocidental do conceito e a entende tanto como um obstáculo quanto como uma informação relevante para a construção de uma perspectiva intercultural dos direitos humanos, uma vez que o reconhecimento da ocidentalidade do conceito permite compreender suas limitações, no que diz respeito a sua pretensão de universalidade. Assim, Direitos Humanos e Democracia não são

universais *a priori*, mesmo por que não existem universais *a priori*, mas são universalizáveis. É conhecida a formulação de Ernesto Laclau, segundo a qual “(...) o universal nada mais é do que um particular que em algum momento se tornou dominante (...)”. A própria modernidade, enquanto universal, é fruto do esforço de um particular (ocidental e europeu) que pretendeu se tornar dominante. A diferença é que, no caso de uma proposta emancipatória, a hegemonia deve ser construída a partir de um diálogo, e não de uma imposição colonial.

Boaventura de Sousa Santos entende esse diálogo necessário como um procedimento de tradução. A partir da leitura de Raimon Panikkar, Santos resgata a ideia de uma Hermenêutica Diatópica. Esta ideia parte do reconhecimento de que as diversas culturas, sendo apenas partes, são incompletas e não conseguem, sozinhas, fornecer soluções relevantes para o todo global (nossa metáfora do martelo e da caixa de ferramentas). Seria necessário, portanto, recorrer a uma Hermenêutica Diatópica, isto é, a um procedimento de tradução intercultural que opere a partir do reconhecimento de preocupações isomórficas nas diferentes culturas, promovendo um diálogo entre elas (SANTOS, 2006, 2008).

Assim, a ideia ocidental de Direitos Humanos teria correspondentes na cultura hindu e na cultura islâmica, respectivamente as ideias de *Dharma* e *Umma*. *Dharma itálica* diz respeito principalmente a uma concepção hindu de harmonia, correção e consistência das coisas, vistas a partir de uma visão holística (SANTOS, 2006, p. 449) enquanto a noção de *Umma* se refere a “(...) comunidade étnica, linguística ou religiosa de pessoas que são o objeto do plano divino de salvação.” (SANTOS, 2006, p. 450). As três concepções teriam, na perspectiva de Santos, algo a dizer umas as outras, desde que fossem trabalhadas em uma perspectiva de tradução intercultural.

A concepção ocidental de Direitos Humanos aparece, a partir das noções de *Dharma* e de *Umma*, como excessivamente centrada no indivíduo e nos direitos individuais. A partir do topos do *Dharma*, ela aparece como uma ideia incompleta por não estabelecer a ligação entre o indivíduo e o cosmos, visto que, do ponto de vista hindu, o próprio fato do indivíduo possuir direitos deriva de sua localização em uma ordem cósmica mais ampla (SANTOS, 2006, p. 449). A partir do topos de *Umma*, Direitos Humanos aparece como uma ideia incompleta por não fornecer elementos que possibilitem fundar os laços necessários para a sobrevivência e prosperidade de qualquer agrupamento social (SANTOS, 2006, p. 450). Ambas as concepções podem, juntas, contribuir para que o ocidente amplie o rol daqueles que estão

incluídos sob sua concepção de direitos humanos, passando a incluir a natureza, as gerações futuras e a comunidade, trabalhando de forma mais adequada a ideia de direitos coletivos e desvinculando o direito a ter direitos da capacidade de ter deveres (SANTOS, 2006, pp. 449-450). Por outro lado, as concepções islâmica e hindu podem aprender com o ocidente, principalmente no que diz respeito ao tratamento de questões de direitos individuais (SANTOS, 2006, pp. 449-450).

Embora a ideia de tradução aplicada aos direitos humanos seja certamente interessante, a razão pela qual ela tem um lugar importante neste trabalho é completamente diferente. Nosso argumento é o de que a hermenêutica diatópica não precisa ocorrer apenas entre o ocidente e as sociedades não-ocidentais, mas entre quaisquer pares nos quais possam ser identificadas “culturas” distintas. Cada distinção entre uma cultura e outra, cada linha abissal traçada pelo pensamento ocidental moderno (no sentido de SANTOS, 2010) oculta uma nova distinção dentro de si e a separação entre as culturas prossegue como um conjunto de bonecas russas: há uma separação entre cultura ocidental e culturas não-ocidentais, mas dentro da cultura ocidental há uma separação entre cultura científica e cultura do senso comum, dentro da cultura científica há uma separação entre as “duas culturas” das ciências naturais e das humanidades e assim por diante. A ideia chave para nós é a de que, dados os mecanismos heurísticos adequados, procedimentos de tradução podem ser realizados entre quaisquer pares de culturas que possam ser localizados no esquema que esboçamos aqui. Nesse sentido, parte da intenção deste trabalho é dar os primeiros passos na direção de um procedimento de tradução entre os discursos presentes nas manifestações e as preocupações teórico-políticas de setores importantes da esquerda acadêmica, procurando encontrar isomorfias entre os conceitos de democracia que estão implícitos nas falas dos atores das manifestações e nas formulações teóricas dos autores que escolhemos para compor nosso quadro de referência teórico-político.

Assim sendo, embora as ideias de pós-modernidade de oposição e de pós-colonialidade nos sejam caras, esta noção de tradução intercultural é, provavelmente, a principal contribuição da perspectiva de Boaventura de Sousa Santos a este trabalho. Partimos do reconhecimento de que existem diversos modelos de democracia (Deliberativa, Participativa, Comunicativa etc) e que estes modelos não são capazes de, isoladamente, apreender os fenômenos democráticos

em sua complexidade, tendendo sempre a lançar luz sobre alguns aspectos, enquanto mantém outros ocultos. Todos os modelos são, a um só tempo, descritivos e normativos, de modo que não só pretendem interpretar a realidade democrática, mas também propor um determinado curso de ação para o aprofundamento da democracia. O modelo participativo, por exemplo, argumenta que uma ampliação do número de participantes tem o potencial para tornar as decisões mais democráticas, construindo as políticas públicas a partir da participação direta dos cidadãos e das opiniões por eles expressadas. O modelo deliberativo, por outro lado, se preocupa menos a respeito quem participa e mais a respeito de como ocorre o processo de tomada de decisão, argumentando que as decisões políticas serão melhores quanto mais racional for o processo. É comum argumentar que o modelo participativo preocupa-se com quantidade e não qualidade, enquanto que o modelo deliberativo faz o contrário (PEREIRA, 2007). Estes são apenas dois pequenos exemplos da infinidade de modelos de democracia que pululam na teoria democrática, dos quais Mark Warren chega a destacar mais de quinze (2000).

Tipicamente, trabalhos de pesquisa que partem da democracia como um conceito central tendem a utilizar-se de uma pequena seleção destes diversos modelos como base teórica para o debate acerca do tema. No que diz respeito aos propósitos deste trabalho, acreditamos que tal abordagem apresentaria uma série de desvantagens importantes e partimos do reconhecimento da existência dos modelos para tomar um caminho distinto acerca da discussão em torno da democracia.

Os diversos modelos de democracia são parte fundamental da teoria política atual e apresentam utilidades e potencialidades analíticas diversas. Quando se trata, por exemplo, de analisar ou propor mecanismos democráticos específicos, a discussão em torno dos modelos é fundamental. Conforme argumentamos em trabalhos anteriores (STOLZ, FRANCKINI, KYRILLOS, 2010), o aprofundamento da democracia passa necessariamente pela construção de uma visão mais pluralista e menos maniqueísta do que a democracia é ou pode vir a ser. Nesse sentido, já é amplamente reconhecido no campo acadêmico que não faz sentido contrapor radicalmente a democracia representativa à democracia participativa e que participação e representação são, ambas, parte da realidade democrática hodierna e ferramentas importantes para o aprofundamento da democracia. Essas duas observações (e a segunda, em particular) poderiam ser estendidas sem grandes

dificuldades para todos ou quase todos os principais modelos de democracia. Quando se trata de tornar a democracia liberal/representativa/formal mais democrática, o uso de diversos modelos de democracia (e de diversas lógicas de representação) se faz necessário, desde que se entenda o alcance destes modelos de uma forma suficientemente pluralista e mais técnica do que substantiva.

O argumento aqui é o de que nenhum modelo de democracia é capaz de explicar o que é a democracia em seu sentido mais profundo, mesmo porque a tarefa da qual eles se ocupam é outra. A formulação e discussão de modelos democráticos concerne muito mais às formas de alcançar a democracia do que ao debate acerca do que a democracia em si é. Quando se entende que a pergunta colocada pelos modelos não é tanto “o que é a democracia”, mas sim “como realizar a democracia” ou “que formas a democracia pode assumir”, se percebe que a aplicabilidade da discussão em torno dos modelos é limitada. Quando se trata de analisar a democracia realmente existente ou de propor desenhos institucionais de mecanismos democráticos específicos, aplicar uma pluralidade de modelos na construção da análise pode ser uma boa estratégia. Quando, por outro lado, se trata de discutir o sentido político mais profundo do termo “democracia” os tipos e modelos que a teoria democrática contemporânea oferece tendem a trazer consigo mais aporias do que esclarecimentos, se traduzindo em um labirinto repleto de becos sem saída. Em última instância, democracia é, necessariamente, um conceito polissêmico, ou, mais precisamente, um significante vazio em termos laclauianos, cujo significado há de ser construído a partir de articulações discursivas que revelam opções políticas.

No campo da política eleitoral e administrativa essas opções frequentemente giram em torno de considerações pretensamente pragmáticas que reduzem a democracia a uma figura de retórica – em nome da democracia é possível realizar ações que parecem, em algum sentido, profundamente antidemocráticas, como os golpes e as invasões militares. É este tipo de fenômeno que Laclau (2010) tem em mente quando argumenta a respeito da importância dos significantes vazios para a política. Consideramos, entretanto, que, quando se trata de uma discussão teórica inserida em uma pesquisa acadêmica, não é aceitável que um dos conceitos centrais permaneça como um significante vazio. Nesse sentido, entendemos que seja nossa tarefa “preencher” esse significante com um significado mais preciso, e o

fazemos a partir de uma construção teórica que acreditamos ser capaz de produzir um quadro de referência com potencialidades analíticas relevantes.

Partimos aqui de um conjunto de autores que, apesar de restrito, representa um setor importante da esquerda acadêmica contemporânea. Neste capítulo, demonstraremos que, malgrado as diversas diferenças em termos de teorização e abordagens, é possível reconhecer entre eles um conceito de democracia mais ou menos implícito que pode ser extraído de um exame cuidadoso de sua obra. A proposta deste trabalho é, a partir da análise do conteúdo teórico e político do pensamento dos autores, por um lado, e da fala dos participantes das manifestações, por outro, tentar trazer à luz as aproximações e os afastamentos entre as concepções implícitas de democracia que animam uns e outros. Diante da pluralidade radical de reivindicações que animaram as manifestações de junho este projeto se caracteriza por uma tentativa de localizar os pontos em que os manifestantes se aproximam de uma ideologia progressiva que, do nosso ponto de vista pessoal apresenta potencialidades positivas de transformação futura da realidade social.

Sendo assim, a ideia, neste projeto, é a de empregar um instrumento heurístico que permita a tradução das preocupações expressas nas manifestações em termos de “democracia”, conforme ela tem sido entendida pela teoria política contemporânea, em especial entre os autores selecionados aqui. Assim sendo, propomos uma “grelha teórica”, no sentido de Bardin (2009) e consideramos que a democracia pode ser compreendida em quatro níveis, quais sejam: 1 – Administrativo; 2 – Material; 3 – Sociocultural; 4 – Epistemológico.

O nível administrativo envolve a forma como as decisões acerca da coisa pública são tomadas e diz respeito aos espaços em que essas decisões ocorrem. As principais discussões teóricas acerca do nível administrativo se dão em torno de questões sobre representação e participação, que buscam determinar quais espaços são legítimos e qual a melhor forma de tomar as decisões políticas. O nível material diz respeito ao acesso aos direitos e à disponibilidade de bens e serviços básicos. As principais discussões teóricas a seu respeito se dão acerca da problematização entre democracia formal/procedimental e democracia material/substantiva e giram em torno de saber se a dignidade humana é um pré-requisito para o funcionamento da democracia, um resultado esperado dos procedimentos democráticos, ambas as coisas, ou nenhuma delas. O nível sociocultural diz respeito às formas através das

quais a estrutura social e a cultura viabilizam ou obstaculizam a democracia. As principais discussões teóricas, nesse nível, se dão em torno da educação, da cultura política, do patrimonialismo e da presença de democracia em espaços não obviamente políticos (como a família ou o trabalho, por exemplo). O nível epistemológico diz respeito às atitudes e visões acerca do conhecimento e da verdade. As principais discussões teóricas a respeito desse problema tendem a estar desconectadas da questão da democracia, embora o contrário ocorra em autores caros a nós, como Santos e Laclau.

Nosso argumento é de que, para que se possa falar em democracia, o nível epistemológico deve necessariamente ser ocupado por uma epistemologia da humildade ancorada na incerteza. A partir daí, esse entendimento força a consequência de que não há um conteúdo seguro para os outros três níveis e o que caracteriza a democracia é justamente o fato de que eles estejam abertos para debate.

Poder-se-ia objetar que os quatro níveis aqui propostos são um tanto quanto arbitrários. Nesse sentido, é necessário ter em mente que o mecanismo heurístico que esboçamos é análogo ao tipo ideal Weberiano, o que significa que, por definição, ele não é capaz de cobrir todas as respostas possíveis de forma precisa. A diferença entre os tipos ideais de Weber (1982) e a proposta que fazemos aqui é que os tipos ideais pretendem descrever a realidade (ainda que de forma parcial e provisória) enquanto o nosso instrumento heurístico tem a proposta mais modesta de meramente servir de moldura para organizar conteúdos que emergirão do material empírico, de modo a confrontá-los com discursos presentes na teoria da democracia, buscando encontrar preocupações isomórficas. Imaginamos que perguntas a respeito das reivindicações e dos objetivos das mobilizações sejam capazes de fazer com que surjam falas a respeito do sistema eleitoral (concernentes ao nível administrativo), da corrupção e do acesso a serviços públicos de qualidade (concernentes ao nível material) e mesmo do “povo brasileiro” e de suas atitudes e falas supostamente típicas (concernentes ao nível sociocultural).

Tendo examinado a contribuição de Santos e desenvolvido o argumento que consideramos importante acerca de democracia e tradução, julgamos que seja pertinente partir para o quadrante superior esquerdo. Aqui temos a vantagem de contar não apenas com a palavra dos próprios autores, mas também com a caracterização de Therborn (2012) a respeito da teoria deles e de sua localização.

Therborn caracteriza o pós-marxismo (no qual se localiza Ernesto Laclau) e o neo-marxismo (no qual se localizam Žižek, Hardt e Negri) de formas distintas, porém próximas, chamando atenção para o fato de que alguns autores (notadamente Étienne Balibar) parecem se localizar justamente no espaço em que ocorre o esfumaçamento das fronteiras entre um e outro (THERBORN, 2012, p. 137). Qualquer que seja o caso, partindo da caracterização de Therborn (2012, p. 137), o pós-marxismo pode ser entendido como uma corrente em que os autores possuem uma “(...) formação explicitamente marxista [e] cujos trabalhos não reivindicam publicamente um engajamento marxista contínuo” enquanto o neo-marxismo diz respeito a reformulações teóricas criativas que ainda se reivindicam explicitamente marxistas (2012, p. 139).

Julgamos que seja mais produtivo começar a pensar acerca deste quadrante pelo pós-marxismo e por Laclau, que têm, para nós, uma importância mais básica nos níveis epistemológico e teórico – ao passo que Žižek nos interessa mais no que diz respeito a suas elucubrações profundamente fecundas acerca dos protestos globais, e Hardt e Negri adquirem importância a partir de suas teorias sobre democracia e multidão. Assim sendo, é fundamental que dediquemos algum espaço a Laclau, Mouffe e à teoria do discurso da escola de Essex.

Um pressuposto bastante importante da teoria Marxiana é a ideia da classe operária como essencialmente revolucionária. Nesse sentido, é conhecida a passagem da sagrada família em que Marx afirma que:

Não se trata de saber o que este ou aquele proletário, ou mesmo o proletariado como um todo, propõe-se momentaneamente como objetivo. Trata-se de saber o que o proletariado é e o que deve historicamente realizar de acordo com seu ser. Seu objetivo e sua ação históricos estão traçados para ele de maneira tangível e irrevogável em sua própria situação de existência, como em toda a organização da sociedade burguesa atual (MARX e ENGELS, 1974, p. 53-54).

Este trecho chama a atenção para um dos pontos em que as críticas a Marx e aos marxistas ortodoxos têm sido traçadas com mais contundência. O ponto que se deve ter em mente aqui é o de que

O Marx militante poderia (como de fato o fez) clamar pela união do proletariado e conclamá-lo à ação revolucionária para a derrubada do capitalismo, mas nada justificava que o Marx teórico considerasse que essa ação revolucionária devia ser realizada de acordo com “o ser” do proletariado, ou que estivesse “traçada de maneira tangível e irrevogável em sua existência”. (RODRIGUES; FRANCKINI, 2012, p. 79).

Neste sentido, as críticas não têm vindo apenas de pós-marxistas, mas também de ex-marxistas e de marxistas heterodoxos. Tome-se, por exemplo, a ironia de André Gorz:

Desde logo, coloca-se uma questão: quem é capaz de conhecer e de dizer o que é o proletariado quando os próprios proletários têm desse ser uma consciência apenas nublada ou mistificada? Historicamente, a resposta a essa questão é: só Marx foi capaz de conhecer e de dizer o que o proletariado e sua missão histórica realmente são. A verdade dessa classe e dessa missão está inscrita na obra de Marx. Ele é o alfa e o ômega; é o fundador (GORZ, 1982, p.28).

Cornelius Castoriadis faz uma observação bastante semelhante:

Mas então, quem conhece e possui teoricamente, independentemente dele, quem é o proletariado? Marx em 1845 – e, melhor ainda, evidentemente, em 1867. *Onde* está esse ‘ser’ do proletariado que o ‘obrigará historicamente a fazer’ o que tem de fazer? Na cabeça de Marx. Qual é, a esse respeito, a diferença entre todos esses filósofos que Marx critica impiedosamente, porque confundem a história do mundo com seu próprio pensamento, e o próprio Marx? Nenhuma (CASTORIADIS, 1985, p. 14).

Destacamos aqui esta crítica ao essencialismo da teoria Marxiana, pois ela aparece, em outra versão, como uma das etapas mais importantes da construção da teoria de Ernesto Laclau. De fato, a teoria do discurso da escola de Essex é tributária de várias correntes teóricas, incluindo o estruturalismo, a filosofia analítica, a filosofia heideggeriana, o pós-estruturalismo, a desconstrução e o marxismo (BURITY, 2008). Na verdade, se poderia dizer, embora de maneira um tanto quanto simplificada, que “(...) a teoria do discurso emerge a partir de uma desconstrução do marxismo, levada a cabo ao estilo pós-estruturalista” (RODRIGUES; FRANCKINI, 2012). Como Derrida (1967) antes dele, Laclau e Mouffe, procuram desvelar contradições internas aos próprios textos, levando a lógica da teoria em questão até seus limites mais extremos, de modo a revelar suas aporias constitutivas e implodir os conceitos a partir de dentro.

No caso da teoria Marxiana esta desconstrução opera principalmente a partir do nível do “fator motor da história”. Ocorre que, na formulação clássica do Manifesto Comunista (MARX e ENGELS, 2001) a luta de classes tem este papel, enquanto que no prefácio da Contribuição à Crítica de Economia Política (MARX, 1983) o mesmo papel é ocupado pela contradição entre forças produtivas e meios de produção.

Laclau (2000) pretende argumentar que essas duas dimensões não podem se articular logicamente sem que parte da teoria marxiana desmorone no processo.

Aqui é necessário parar para tecer certas considerações linguísticas relevantes. As possibilidades múltiplas do processo de tradução, que destacamos ao tratar da questão da Hermenêutica Diatópica em Santos e da elaboração de nosso quadro sinóptico, também se aplicam aqui. No limite, as diferentes culturas ou linguagens podem continuar a ser analiticamente cindidas de forma indefinida, exigindo sempre um procedimento de tradução entre uma linguagem e outra. Nesse sentido, combinar diferentes tradições teóricas como as envolvidas na constituição do pensamento Laclauiano também exige um procedimento de tradução. Sobre isso, o próprio Laclau nos diz que:

Nossa intenção foi a de apresentar ao leitor um argumento teórico-político claro e logicamente estruturado. Isto nos conduziu, por um lado, a reduzir as citações a um mínimo e, por outro, a reduzir também a um mínimo conceitos que não são definidos pelo texto mesmo. Quer dizer que os espaços discursivos de que nosso texto se alimenta – que vão da psicanálise e da metafísica à teoria política – foram submetidos a um processo de tradução a uma linguagem teórica unificada (embora espero que não excessivamente simplificada) (LACLAU, 2000, p.21)

Mas o processo de tradução não se reduz apenas à integração de tradições diferentes. Promover um diálogo entre autores dentro da mesma tradição, ou mesmo entre o mesmo autor em momentos lógicos distintos, não necessariamente é uma tarefa simples e direta. Entre o Marx do Manifesto Comunista e o Marx da Sagrada Família há um abismo que precisa ser transposto. Assim como antes de realizar uma operação em matemática aplicada precisamos nos certificar de que os números se encontram expressos em unidades de medida comensuráveis, também para articular logicamente esses dois momentos teóricos do pensamento marxiano é necessário encontrar uma linguagem comum que possibilite a articulação das teorias, é necessário desenvolver comensurabilidade conceitual (RODRIGUES; FRANCKINI, 2012).

Laclau aborda essa questão argumentando que ambos os momentos teóricos abordam relações, mas que estas relações são qualitativamente distintas: no caso da relação forças produtivas/relações de produção, o que se pode observar é que, a partir de um determinado ponto, o desenvolvimento continuado das forças produtivas passaria a ser maléfico para o sistema econômico, ao ponto de causar seu colapso –

é uma impossibilidade lógica que isto não ocorra dessa forma, e, por isso mesmo esta relação pode ser chamada de “contradição”. No caso da relação trabalho assalariado/capital o que ocorre é uma disputa em torno da apropriação de mais-valia, que pode ser chamada de “antagonismo”.

O que deve ser levado em consideração é que a contradição não leva ao antagonismo, nem o antagonismo à contradição. No caso da relação forças produtivas/relações de produção, o colapso do sistema econômico não necessariamente se dará por meio de um confronto entre grupos, ou seja, não precisa tomar a forma de um antagonismo. No caso da relação forças produtivas/relações de produção, o processo de apropriação da mais-valia por parte do capitalista (a fonte do antagonismo) pode ser considerado injusto, mas não apresenta nenhuma impossibilidade lógica – e a ausência dessa impossibilidade lógica demonstra que não há, aí, uma contradição (LACLAU, 2000).

Feito o processo de tradução (ou, se quisermos, de articulação discursiva), temos duas relações expressas na mesma linguagem, mas de tipos bastante distintos. Isso revela não apenas que os dois momentos lógicos são incompatíveis, mas também que o conflito trabalho assalariado/capital não emerge das relações de produção de forma necessária. Ele emerge por conta de um elemento externo que se choca com tais relações de produção, qual seja: a identidade do trabalhador (LACLAU, 2000; RODRIGUES; FRANCKINI, 2012).

Ocorre que a identidade do trabalhador é um elemento subjetivo e que ela não está completamente ancorada em nenhum dos dois motores da história atribuídos por Laclau a Marx – ela pode variar com alterações em diversos fatores, incluindo fatores não materiais como as condições culturais e teóricas. Há ocasiões em que as relações de dominação estão dadas, mas não são caracterizadas como relações de opressão por falta de uma externalidade discursiva que assim o permita. Em diversas épocas e lugares, a dominação não é acompanhada de um conflito entre opressor e oprimido, por que os fatores que permitem ao dominado se compreender como um oprimido estão ausentes. O argumento aqui é o de que, se a identidade dos trabalhadores fosse outra, talvez não emergisse um conflito entre trabalho assalariado e capital, de modo que este antagonismo, bem como sua relação com a contradição forças produtivas/relações de produção, não são leis necessárias e aquilo que Marx trata como certo (o vínculo entre os dois fatores motores da história) é, na verdade, contingente.

A contingência dessa relação põe em xeque a unidade dialética da história e força o reconhecimento de que a contradição forças produtivas/relações de produção não pode ser o fundamento último do antagonismo proletariado vs burguês. Mais do que isto: não pode haver fundamento último para nenhum antagonismo, estes serão sempre dependentes de exterioridades discursivas que os constituem e, como essas exterioridades são contingentes, não se pode explicar a história a partir de uma lógica unificada, segundo Laclau (2000). Uma visão epistemológica que parta dessa ideia enxerga o social como fragmentado, sem essência, contingente e eminentemente complexo e é exatamente neste momento do raciocínio que estão sendo fundados alguns dos pressupostos mais básicos da teoria Laclauiana. (RODRIGUES; FRANCKINI, 2012, p. 84)

Ao argumentar que não existem essências nem fundamentos últimos, a teoria Laclauiana acaba por afirmar que a realidade é discursiva. A afirmação de que o real é discurso não deve ser entendida como uma negação da existência de uma realidade material externa, mas apenas como uma elaboração do fato de que essa realidade não pode ser acessada sem mediações (conforme discutido no apêndice epistemológico deste trabalho). Na prática, o que Laclau e Mouffe (2000) estão fazendo é enfatizar que essas mediações são incontornáveis, socialmente construídas e necessárias. Sem a apropriação discursiva, a realidade material externa não teria nenhum sentido (RODRIGUES; FRANCKINI, 2012).

Quando tentamos compreender ou explicar fenômenos, a forma através da qual os visualizamos é organizada a partir de um mosaico de referências discursivas socialmente construídas.

Para esclarecer melhor esse ponto, recorramos a um exemplo extralinguístico de discursividade (posto que a ação, como a fala, também comunica). Suponha que um homem esteja pintando a parede interna de uma casa. Ele repetidamente mergulha o pincel num balde de tinta, em seguida aplicando-a na superfície da parede. Ora, mas a parede só tem significado como parede porque há indivíduos que a cercam. Uma parede não é apenas um amontoado de tijolos, ela é parte de uma casa, da mesma forma que a tinta não é meramente um líquido, mas o revestimento da parede. O mesmo vale para o balde, para o pincel etc. Descrita sem o discurso, sem a apreensão social dos fenômenos, a cena do homem pintando a parede se reduziria a algo como “Um indivíduo posiciona-se em frente a uma superfície vertical, portando um objeto comprido e um objeto cilíndrico. Este indivíduo mergulha o objeto comprido no interior do objeto cilíndrico embebendo-o em um líquido, para, em seguida, passa-lo sobre a superfície vertical” etc. Mesmo essa descrição contém em si a discursividade, pois até noções geométricas como “cilíndrico” e “vertical” pressupõem sua construção social. Para que se perceba o quanto a ação é discursiva, imagine-se o mesmo homem instantes *antes* de começar a pintura da parede: ele posiciona jornais no chão, traz o balde, a tinta e o pincel – enfim, perceber-se-ia facilmente que ele está prestes a pintar uma parede, sem que houvesse necessidade alguma de comunicação verbal. Se ele estivesse construindo uma parede com outro indivíduo (o exemplo

clássico de Laclau em que nos baseamos aqui) o simples ato de colocar a massa sobre um tijolo seria suficiente para que o outro colocasse ali outro tijolo, em um processo de comunicação completamente extralinguístico. (RODRIGUES; FRANCKINI, 2012, p. 87)

Em última instância, a escola de Essex de teoria do discurso está partindo de uma visão epistemológica pós-fundacionista que se aproxima muito da epistemologia de humildade que propomos aqui. A afirmação da centralidade do discurso corrobora nossa percepção de que todas as questões são, em última instância, indecidíveis e de que todos os atos são, por conta dessa indecidibilidade, políticos. Assim sendo, é necessário compreender que, se o sentido social da realidade não está fixado *a priori*, isso significa que ele é objeto de disputa (política). É por isso que se pode afirmar que a teoria Laclauiana é uma teoria sociológica que possui o político como centro, o que adiciona mais uma camada de relevância com relação a este trabalho.

Se nosso exemplo do pintor foca no discurso como esse aspecto mediador central, que nos permite dar sentido ao mundo e interagir com ele, é possível elaborar outros exemplos que tragam à luz o aspecto político da teoria de Laclau e Mouffe, inclusive esclarecendo conceitos como antagonismo e hegemonia. Em um trabalho anterior, apresentamos o seguinte exemplo:

Considere-se, por exemplo, a existência de um discurso ambientalista, de um discurso capitalista e de um discurso anticapitalista. Isolados, nenhum dos três é capaz de se destacar entre a infinidade de discursos que flutuam no espaço simbólico do social, mas eles podem se articular entre si. Como exatamente ocorre essa articulação é algo contingente. O discurso ambientalista pode se articular com o discurso capitalista, gerando ideias como a de responsabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável, e transformando a valorização do meio-ambiente em produto (como no caso das ecobags) ou pode se articular com o discurso anticapitalista, gerando uma crítica que pressupõe que os danos ao meio ambiente sejam intrínsecos ao modelo econômico que precisa, portanto, ser alterado. No limite, também é possível que o discurso capitalista e o discurso anticapitalista se articulem entre si, transformando ícones do combate ao capitalismo em produto e convertendo o socialismo em uma grife (como no emblemático caso das camisetas que utilizam a imagem de Che Guevara). (RODRIGUES; FRANCKINI, 2012, p.89)

Conceitos como “discurso” e “articulação” parecem ter uma importância chave para a análise das manifestações e a ideia de que o sentido do social não se encontra fixado *a priori*, sendo objeto de disputa, adequa-se muito bem a um tipo de mobilização cujas características incluem ausência de líderes claros e permanentes, diversidade radical de reivindicações e ideologias (incluindo algumas diametralmente

opostas e mutuamente excludentes), participação de grupos com posições radicalmente distintas, ao ponto de gerar conflitos (inclusive físicos) entre participantes das mobilizações. Quando mobilizações tão radicalmente diversas quanto essas emergem, a possibilidade de que alguma das forças envolvidas se torne hegemônica, representando as outras e fixando o sentido das mobilizações (ainda que às custas de algum esvaziamento do seu próprio conteúdo) não pode ser descartada.

Entretanto, aqui é necessário levar em consideração a forma que esse processo de construção da hegemonia assume em Laclau. A explicação clássica é a de vários elementos distintos, que se encontram relacionados por duas lógicas: uma de diferença, outra de equivalência. Cada elemento se encontra internamente dividido entre estas duas lógicas, sendo que a lógica da diferença se dá justamente porque os elementos em questão não são idênticos entre si, enquanto a lógica da equivalência se dá através de um antagonismo constitutivo.

Para que as coisas fiquem mais claras, um exemplo político, corriqueiramente utilizado pelo próprio Laclau: imagine-se a existência de um regime repressivo, como uma ditadura militar, gerando insatisfação de diversos setores da sociedade. No contexto desse regime repressivo surgem diversos movimentos com reivindicações distintas: um movimento de trabalhadores por melhores salários, um movimento de estudantes pela democratização do ensino, um movimento de mães que clamam por seus filhos desaparecidos, um movimento pedindo eleições diretas etc. A reivindicação de salário dos trabalhadores nada tem a ver, em princípio, com a reivindicação das mães e nenhuma das duas se relaciona diretamente com a dos estudantes (eis aqui a lógica da diferença). Entretanto, o que as três reivindicações têm em comum é uma oposição ao regime (eis aqui a lógica da equivalência). A hegemonia se constrói quando um desses três discursos passa a assumir o papel de representante dos demais, permitindo que a lógica da equivalência supere a lógica da diferença em seu interior. No caso, suponhamos que o movimento de mães assuma este papel: o que ocorrerá é que o discurso associado acabará por ser cada vez menos a respeito dos filhos e filhas desaparecidos especificamente e cada vez mais uma oposição geral ao regime – este é o processo de esvaziamento de sentido, que leva à construção de um significante tendencialmente vazio.

O que se pode observar aqui é que o que define o sistema gerado pelos discursos articulados entre si não é uma característica interna comum, mas o fato de

todos se oporem e excluírem o mesmo elemento, isto é, o fato dos discursos em questão se articularem tendo em vista um antagonismo que lhes é constitutivo. E neste ponto encontramos um gigantesco desafio no que diz respeito aos recentes protestos de junho: não parece ser possível identificar o elemento excluído. Cada grupo se opõe a algo em específico, e não parece ser fácil reduzir todos estes “algos” a uma categoria mais abrangente: Dilma e o PT, o Estado, o capitalismo, a corrupção, a copa do mundo, o mau uso do dinheiro público etc. Caso queiramos criar uma identidade entre todos esses focos de antagonismo, a única alternativa seria apelar para uma expressão extremamente genérica do tipo “tudo isto que está aí”. Ora, uma expressão como esta talvez seja um dos extremos mais exemplos de significante vazio que se pode imaginar, e isto é um problema, pois se é normal e esperado que o elemento que assume a função de representação tenha seu significado esvaziado, o mesmo não se pode dizer do elemento excluído. O que há aqui de peculiar e desorientador do ponto de vista teórico (mesmo quando se toma uma teoria radicalmente pós-fundacional como a de Laclau) é que *o espaço do próprio antagonismo constitutivo se encontra ocupado por um significante vazio*. Nesse caso, a possibilidade de construção da hegemonia fica comprometida, e parece bastante plausível que a lógica da equivalência jamais chegue a sobrepujar a lógica da diferença.

Embora as considerações epistemológicas e teóricas da escola de Essex nos pareçam interessantes de modo geral, o principal ponto que nos importa tirar de Laclau é que suas concepções de discurso e de articulação discursiva têm potencialidades importantes para se pensar as reivindicações presentes nos protestos. A complexidade e a diversidade dessas reivindicações faz com que nos pareça razoável pensá-las como discursos em processo contingente e praticamente imprevisível de articulação, cujo sentido final parece não estar fixado. Quando empregamos termos como “discurso” e “articulação” ao longo do projeto, são as concepções teóricas de Laclau e Mouffe que temos em mente e consideramos que a ideia (presente na teoria do discurso da escola de Essex) de que o sentido do social não se encontra fixado *a priori*, sendo objeto de disputa, adequa-se muito bem à problematização que pretendemos fazer a respeito do significado das mobilizações e de suas reivindicações.

Além disso, a crítica que Laclau e Mouffe dirigem à "ortodoxia marxista" nos fornece pistas interessantes a respeito de quais aspectos do pensamento de Marx e

seus seguidores continuam a ser relevantes para pensar teoricamente as diferentes questões sociais e políticas hodiernas. Poder-se-ia tecer várias críticas à desconstrução da teoria marxiana operada pela escola de Essex, mas o fato é que ela traz à luz importantes questões teóricas e revela algo de fundamental a respeito da própria teoria de Marx: que não há uma única narrativa legítima acerca da teoria Marxiana e que, portanto, não existem motivos para tratar Marx como uma espécie de guru, como tem feito certos setores da ortodoxia marxista.

Se este trabalho fosse localizado no plano cartesiano de Therborn, ele estaria no quadrante inferior esquerdo, mais próximo de Boaventura de Sousa Santos e dos pós-coloniais do que de Žižek, Hardt, Negri e do próprio Laclau. Isso não significa que sejamos antimarxistas, ou que nos abstenhamos completamente de utilizar Marx em nossas análises – pelo contrário: consideramos que as diversas tradições marxistas possuem potenciais explicativos interessantes e concordamos com Therborn quando este afirma que

(...) no que diz respeito a Marx em nossa época, a impressão que tenho é que ele está amadurecendo, como um bom queijo ou um vinho de safra – não recomendável pra festas dionisíacas ou pequenos goles na frente de batalha. Ele é, de preferência, uma companhia estimulante para o pensamento profundo sobre os significados da modernidade e da emancipação humana. (2012, p. 8)

Foi com esta convicção que, em um trabalho anterior, promovemos um diálogo entre Laclau e o jovem Marx, para pensar questões acerca do pluralismo jurídico. Nos permitimos aqui uma citação um pouco mais longa que cremos explicitar nossa postura com relação a Marx de forma satisfatória.

Assim sendo, o que menos importa é determinar se Marx estava “certo” ou “errado”, mesmo por que a unidade de sua obra é uma ilusão e julgá-la como se fosse um todo integrado (seja para elevá-la à categoria de explicação última e completa do real, seja para condená-la como um gigantesco palpito infeliz) é necessariamente um erro. Propomos aqui uma postura inteiramente distinta, que deve se processar em duas etapas. Em primeiro lugar, tendo diante de si um problema a ser analisado, faz-se necessário levar em consideração a perspectiva (epistemológica, teórica, política etc) a partir da qual se deseja abordá-lo. A partir daí, torna-se possível identificar “qual Marx” poderá ajudar o pesquisador nessa empreitada. Junto de quem nos sentimos mais à vontade: do jovem idealista que nos narra o drama da autorrealização humana, ou do teórico maduro que nos apresenta uma crítica aguda do capitalismo na dureza do esquema base-superestrutura? Há um Marx comunista, conhecido por todos, mas houve também, antes dele, um Marx democrata. Seria mesmo possível encontrar (antes da ideologia alemã e das teses sobre Feuerbach) um Marx Feuerbachiano e profundamente anti-dialético. Em segundo lugar, uma vez

que se tenha estabelecido com qual Marx estamos dialogando, devemos nos perguntar o que ele tem a dizer sobre o assunto em tela, (se é que tem alguma coisa a nos dizer sobre ele, especificamente). Podemos então partir dessas formulações, julgá-las a partir de nossa própria perspectiva, e, armados com o restante de nosso arcabouço teórico, buscar integrá-las de alguma forma em nosso quadro de análise. (FRANCKINI; KYRILLOS, 2014)

Marx é, portanto, uma referência central, por que incontornável, mas é necessário aplicar à teoria marxiana o mesmo espírito cuja lição está no próprio Marx, sem sacralizações nem demonizações maniqueístas. Na verdade, o fato é que a teoria marxiana em si é pouco utilizada no contexto deste trabalho e o que mais nos interessa são as formulações de alguns de seus importantes seguidores contemporâneos. Nesse sentido, voltemo-nos para Hardt e Negri e Žižek.

Therborn (2012, pp.139-142) caracteriza tanto o trabalho de Žižek quanto o de Hardt e Negri como excursões teóricas criativas, dotadas de uma impressionante capacidade de correlacionar teorias distintas e de tecer explicações complexas a partir de várias tradições combinadas – sem, entretanto, recorrer a contextualizações históricas ou investigações empíricas. O marxismo dos dois conjuntos de autores é trabalhado a partir de Lacan, mas também a partir de Heidegger no caso de Žižek e de Spinoza no caso de Hardt e Negri (THERBORN, 2012, p. 141). O estilo aberto e complexo das obras dos três autores faz com elas apresentem grande potencial no que diz respeito ao levantamento de hipóteses criativas e à alimentação da imaginação sociológica de quem as lê, mas sua rápida navegação entre campos teóricos distintos e a ausência de sistematização tornam arriscado falar em uma teoria “Žižekiana” ou “Hardtiana”, por conta da dificuldade de identificar seus pressupostos de forma precisa.

Žižek, a partir do que é possível identificar no nível dos pressupostos mais gerais em sua obra, parece se caracterizar como um leninista e exortar a esquerda hodierna a “repetir Lênin” (ŽIŽEK, 2005), abrindo a possibilidade de uma transformação social radical (THERBORN, 2012). Junte-se a isso o fato de que Žižek considera a ideia de democracia direta como sendo negativa e advoga a necessidade de um Estado forte e sua proposta começa a parecer cada vez mais ter um potencial perigoso para o autoritarismo, de modo que se torna necessário começar a se perguntar até que ponto “repetir Lênin” não abre as portas para “repetir Stálin”. De fato, o vanguardismo de Lênin já apresenta, ele mesmo, condições que

possibilitam a emergência do autoritarismo de Stálin. Conforme observado em um trabalho anterior:

Se a ditadura do proletariado é vista como uma fase de transição necessária, antes da chegada ao comunismo, e o proletariado é guiado de cima pelo Partido Comunista, conclui-se que o que se tem é a ditadura não do proletariado, mas da vanguarda do Partido. É sintomático que tais elementos estejam presentes de forma tão clara em Lênin, que foi responsável por alimentar a máquina estatal da União Soviética, que mais tarde, nas mãos de Stálin, seria o instrumento de um dos maiores horrores do século XX. (RODRIGUES; FRANCKINI, 2012, pp. 71-72)

Se Žižek e outros advogam um Estado forte e centralizador, nós preferimos nos mover na outra direção e, com Boaventura de Sousa Santos, Hardt e Negri, propor um aprofundamento da democracia e uma descentralização crescente do poder. Apesar desta grande ressalva que estabelecemos aqui, Žižek não deixa de ser um pensador criativo, capaz de grande acuidade em suas análises. Assim sendo, quanto a Žižek, uma vez que nos interessam mais suas formulações específicas a respeito das mobilizações do que seu arcabouço teórico-político de forma geral, o exploraremos no Apêndice B. Dessa forma, pra prosseguir nosso excuro teórico, voltemo-nos para Hardt e Negri.

A lógica básica dos autores (2004; 2006) é a de que houve um deslocamento nas estruturas de poder global, que deixaram de ser Imperialistas (centradas no domínio unilateral de uma superpotência como os Estados Unidos da América) para se tornarem Imperiais (centradas no domínio de um Império global difuso em forma de rede). No domínio de tipo Imperial, uma superpotência como os EUA continua a possuir um papel importante, mas se torna incapaz de exercer a dominação de forma unilateral e segura.

Em grande parte, isso se dá por conta de mudanças no caráter da guerra e dos inimigos do poder global: durante o período Imperialista, os inimigos da superpotência podiam ser identificados como governos de países específicos e a guerra continuava a ter um caráter mais ou menos claro e dualista, assumindo um formato “nós vs eles”, em que o “eles” podia ser facilmente identificado; no período Imperial a guerra se torna cada vez mais assimétrica e marcada por guerrilhas e enfrentamentos multilaterais confusos – o inimigo se organiza em redes cada vez mais descentralizadas e a fronteira entre o “eles” e o “nós” se confunde tanto na

prática quanto no discurso, com a ideia de inimigo interno. Se, antigamente, era possível neutralizar os inimigos eliminando seus líderes, hoje, com as novas estruturas de poder em rede, grande parte dos inimigos não possui líderes identificáveis ou os possui em uma pluralidade tão grande que não há nenhuma possibilidade real de eliminá-los a ponto de neutralizar a rede de que eles fazem parte. E não se trata apenas da presença difusa dos inimigos, a divisão internacional do trabalho e a globalização tornam a própria produção (inclusive e principalmente a produção imaterial) algo descentralizado e organizado em redes. Em suma, a extensão das relações inter e transnacionais não só entre órgãos oficiais mas entre indivíduos e grupos, assim como a constante produção de laços que ignoram ou subvertem as fronteiras estatais tornam a dominação monolítica de uma superpotência única algo extremamente improvável, para não dizer impossível. Do ponto de vista das forças que visam à manutenção da ordem, as transformações engendradas pela globalização e pela pós-modernidade geram a necessidade do poder Imperial – do ponto de vista da análise sociológica, elas geram suas condições de possibilidade.

O deslocamento nas estruturas de poder, analisado por Hardt e Negri em *Império* (2006) corresponde a um deslocamento nas estruturas sociais, analisado pelos autores em *Multidão* (2004). Esse deslocamento nas estruturas sociais é o que nos interessa de forma mais central neste trabalho, na medida em que conformações sociais distintas geram novas necessidades e possibilidades políticas, bem como novas dinâmicas de produção do “comum” e novas formas de manifestações. O conceito central em torno do qual se articula a explicação dos autores a respeito das novas dinâmicas sociais em tempos de globalização pós-moderna é, obviamente, o conceito de *Multidão*. Retirada de Spinoza, a ideia de multidão possui três dimensões distintas na obra de Hardt e Negri: **uma dimensão ontológica; uma dimensão sociológica e uma dimensão política.**

Do ponto de vista **ontológico**, o conceito de multidão se refere a uma pluralidade que age em um presente perpétuo (HARDT; NEGRI, 2004, p. 285) e cujas principais características são sua natureza biopolítica e sua relação com a produção do comum (HARDT; NEGRI, 2004, p.436). Esta multidão é, mais propriamente, a multidão de Spinoza, tratada do ponto de vista de sua existência contínua que é a um só tempo pressuposto e resultado da existência humana, assim como o comum é “(...) ao mesmo tempo o produto final e a condição preliminar da

produção [biopolítica]” (HARDT; NEGRI, 2004, p.285) . Dito de outra forma, trata-se de reconhecer que todo o processo de existência e experiência humana encontra-se necessariamente engastado em uma produção social de sentido, de modo que aquilo que os autores chamam de “o comum” torna-se “(...) nossa primeira, segunda, terceira e enésima natureza” (HARDT; NEGRI, 2004, p.285). Nesse sentido, o comum e o singular encontram-se intimamente ligados, pois se, por um lado, não há singular cujo sentido não seja estabelecido tendo por referência o comum, por outro lado o comum é, ele mesmo, produzido por esse conjunto difuso de singularidades que é a multidão. O caráter biopolítico da multidão reside no fato de que ela ao mesmo tempo envolve e é envolvida por todos os aspectos da existência humana, produzindo sentidos e operando a partir deles, construindo relações sociais e emergindo delas, produzindo e sendo produzida por sua própria produção. Assim sendo, o sentido de se falar em uma multidão ontológica é duplo: trata-se, em um nível mais básico, de reconhecer que esta multidão é algo ontologicamente existente que faz parte incontornável da experiência humana – mas também e de forma ainda mais relevante, de destacar que a multidão é ontocriativa (no sentido de VAZQUEZ, 1977) isto é, capaz de criar e produzir realidades.

Do ponto de vista **sociológico**, a multidão é o ser social pós-moderno por excelência. O conceito sociológico de multidão se refere às mudanças na estrutura da sociedade, que tem se apoiado cada vez mais nas relações afetivas, cooperativas e comunicativas da produção social (HARDT; NEGRI, 2004, p. 438). Trata-se de reconhecer que os mesmos processos que levam ao deslocamento do domínio de tipo Imperialista para o de tipo Imperial também geram transformações sociais profundas, esfumando as fronteiras entre o econômico, o político e o cultural. Aqui há uma mudança significativa no trabalho e na produção, que se rearticulam em torno da noção de trabalho imaterial (centrado no afeto, no conhecimento, na informação, na comunicação e na cooperação). Em um contexto global pós-moderno, o trabalho imaterial torna-se hegemônico, constituindo-se na referência central a partir da qual todos os outros tipos de trabalho, assim como a convivência humana de forma geral, se organizam. Mesmo trabalhos notadamente materiais (como o trabalho industrial e o agrícola) desenvolvem cada vez mais dimensões imateriais relacionadas ao conhecimento e à comunicação que ocupam um lugar central e constitutivo em sua lógica interna. Essa centralidade, multiplicada inúmeras vezes entre as diferentes formas de trabalho, implica também em uma

centralidade geral da comunicação e da cooperação no ser social pós-moderno, que, afinal de contas, é a multidão em seu nível sociológico. Trata-se aqui de reconhecer que, na pós-modernidade global, a multidão adquire uma forma específica que, pela primeira vez é poderosa e ativa o suficiente para produzir o comum em uma velocidade vertiginosa que modifica e controla o tecido social radicalmente, contendo uma força ontocriativa inédita que traz consigo potenciais políticos estimulantes.

Do ponto de vista **político**, a multidão é um projeto que parte dos potenciais inéditos da força criadora do ser social pós-moderno. As condições “(...) culturais, jurídicas, econômicas e políticas” (HARDT; NEGRI, 2004, p.286) que fortalecem a multidão ontológica e criam a multidão sociológica fazem com que a multidão política torne-se uma possibilidade real. Mais do que uma categoria explicativa, a multidão torna-se aqui um projeto de um projeto político, de modo que se faz necessária uma pausa para compreender a dimensão utópica e propositiva da obra de Hardt e Negri e para aprofundar nosso conhecimento acerca de sua descrição da conjuntura político-social em um contexto global pós-moderno.

Do ponto de vista da interpretação da correlação de forças políticas, a obra de Hardt e Negri é profundamente interessante e fecunda. Num certo sentido, há uma dualidade entre Império e Multidão, na qual o Império é percebido como polo dominador e a Multidão como polo dominado e (potencialmente) insurgente. O maniqueísmo aparente dessa visão é mitigado quando se leva em consideração que tanto o Império quanto a Multidão não são compreendidos como entidades monolíticas, mas sim como redes complexas – a Multidão, em especial, é plural, mais do que complexa, de modo que os autores chegam a falar em “multidões” em algumas passagens. A tensão entre Império e Multidão toma uma forma específica em torno das noções de **biopoder (associada ao Império) e biopolítica (associada à Multidão)**.

O **biopoder** é a força do Império que se estende por todos os lugares e por todas as esferas da vida. A fase Imperial se caracteriza por uma crise global da democracia realmente existente, um permanente estado de exceção e uma interminável guerra global (HARDT; NEGRI, 2004, p. 446). As forças imperiais são capazes não apenas de fazer a guerra, mas também de estendê-la a diversos outros domínios, ao ponto de apagar as fronteiras entre a guerra e a política de forma extrema, invertendo a máxima de Carl Schmitt e fazendo com que a política se torne a continuação da guerra por outros meios. O biopoder entorta e rompe forçadamente

as fronteiras entre guerra, política e economia, esforçando-se por controlar todos os aspectos da vida – inclusive a morte. Trata-se de uma força sutil e violenta, que gera corpos dóceis ao mesmo tempo em que aniquila os não-docilizados, que se apropria de culturas subalternas, plastificando-as, ao mesmo tempo em que as destrói e padroniza violentamente, que faz política através da guerra e guerra através da política. Até mesmo um simples soldado do Império se torna um agente do biopoder, sendo encarregado não apenas de matar, mas também de “(...) determinar para as populações conquistadas as normas culturais, jurídicas, políticas e de segurança a serem cumpridas.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 73). Essas funções, cristalizadas na figura do soldado, podem ser vistas como uma síntese das pretensões do biopoder de dominar a vida social em sua totalidade.

A **biopolítica** é a capacidade da multidão de produzir organização, sentido e diversidade a partir de si mesma. Ela tem origem no comum e desagua novamente no comum, através das redes de trabalho social baseadas na comunicação e cooperação. A produção biopolítica é a dimensão ontocriativa da multidão, que penetra todas as esferas da vida, esfumando as fronteiras entre social, cultural, político e econômico. Para Hardt e Negri, biopoder e biopolítica não são nem podem ser equivalentes ou simétricos em nenhum sentido significativo: o biopoder se dá de cima para baixo, a biopolítica se faz de forma mais ou relativamente horizontal; o biopoder tende à padronização monolítica, a biopolítica favorece o florescimento da pluralidade; o biopoder esmaga a singularidade, a biopolítica parte das singularidades e nelas desagua; a violência do biopoder é onipresente e opressora, as violências biopolíticas são defensivas.

Qualquer que seja o caso, o potencial insurgente da multidão não reside na violência, e sim na produção biopolítica – mais precisamente, em um excedente de produção biopolítica sem precedentes na história humana. A interpretação de Hardt e Negri vai no sentido de afirmar que, no contexto global pós-moderno, a hegemonia do trabalho imaterial e um progressivo aumento das capacidades de cooperação e comunicação da multidão a conferem uma capacidade ontocriativa sem precedentes. A multidão hodierna, a multidão do ponto de vista sociológico, é capaz de produzir não apenas sentido, mas também a própria realidade social e política, incluindo formas de organização e autorregulação. O argumento central de Hardt e Negri é que, pela primeira vez, essa capacidade produtiva da multidão se tornou poderosa o suficiente para que possa substituir a regulação imperial. Isso permitiria

uma destruição do biopoder e sua substituição pela biopolítica, o que seria extremamente desejável, pois equivaleria a trocar relações de poder verticalizadas, autoritárias e destrutivas por uma autorregulação criativa e democrática. Para melhor compreender a questão, devemos colocá-la em termos do debate em torno da soberania e da anarquia.

Historicamente a ideia de soberania está associada ao surgimento do Estado moderno e tem sido, de lá para cá, considerada como a base das discussões em torno da organização política. “Soberania” significa que, dado um determinado território específico, há um corpo político unificado que detém o poder de mando sobre ele, sem que haja uma autoridade superior ou equivalente externa ou internamente. Em termos da retórica democrática, o povo é considerado o soberano, mas em termos concretos, a soberania é exercida pelo Estado e por seus administradores.

O argumento de Hardt e Negri vai no sentido de afirmar que a ideia de soberania é intrinsecamente autoritária, independentemente de quem seja o soberano. Nesse sentido, é necessário compreender que a soberania do estado moderno parte de uma ideia de poder unilateral e monolítico e surge como uma forma de substituir a confusa e incoerente estrutura de poder feudal (com sobreposição de soberanias). O caráter autoritário da soberania pode ser compreendido na medida em que o soberano é uma autoridade última da qual não é possível recorrer e, mais do que isso, uma autoridade que sufoca a pluralidade. Mesmo que se entenda o soberano como sendo “o povo” e mesmo que se dê a essa afirmação um sentido substantivo como o fazia Rousseau, a figura monolítica do povo aniquila as pluralidades e individualidades valorizadas por Hardt e Negri, de forma muito semelhante à figura monolítica do Estado. Nesse sentido, apesar da caracterização que Therborn faz de Hardt e Negri como neomarxistas, é necessário levar em consideração o fato de que ambos propõe uma utopia não apenas pós-socialista, mas também pós-liberal.

Compreender o significado de pós-socialismo no contexto dos argumentos aqui apresentados é uma tarefa simples: trata-se do reconhecimento do fracasso histórico do socialismo e da admissão de que esse fracasso não se deve meramente a distorções do pensamento de Marx, mas sim a falhas internas a sua teoria, incluindo um autoritarismo violento, essencialista e profundamente fundacional – este reconhecimento, vem, entretanto, acompanhado de uma orientação política

radical de esquerda que pretende construir uma nova utopia para ser bem sucedida onde o socialismo falhou. Pós-liberalismo, por outro lado, significa aplicar um raciocínio muito semelhante à tradição política liberal – parte-se do reconhecimento das falhas do liberalismo e de suas potencialidades, isolando elementos que devem ser incorporados à nova utopia que se busca construir.

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2008), ao trabalhar com a ideia de hermenêutica diatópica, destaca que a contribuição do ocidente para a ideia de direitos humanos reside principalmente na ideia de direitos individuais e que a construção acerca dos direitos coletivos dependeria principalmente da contribuição de culturas não-ocidentais. Ora, isso implica em reconhecer que, ao menos em matéria de direitos, as correntes liberais foram mais bem sucedidas do que as correntes socialistas e comunitaristas. A crítica implícita ao liberalismo nesse argumento, reside justamente em afirmar que esse sucesso liberal não é suficiente, posto que a construção de uma ideia de direitos humanos que seja capaz de abarcar coletividades, grupos e mesmo a natureza de forma difusa é posta como necessária.

A partir deste ponto, poder-se-ia reintroduzir o velho debate indivíduo vs sociedade, especificamente o argumento do liberalismo extremo que questiona a existência da própria sociedade. A conhecida declaração de Margaret Thatcher, segundo a qual não existe sociedade, apenas indivíduos encontra-se sustentada teoricamente por diversos autores liberais, ao passo que a existência da sociedade é sustentada tanto à esquerda do liberalismo (por teóricos socialistas, comunistas e similares) quanto à direita do liberalismo (por teóricos conservadores). A questão da sociedade está ligada ao problema ação-estrutura e precisa ser compreendida nesses termos. A ação, como polo da autonomia e da escolha, pode ser associada com o indivíduo; enquanto que a estrutura, como polo das determinações e dos condicionamentos da ação, pode ser associada com a sociedade. Mesmo os liberais reconhecem que a ação humana não é ilimitada, mas escolhem compreender suas limitações não através dos conceitos de sociedade e estrutura, mas através dos próprios conceitos de indivíduo e ação. Nesse sentido, a ação alheia é, para um dado indivíduo, estrutura.

Assim sendo, de um ponto de vista liberal, é possível argumentar que a sociedade não é real, sendo uma mera abstração. Tal argumento se baseia em um mal entendimento do que a palavra “real” significa. Em princípio, poderíamos

distinguir três categorias do real⁸: 1) O concreto, que possui uma aparência e uma existência física (cadeiras, corpos, animais etc – tudo aquilo que se pode ver e tocar) 2) O virtual, que possui uma aparência, mas não possui uma existência física (reflexos, sombras, tabelas do Excel etc – tudo aquilo que se pode ver, mas não tocar) 3) O abstrato, que não possui nem aparência nem existência física (o amor, o medo, o cargo de presidente da república – tudo aquilo que não se pode ver nem tocar). O abstrato se mostra real através de suas consequências – embora o medo não possa ser visto nem tocado, as descargas de adrenalina podem ser medidas e a fuga pode ser observada; embora o amor não possa ser visto nem tocado, atitudes que demonstram afeto, companheirismo e autosacrifício podem ser observadas; embora o cargo de presidente da república não possa ser visto nem tocado, o indivíduo que momentaneamente o ocupa é uma realidade concreta e o poder de mando da presidência possui consequências concretas cuja existência não pode ser negada.

A sociedade, é, de fato, uma abstração, uma vez que não pode ser tocada ou observada, mas ela também é real, uma vez que suas consequências (a linguagem, as leis, a cultura, os costumes etc) se fazem sentir. Neste sentido, ainda seria possível insistir, de um ponto de vista liberal, que essas consequências são indistinguíveis das consequências de várias ações individuais acumuladas. A partir daí, entretanto, a questão deixa de ser ontológica (“A sociedade existe?”), para se tornar uma questão de ênfase, ou metodológica (“Vale a pena utilizar o conceito de sociedade? Quais vantagens explicativas ele traz?”).

Tome-se, por exemplo, a sociologia Weberiana. A ênfase de Weber repousa claramente sobre a ação e sobre o indivíduo, mas a sociedade (e principalmente a cultura) continua a existir como um elemento explicativo de fundo. A sociologia de Weber se baseia na interpretação da ação individual, interpretação necessariamente exige um contexto e a contextualização Weberiana se dá através da dimensão social e cultural. Se quisermos, por exemplo, interpretar o comportamento de alguns indivíduos à mesa, bastará analisar suas ações à luz do contexto cultural e social em que estão inseridos: as normas de etiqueta, as comidas típicas, os utensílios de cozinha disponíveis e suas funções esperadas, o grau de formalidade do grupo etc.

⁸ Reconhecemos que esta distinção provavelmente não é uma elaboração original nossa e que tipologias com esse mesmo sentido geral provavelmente já foram construídas em trabalhos acadêmicos anteriores. Não encontramos, entretanto, uma obra que sustentasse esta ideia e pudesse ser citada como fonte.

A partir daí, teríamos um pequeno conjunto de interações circunscrito principalmente ao momento da refeição e que poderia ser analisado de forma fechada em seu contexto.

Poder-se-ia argumentar que este contexto é resultado de múltiplas ações individuais acumuladas, mas tentar entendê-lo dessa forma levaria a uma ampliação desmedida de quais ações estão implicadas na análise – em vez de tratar as normas de etiqueta como um pano de fundo dado sobre o qual a ação se desenvolve, seria necessário reconstruir toda a cadeia de ações que levou cada um daqueles indivíduos a internalizar tais normas, inclusive recuando até o surgimento da própria ideia de etiqueta, que exigiria novas explicações, gerando uma situação absurda em que a análise de uma situação corriqueira de convívio social implicaria quase a totalidade da história humana até aquele ponto. A única forma que os liberais radicais acham para evitar esse problema é ignorar os condicionantes que dão sentido à ação humana, considerando-a como um dado último em si mesma. Mises (1998), por exemplo, procede dessa forma, mas isso só é viável em sua teoria pelo fato de que o que está em questão não são as motivações do comportamento humano, mas sim suas consequências.

Nesse sentido, a questão da existência da sociedade é uma falsa polêmica, alicerçada em uma série de mal entendidos. Se, por sociedade, se pretende fazer referência a uma entidade concreta, não há como afirmar que ela exista. Se pelo contrário, a sociedade é entendida como um conjunto de propriedades emergentes das interações individuais, que se volta sobre essas mesmas interações, estruturando-as, não há como negar que ela exista. Quando falamos de “propriedade emergente” estamos fazendo referência ao fato de que, sob determinadas circunstâncias, o agrupamento de unidades semelhantes faz com que emerja, em seu conjunto, uma característica que não existe nas unidades individuais: a vida é uma propriedade emergente que surge de determinados agrupamentos e interações entre moléculas; a consciência é uma propriedade emergente que surge de determinados agrupamentos e interações entre neurônios; a linguagem, as leis, os costumes – numa palavra, a sociedade – é uma propriedade emergente que surge de determinados agrupamentos e interações entre indivíduos. É curioso observar que o pensamento liberal extremado nega a existência da sociedade ao mesmo tempo em que postula uma propriedade emergente da

interação individual bastante difícil de demonstrar, qual seja: a de que, perseguindo interesses egoístas, os indivíduos são capazes de beneficiar uns aos outros.

Nesse sentido, uma posição pós-liberal de esquerda parte da ideia de que o equívoco fundamental do liberalismo reside precisamente neste ponto: a ignorância da complexidade das propriedades emergentes da interação individual, que são reduzidas a um princípio quase místico de que o egoísmo produz externalidades positivas para os demais indivíduos. Essa ignorância fundamental traz consigo outras ignorâncias como consequência, notadamente, a ausência de uma noção mais substantiva de estrutura no pensamento liberal faz com que toda a complexa questão da alocação de recursos no capitalismo seja reduzida ao mérito, à utilidade, e à lei da oferta e da procura. O reconhecimento dessa enorme limitação não implica, entretanto, em abandonar completamente as contribuições liberais à teoria política. A valorização do indivíduo como lugar de direitos e a crítica ao autoritarismo do socialismo real são lições importantes do pensamento liberal e se coadunam bem com a crítica da esquerda contemporânea ao autoritarismo da teoria marxiana. Em Santos, o pós-liberalismo aparece a partir de sua valorização da tradição liberal de direitos humanos. Em Laclau, a partir de seu diálogo com Richard Rorty (1989), como representante de uma utopia liberal e pós-fundacional contemporânea. Em Hardt e Negri (2004) a partir da complexa articulação entre individualidade e coletividade presente no conceito de multidão.

O perigo de declarar-se ao mesmo tempo “pós-socialista” e “pós-liberal” reside justamente na possibilidade de fechar todas as portas para repensar a organização social. Nesse sentido, há que se lembrar o resultado da complexa teorização proudhoniana que atacava o autoritarismo do marxismo ao mesmo tempo que denunciava a exploração do proletário no capitalismo: os elementos propositivos da utopia de Proudhon são frágeis, ao ponto de algumas de suas principais propostas parecerem perfeitos oximoros – individualismo social, mercado sem lucro, contratos sem leis etc. Hardt e Negri reconhecem perfeitamente esse problema e é neste ponto em que destacam que historicamente, a alternativa que se colocava era entre soberania e anarquia.

O que precisa ser compreendido, entretanto, é que o desenvolvimento da Multidão Sociológica parece gerar a possibilidade de um novo tipo de relação dos indivíduos com a estrutura social. Historicamente, a estrutura era (e continua a ser) uma propriedade emergente que é gerada pela interação entre os indivíduos de

forma não-intencional e não-controlada. Entretanto, o desenvolvimento tecnológico que permite formas coletivas de comunicação de longo alcance, bem como a hegemonia do trabalho imaterial, que faz com que a estrutura social se apoie cada vez mais nas relações afetivas, cooperativas e comunicativas, conferem à multidão uma capacidade de auto-organização sem precedentes. Levando em consideração o crescente esfumaçamento das fronteiras entre o econômico, o político e o cultural, essa capacidade de auto-organização cada vez mais parece oferecer a possibilidade de um controle coletivo e organizado da estrutura. Nesse sentido, trata-se de reconhecer, nos termos de Santos (2010) que além do Estado e do Mercado há um terceiro princípio (historicamente preterido) em torno do qual a organização social pode ser estruturada: o princípio da comunidade. A Multidão (que identificamos aqui com o princípio da comunidade de Santos) parece estar cada vez mais próxima de se tornar capaz de auto-organização e de controlar as estruturas sociais de uma forma que o Estado e o Mercado nunca foram. Considerando o caráter plural da Multidão e sua constante relação com as individualidades que dela fazem parte, é possível que uma organização multitudinária seja capaz de atender satisfatoriamente aos direitos individuais e coletivos resolvendo boa parte das tensões existentes entre eles e oferecendo uma via para a construção de uma utopia pós-socialista e pós-liberal. Uma democracia multitudinária talvez seja capaz de, finalmente, conferir um sentido um pouco mais realista à ideia proudhoniana de “individualismo social”.

Evidentemente, toda essa formulação otimista a respeito das potencialidades da multidão como força organizatória parece exigir que formulemos os detalhes dessa nova utopia em termos mais concretos. A reação de Hardt e Negri é, nesse sentido, um tanto quanto esquiva. Em entrevista recente (BROWN; SZEMAN, 2006) os autores insistem que “Multidão” é uma obra de filosofia e que se sentiram surpresos ao perceber que ela estava sendo encarada como uma espécie de “manifesto comunista do século XXI”, pois suas intenções jamais foram a de propor um projeto político específico. De fato, o que Hardt e Negri propõem não é um projeto, mas sim o projeto de um projeto – nem poderia ser diferente. Se a Multidão é o princípio que tem o potencial de reorganizar a sociedade, então emerge daí que o projeto político de uma nova utopia deve vir da própria Multidão, não de Hardt e Negri. Nesse sentido, Santos (2008) e Laclau e Mouffe (2004) apresentam concepções análogas: para Santos (2008) os limites da democracia liberal/eleitoral/formal estão bastante claros, mas a forma que a democracia precisa

assumir não pode ser teoricamente fixada *a priori*, uma vez que, para que ela possa ser universalizada como um valor é necessário que seja reinventada a partir de um diálogo intercultural. Para Laclau e Mouffe (2004) o pós-fundacionalismo e a impossibilidade de uma fixação última de sentido que viabilizam a democracia radical, também fazem com que o significado da própria democracia esteja sempre ameaçado, em perpétua discussão – mesmo que a esquerda consiga articular uma democracia baseada em valores socialistas, será necessário reconhecer que ela não passa de uma construção e que, como tal, pode ser desconstruída e ressignificada através da disputa política. Trata-se, novamente, de um projeto de um projeto.

Tendo por base esse entendimento, é possível traçar similaridades importantes entre os pensamentos Santos, Laclau, Hardt e Negri, especialmente no que diz respeito à questão da democracia. Trata-se de identificar algumas lições, um conjunto de posturas teórico-políticas em comum que emergem da obra dos três autores, ou que ao menos se coadunam bem com os princípios teóricos e políticos expressos em todos. Tendo a democracia por foco, podemos destacar três grandes pontos em comum:

Em primeiro lugar, uma **Epistemologia da Incerteza**, que parte do reconhecimento de que o conhecimento absoluto e definitivo, assim como as verdades objetivas, são uma impossibilidade lógica. Em Santos esse elemento é bastante claro, uma vez que a questão epistemológica é tratada como fundamental e definida explicitamente como sendo central em sua obra. O texto básico que demonstra essa preocupação é “Um Discurso sobre as Ciências” (SANTOS, 2009), mas ela se encontra novamente expressa em “Epistemologias do Sul” (SANTOS; MENESES, 2010) e em “Conhecimento Prudente para uma Vida Decente” (2006). De modo geral, os esforços de Santos, vão no sentido de demonstrar a incerteza a partir do interior das ciências que se pretendem exatas. “Um discurso sobre as ciências”, por exemplo, tem por foco a física (considerada a rainha das ciências quando do lançamento do livro, na década de 1980) e busca demonstrar como algumas descobertas no interior da disciplina fazem com que a presença da incerteza e da historicidade do conhecimento brotem de dentro da própria física.

A mecânica quântica, a relatividade de Einstein, o princípio da incerteza de Heisenberg: essas e outras descobertas trazem a subjetividade do pesquisador para dentro da física de uma forma radical e justificam a afirmativa de Santos de que “Todo conhecimento científico-natural é científico-social” (2009, p. 35) – trata-se não

apenas de afirmar o caráter socialmente construído do conhecimento científico, mas também de demonstrar que, como a presença do observador e o próprio ato de observar influencia profundamente o resultado, o conhecimento positivo deixa de ser possível e se assemelha cada vez mais ao conhecimento interpretativo. É nesse sentido que Santos (2006; 2008; 2009; 2010) chama a atenção para a necessidade de uma transição paradigmática que nos leve a um novo modelo (pós-moderno) de ciência, que seria construído a partir de uma aproximação entre as ciências sociais e as ciências naturais, tendo as primeiras como polo catalizador (de fato, quando a subjetividade entra em cena é fácil reconhecer que as ciências sociais estão mais bem preparadas pra lidar com ela – a descoberta de que o “objeto” se comporta de forma diferente na presença do pesquisador pode ser desorientadora para a física, mas é trivial para a antropologia, por exemplo).

Já no caso de Laclau (2010) a incerteza emerge a partir do reconhecimento de que todo o sentido atribuído pela experiência humana passa pela construção social e de que, portanto, nossa visão acerca do mundo é irresistível e incontornavelmente mediada por fatores profundamente subjetivos. Nesse ponto, Laclau aproxima-se de Hardt e Negri (2004, p. 122) , na medida em que a afirmação destes últimos de que o comum é “(...) nossa primeira, segunda e enésima natureza” significa, entre outras coisas, que toda a experiência humana, inclusive o conhecimento do real e a própria individualidade, são construídas a partir do comum (ao mesmo tempo em que o constroem). As ideias de articulação discursiva e de potência ontocriativa só fazem sentido quando se parte de uma epistemologia que postula a impossibilidade do conhecimento positivo. Embora o caminho realizado por cada um dos três autores seja distinto, todos chegam à incerteza como elemento central de sua construção teórica e partem dela para sustentar outros raciocínios mais profundos.

Para além da simples incerteza, outro ponto em comum na construção teórico-política dos autores é a **Comunidade**. Acreditamos ter demonstrado, ao longo dessa seção, o quão relevante são as contribuições de Hardt e Negri (2004) para esta questão, através do conceito de multidão. Há aí um ponto de contato com as formulações de Santos (2008) para quem a comunidade é parte constitutiva do projeto da modernidade. Santos propõe que a modernidade seja compreendida como um projeto complexo que assenta sobre dois pilares: regulação e emancipação. Cada pilar é, por sua vez, também composto de três formas de

energias regulatórias ou emancipatórias, conforme seja o caso. As emancipações são possíveis através de três formas de racionalidade: a racionalidade moral-prática (associada à ética e ao direito), a racionalidade estético-expressiva (associada à arte e à criatividade) e a racionalidade técnico-científica (associada ao conhecimento científico e ao desenvolvimento de técnicas e tecnologias). Paralelamente, as três energias regulatórias são: estado, mercado e comunidade. Santos estabelece uma correspondência entre as energias regulatórias e as racionalidades emancipatórias, afirmando que a racionalidade técnico-científica tem seu *locus* privilegiado no Mercado, a racionalidade moral-prática tem seu *locus* privilegiado no Estado e a racionalidade estético-expressiva tem seu *locus* privilegiado na comunidade.

O que é necessário levar em consideração é que, a partir do projeto da modernidade capitalista, as energias emancipatórias foram apropriadas pelas energias regulatórias e que, mesmo dentro do próprio pilar da regulação, a comunidade é um princípio esquecido. Tendo em vista o modelo hegemônico de democracia, baseado nos valores liberais, o princípio do mercado reina acima dos outros dois, com o princípio do Estado em segundo lugar e o princípio da comunidade não apenas submetido aos outros dois, mas aniquilado de forma quase completa e reduzido à insignificância. É necessário reconhecer que a maximização do princípio da comunidade era o objetivo final do pensamento político marxista, conforme indicado pela própria ideia de comunismo como uma sociedade sem Estado e sem classes – entretanto, a fase intermediária proposta por Marx em termos de um ditadura do proletariado na qual os proletários assumiriam o controle do Estado de forma autoritária para organizar a transição para o comunismo, implica em uma maximização do princípio do Estado, em detrimento do próprio princípio da comunidade. O autor que sintetiza a crítica desta contradição de forma mais precisa é Bakunin (1873, s/p) “(...) anarquismo ou liberdade é a meta, enquanto o estado e a ditadura é o meio, então logo, com o objetivo de libertar as massas, elas devem antes serem escravizadas”. Daí que, concretamente, a realização histórica dos ideais comunistas tenha se traduzido em uma maximização autoritária do princípio do Estado, sem destruir o princípio do Mercado e continuando a esmagar fortemente o princípio da comunidade.

Resgatar o princípio da comunidade é um projeto que está na raiz do pensamento da esquerda: anima marxistas e anarquistas e reúne em torno de si boa parte da esquerda acadêmica contemporânea – Santos, assim como Hardt e Negri,

se declaram explicitamente favoráveis a este curso de ação, que também se coaduna bem com a ideia de Democracia Radical proposta por Laclau. O grande desafio, entretanto, se dá em torno da viabilidade de uma autorregulação baseada nestes princípios em sociedades que possuem a experiência de uma organização política e econômica liberal moderna, com base no Estado e no Mercado. Se a tradição marxista se confrontou com o problema do autoritarismo emergindo a partir da maximização do Estado na ditadura do proletariado, as tradições anarquistas enfrentaram uma grande dificuldade prática em termos da viabilidade de seu projeto, uma vez que parece implausível que a comunidade tenha capacidades regulatórias tão poderosas quanto o Estado e que a transição direta para uma organização comunal parece carecer de bases de sustentação.

Nesse sentido, as formulações de Hardt e Negri a respeito da emergência da multidão sociológica podem ser compreendidas como uma argumentação no sentido de afirmar que o desenvolvimento tecnológico e a construção da hegemonia do trabalho imaterial acarretam mudanças estruturais no princípio da comunidade que finalmente o tornam um candidato viável para a regulação da realidade social. A escolha não se dá mais entre o autoritarismo da soberania e a frágil organização do anarquismo, uma vez que a Multidão finalmente se tornou capaz de organizar a realidade social de forma mais eficiente do que o próprio Estado. A utopia multitudinária de Hardt e Negri passa pela afirmação de que o governo do uno (seja este uno o Rei ou o Povo) é necessariamente autoritário e sufoca as pluralidades. A multidão é um corpo essencialmente plural, por sintetizar a individualidade e a coletividade de forma complexa – ou melhor, é uma pluralidade de corpos plurais, o que justifica o uso ocasional do termo “multidões” por Hardt e Negri.

Por fim, a **radicalização da democracia**. Do ponto de vista de Santos (2010a) trata-se de reconhecer que o modelo hegemônico (liberal) de democracia se baseia em uma “inclusão política abstrata feita de exclusão social” (2010a) e de propor a inclusão de mecanismos de participação e representação alternativa, bem como uma rediscussão profunda do próprio significado do termo democracia em conjunção com um diálogo intercultural. Do ponto de vista de Hardt e Negri, a democracia deverá ser sustentada pela multidão, eliminando a soberania e o autoritarismo do Estado e os substituindo pela autogestão da sociedade por meio do uso de tecnologias informacionais em rede e estruturas organizatórias horizontais. Do ponto de vista de Laclau (2010), a democracia está baseada na incerteza e a

constante abertura para a construção e reconstrução de significados é sua característica mais básica.

A partir destes três elementos (a incerteza, a comunidade e a radicalização da democracia) é possível construir uma grelha teórica que nos permita aproximar o ponto de vista dos autores aqui trabalhados do discurso dos manifestantes. Para que isso seja possível, se torna necessário, em primeiro lugar, realizar algumas elaborações metodológicas. Este caminho é percorrido no próximo capítulo.

CAPÍTULO II: METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

2.1. MEDITAÇÕES METODOLÓGICAS

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo. Nossa proposta inicial é a de dar voz aos manifestantes, situação na qual normalmente a entrevista é o método preferido. Estamos, entretanto, diante de um caso específico em que dado o tempo e a escala da pesquisa não seria possível realizar entrevistas suficientemente representativas para atingir tal propósito. Assim sendo, optamos por recorrer à análise documental, concentrando nossos esforços em reportagens que contivessem entrevistas realizadas pelos próprios meios de comunicação. Nosso foco, aqui, são especificamente tais entrevistas, consideradas como documentos.

Estamos cientes de que, com relação a uma entrevista realizada pelo próprio pesquisador, a entrevista realizada por um jornalista e publicada por meios de comunicação possui uma série de desvantagens, que são comuns aos documentos de maneira geral. A principal delas é a impossibilidade de pedir esclarecimentos e de realizar novas perguntas - aquilo a que Cellard se refere ao dizer que o documento é "tagarela", porém "surdo" (2008). Há ainda a possibilidade de distorções variadas realizadas por vários dos indivíduos envolvidos no processo de realização e publicação de uma entrevista jornalística (seja durante a própria realização da entrevista, seja durante o processo de edição para publicação).

Diante destas e de outras objeções semelhantes que se poderiam levantar contra o método escolhido, gostaríamos de reafirmar o caráter exploratório de nossa pesquisa, cujo propósito principal é o de levantar hipóteses a respeito do sentido das manifestações e não o de aferir fatos. Para além disso, é necessário levar em consideração que, ainda que as distorções jornalísticas certamente sejam prejudiciais à pesquisa em algum grau, não há a possibilidade de realizar um trabalho livre de distorções. Ao recorrer a entrevistas realizadas diversos meios de comunicação, com linhas editoriais diferentes, têm-se, inclusive, a expectativa de que as diversas distorções realizadas em direções distintas sejam menos prejudiciais do que a distorção involuntária (mas provavelmente mais uniforme) que certamente seria realizada pelo próprio pesquisador, se este se entregasse à tarefa de realizar, ele

mesmo, as entrevistas.

Quanto à seleção das entrevistas a serem analisadas, foi realizada uma busca inicial no sistema online de alguns grandes meios de comunicação (Zero Hora, Veja etc) com foco nos meses de junho e julho de 2013. Apesar do grande número de reportagens encontradas a respeito do tema, nem todas continham entrevistas e a maior parte das que continham haviam sido realizadas com intelectuais e analistas políticos. O pequeno volume de material encontrado foi complementado por uma entrevista realizada no programa televisivo Roda Viva e por uma outra realizada pelo Centro de Mídia Alternativa, encontrada através do uso de mecanismos de busca online, totalizando sete entrevistas, que são incluídas em anexo ao final desta dissertação.

Nesta pesquisa, a escolha de se trabalhar com entrevistas jornalísticas (documentos) se baseia em considerações de cunho epistemológico e teórico, tanto quanto metodológico. Nosso ponto de partida é aquele que talvez seja um dos princípios mais fundamentais da sociologia, formulado por William I. Thomas no começo do século XX: “Se os homens definem uma situação como real, ela se torna real em suas consequências” (1928). Isso significa que, do ponto de vista da sociologia, conhecer a realidade concreta, saber o que de fato aconteceu ou está acontecendo, pode não ser mais importante do que entender os pontos de vista de indivíduos e grupos acerca destes mesmos fatos. Quando se trata de questões sociais; discursos, ideologias e visões de mundo são dados tão reais quanto condições de trabalho, relações de produção, taxas de suicídio ou qualquer que seja a questão material que se pretenda abordar.

A sociologia da religião, por exemplo, não costuma se ocupar do problema teológico e filosófico da existência de divindades, e sim das estruturas organizacionais, práticas e crenças religiosas. A questão de saber se existe um criador inteligente que planejou o universo pode ser relevante em uma série de contextos, mas é o que menos importa de um ponto de vista sociológico: existam ou não Javé, Alá, Shiva e outros deuses, o fato é que existem cristãos, muçulmanos, hindus e membros de diversas religiões. Tais indivíduos orientam suas ações a partir de considerações religiosas e agem segundo os ensinamentos de seus líderes e de suas divindades. Se tais divindades existem ou não é sociologicamente irrelevante: o que importa é que existe a ideia de uma divindade e isso é suficiente para motivar atos dos mais variados (caridosos,

bélicos, solidários, hediondos ou apenas gregários) que possuem um impacto real no mundo e são fundamentais para quem deseja compreendê-lo.

Este pequeno comentário acerca da sociologia da religião pode parecer despropositado no contexto desta pesquisa, mas é, na verdade, bastante relevante para demarcar bem a lógica teórica e epistêmica que seguimos aqui. O sentido do real não está fixado *a priori* e o acesso direto às coisas no mundo, sem mediações, é uma tarefa impossível. Pode-se sempre lutar para diminuir o abismo entre a realidade e a interpretação que dela se tem, mas esta é uma tarefa ingrata, que jamais pode ser concluída plenamente. Se fosse nossa intenção construir um relato fiel do que aconteceu durante as mobilizações, haveria uma série de métodos que poderiam promover um contato mais direto com o objeto (como a observação participante) ou que teriam o potencial de mitigar parte da subjetividade das interpretações (principalmente uma série de técnicas quantitativas). O olhar que adotamos neste trabalho é, entretanto, outro.

Não nos interessa saber com riqueza de detalhes o que de fato aconteceu. Este não é um trabalho histórico, muito menos um trabalho histórico de vocação positivista. Nossa preocupação é no que diz respeito à potencialidade das manifestações para a democracia

– e a democracia, sendo uma construção social, está extremamente sujeita às vicissitudes dos discursos. Que uma janela específica tenha sido quebrada, ou que determinado carro tenha sido queimado, são fatos que importam, mas o que nos interessa aqui é a forma através da qual as pessoas significam a quebra da janela ou a queima do carro.

A potencialidade que estas mobilizações possuem de gerar mudanças no contexto democrático tem menos a ver com como elas ocorreram e mais a ver com que tipos de novas posturas e atitudes elas suscitaram, que tipos de discursos elas oportunizaram e que pontos de referência elas criaram para a construção de opiniões. A mídia, nesse sentido, tem um papel relevante. Se a cobertura que um veículo de comunicação faz do protesto é ou não “condizente com a realidade” é algo extremamente difícil de verificar e importa menos, aqui, do que o impacto que tal cobertura possui na visão das pessoas que consomem aquela informação e, através delas, na própria realidade.

Partindo de tal postura, o uso de entrevistas realizadas com participantes dos movimentos se justifica como forma de acessar ao menos uma parcela da

infinidade de interpretações possíveis que os atores envolvidos fazem da realidade social. Concordamos com a observação de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1968) segundo a qual tais interpretações não devem ser confundidas com a realidade tal qual ela é. Compartilhamos da opinião de que o conhecimento científico, apesar de ser, ele mesmo, uma construção limitada da realidade, apresenta vantagens sobre o conhecimento direto dos atores envolvidos, no sentido de ser um esforço sistemático que faz uso de procedimentos teóricos e empíricos rigorosos (POUPART, 2010). Nossa intenção não é, portanto, a de colocar a responsabilidade nas mãos dos atores e a de se abster de tecer interpretações. O ponto que queremos deixar bem claro aqui é que a maior parte das interpretações que serão tecidas neste trabalho são *interpretações sobre as interpretações dos participantes* (ou, mais precisamente ainda, *interpretações sobre as interpretações jornalísticas sobre as interpretações dos participantes*). Nesse sentido, nosso objeto não é principalmente as mobilizações em si, mas sim os discursos por elas suscitados que, como cremos ter argumentado satisfatoriamente mais acima, possuem um impacto fundamental na realidade social.

É claro que uma aproximação um pouco mais direta da realidade social também não está fora do escopo deste trabalho. Para que se possa repensar questões teóricas no campo dos movimentos sociais é necessário esforçar-se em algum grau para compreender não apenas os discursos acerca das mobilizações, mas também as mobilizações em si – ou melhor: é necessário que o pesquisador construa interpretações não apenas acerca das interpretações dos atores, mas também acerca de suas ações e do significado de suas ações. Não sendo possível, por uma questão de limitação de tempo e recursos, empregar métodos de pesquisa que permitissem um acesso menos indireto aos dados (observação participante) ou um conjunto de informações mais precisas (técnicas quantitativas) tudo o que podemos fazer é levantar hipóteses com base nas informações a que temos acesso e nas análises preliminares de outros pensadores de modo elaborar construções provisórias que nos permitam organizar pesquisas futuras.

É importante ter em mente que os discursos dos participantes fazem parte das mobilizações de uma forma tão inextrincável que tentar traçar uma linha entre uma coisa e outra se torna um exercício fútil. Nesse sentido, recorreremos a ideia de

representações sociais (GUARESCHI, HERNANDEZ e CÁRDENAS, 2010) para pensar a respeito de tais discursos. Segundo Guareschi (2010) e Jovchelovitch (2008) “Representações Sociais” pode ser compreendido tanto como uma teoria quanto como um fenômeno. Como teoria, ela se interessa principalmente pelos saberes produzidos na e pela vida cotidiana (GUARESCHI, 2010, p. 78), lidando com “(...) o estudo e as explicações dos fenômenos, que aparecem no discurso público”. (MARKOVÁ et al, 2010, p.279). Como fenômeno, ele faz referência a realidades psíquicas sociais (GUARESCHI, 2010, p. 78).

De fato a própria ideia de representação diz respeito à capacidade humana de criar realidades psíquicas, de falar de um objeto, pensar sobre ele e mesmo relacionar-se com ele em sua ausência material (GUARESCHI, 2010). Esta já é, por si só, uma atividade necessariamente social, sem a qual é impossível conhecer o que quer que seja. A teoria das representações sociais nos parece aqui bastante útil para pensar a tarefa a qual nos propomos, uma vez que ela pretende entender as representações sociais “(...) como sendo entidades em si mesmas, realidades mentais; por isso são representações, construções psíquicas, imateriais. Mas (...) também, (...) realidades sociais” (GUARESCHI, 2010, p. 81).

É importante destacar que a ideia de representação social tende a ser erroneamente compreendida como fazendo referência exclusiva ao senso comum e como se necessariamente dissesse respeito a noções aceitas pela sociedade como um todo. Nesse sentido, parece mais simples usar a moldura teórica das Representações Sociais para lançar um olhar sobre um discurso midiático (hegemônico e majoritário) do que sobre o discurso dos próprios atores relacionados aos movimentos (contra-hegemônico e minoritário). Quanto a isto, gostaríamos de fazer duas objeções: 1 – Em primeiro lugar, esta é uma caracterização mais ou menos maniqueísta, uma vez que a grande mídia não é tudo o que existe, sendo necessário reconhecer uma variedade de veículos jornalísticos que muito provavelmente apresentarão, entre si, alguma diversidade de representações, dificultando a unificação de um “discurso midiático” e relativizando a ideia de que essa pluralidade de discursos se constitua em uma hegemonia. O escopo das mobilizações em tela também dificulta a afirmação de que o discurso (plural) dos atores seja minoritário e a presença de reivindicações conservadoras torna duvidosa a ideia de ele seja contra-hegemônico (no sentido de SANTOS, 2010); 2 – Se entendermos a sociedade como em constante

processo de construção e transformação e os movimentos sociais como importantes forças que tentam fixar o sentido do social, viabilizando ou obstaculizando as transformações, então as Representações Sociais “(...) devem ser entendidas como espaços de atividade e ação (...) um *corpus* organizado de conhecimento [que permite] aos seres humanos tornar a realidade social inteligível e libertar os poderes de sua imaginação” (GUARESCHI, 2010, p. 84). Nada têm a ver, portanto, com a ideia estanque e totalizante de representações sociais como visões monolíticas e majoritárias. Assim sendo, pode ser útil pensar em termos de uma “guerra de representações sociais” (GUARESCHI, 2010), uma *kulturkampf* (MOSCOVICI, 2003), isto é, uma disputa agressiva pelo sentido dos fenômenos. Essa própria diversidade de representações sociais, esses próprios sentidos variados, é que nós pretendemos interpretar a partir de uma análise das entrevistas (consideradas aqui como documentos), adicionando mais uma camada de representações sociais (científicas) sobre a primeira (do senso comum), como se um fotógrafo pretendesse documentar um quadro de Magritte, resultando em uma fotografia de uma pintura de um cachimbo.

As técnicas e os procedimentos que podem ser aplicadas quando se procura realizar análise documental são extremamente variados. No nosso caso específico, tomamos emprestados alguns métodos de uma abordagem irmã, a análise de conteúdo, a respeito da qual julgamos que seja produtivo fazer um breve excursão teórico. A análise de conteúdo é um método que foi divulgado principalmente através do trabalho de Laurence Bardin (2009) e que se caracteriza por empregar um conjunto variado de técnicas para analisar sistematicamente o conteúdo de mensagens, falas, textos e comunicações. Sua proximidade com a análise documental é bastante clara de modo que alguns autores (por exemplo CALADO; FERREIRA, 2005) consideram a análise de conteúdo simplesmente como sendo a parte “dura” da análise documental, isto é: a fase de análise propriamente dita dos documentos recolhidos. Poder-se-ia argumentar que a diferença entre uma e outra reside no fato de que a análise de conteúdo pode ser aplicada a fontes outras que não os documentos, mas, nesse caso, seria necessário definir “documento” de forma precisa, o que nem sempre é uma tarefa fácil. O que importa aqui, mais do que diferenciar rigorosamente métodos aproximados, é explicitar os procedimentos a que recorreremos na análise

e construção dos dados.

Recorrendo a Bardin (2009, p. 95) temos que a primeira fase da análise de conteúdo, que antecede qualquer procedimento sistemático de interpretação dos dados seria a da pré-análise na qual se pretende aventar hipóteses, de modo a viabilizar as fases seguintes do processo. No que diz respeito às entrevistas, a pré-análise se dá através de uma “leitura flutuante”, da qual emergem intuições que podem, com proveito, ser convertidas em hipóteses sistematizadas (BARDIN, 2009, p. 60). Tais hipóteses podem ser utilizadas para elaborar um instrumento analítico que emerge a partir do próprio fazer da pesquisa, e que pode ser codificado como uma tabela, um quadro sinóptico ou, como prefere Bardin, uma “grelha de análise” (BARDIN, 2009, p. 62). O mesmo procedimento também é advogado por Bardin quando se trata da análise de textos jornalísticos (BARDIN, 2009, p. 75), em conjunto com uma série de métodos quantitativos que pretendem analisar a frequência com que determinadas palavras e expressões aparecem, bem como suas cargas valorativas (BARDIN, 2009, p. 77-91).

Como se vê, a diversidade dos métodos empregados na análise de conteúdo fornece vantagens importantes para a apreensão dos fenômenos. O fato de que a leitura flutuante permita a elaboração de instrumentos analíticos durante a pesquisa e a partir das impressões suscitadas pelo material empírico é de fundamental importância, pois significa que a complexidade não é reduzida *a priori* de forma arbitrária, pelo contrário: ela é reconhecida e recebida de braços abertos, e os critérios que serão usados para sua redução emergem contextualmente, a partir da própria experiência em tela.

O que há de central na análise de conteúdo é sua versatilidade. Embora a dimensão quantitativa tenda a ganhar destaque, de modo que a análise de conteúdo é, por vezes, diretamente associada com a medição de frequência das palavras, este trabalho prioriza a dimensão qualitativa da análise de conteúdo e, mais especialmente, a leitura flutuante. Nosso propósito principal é o de tentar aferir as aproximações e os afastamentos entre o discurso dos participantes e o discurso da esquerda acadêmica no que diz respeito a questões pertinentes à democracia. Não buscamos uma proporcionalidade quantitativa ou um valor estatístico amostral, mas sim a realização de uma pesquisa exploratória que permita a formulação de hipóteses a respeito do sentido das manifestações.

É importante ter em mente a clássica distinção de Max Weber entre explicação e compreensão. A explicação (forma de conhecimento típica das ciências positivas) se caracteriza por possibilitar o entendimento de como as coisas ocorrem, principalmente em um nível físico, descritivo, ou de relações causais. A compreensão (forma de conhecimento privilegiada pelas ciências interpretativas, como a sociologia) se dedica às motivações e anseios e se interroga acerca do sentido. Se um indivíduo, armado de uma carabina, dá um tiro em um javali e o mata, a explicação desta ação seria algo como: "Ao puxar o gatilho, o indivíduo aciona o martelo da arma de fogo, que choca-se contra o cartucho. A seguir, a energia cinética do martelo é convertida em calor e causa a explosão da pólvora no interior do invólucro da bala, causando a propulsão do projétil que é disparado a uma velocidade de centenas de quilômetros por hora. Ao atingir o animal, a o projétil causa danos a sua integridade física e a seus órgãos internos, neste caso específico, levando-o à morte". Tudo isto está muito bem e nos dá uma ideia muito clara de *como* o a ação ocorreu, mas não nos explica a questão humana básica de *por quê* ela ocorreu. O que levou o indivíduo a dar o tiro? A compreensão da ação se dá nesse nível e poderia ocorrer, por exemplo, nos seguintes termos: "O indivíduo em questão pratica a caça como um esporte, inserido em uma tradição que remonta à idade média europeia. O sentido da ação é, portanto, o lazer." ou "O indivíduo aprecia o sabor da carne do javali e possui a intenção de prepará-la e ingeri-la posteriormente. O sentido da ação, é portanto, a alimentação e o prazer culinário." ou mesmo "Na verdade, não havia a intenção inicial de abater um animal. Ocorre que, a caminho de uma competição de tiro, nosso caçador involuntário foi atacado por um javali. O sentido de sua ação era a autopreservação de sua vida e de sua integridade física."

A explicação sozinha jamais pode levar à compreensão: ambas estão em níveis diferentes de entendimento. É verdade que, para certos fenômenos, a explicação é tudo o que existe (não há o que se compreender a respeito de uma fruta que cai, uma vez que frutas não possuem consciência nem motivações) mas para os fenômenos humanos e sociais a compreensão é a forma mais alta de entendimento. Não se quer, com isso, realizar uma clivagem radical entre ciências naturais e ciências humanas, mas apenas chamar a atenção para o fato de que o objeto de estudo das ciências sociais é qualitativamente diferente, pelo fato de possuir consciência – ou, mais precisamente, para o fato de que, enquanto as

ciências naturais se ocupam de objetos as ciências humanas se ocupam de sujeitos.

É necessário levar em consideração, entretanto, que essa distinção nem sempre esteve presente nas discussões a respeito da sociologia. Os esforços de fundação da disciplina, por exemplo, estiveram ligados a uma corrente de inspiração claramente positivista em que Comte e Durkheim tentavam criar uma ciência do social que fosse, tanto quanto possível, um espelho das ciências exatas e naturais. Embora as discussões sobre a sociologia enquanto disciplina tenham avançado muito e o positivismo clássico esteja largamente desacreditado como uma postura epistemológica e como uma visão acerca da verdade e do conhecimento, essa concepção herdada das ciências exatas continua a ter seus impactos na forma como a metodologia de pesquisa é tratada em ciências humanas. Boa parte da terminologia e da estrutura que utilizamos em nossas discussões continua a ser um reflexo das metodologias utilizadas pelas ciências exatas.

Distinções entre técnicas, métodos e instrumentos têm, em ciências humanas, um sentido necessariamente metafórico e aproximado, que, por diversas vezes, parece forçado para que imitemos a fórmula utilizada pelas ciências exatas. Hipoteticamente, poderíamos identificar diversas origens para esse tipo de esforço. Em primeiro lugar, se poderia destacar uma origem histórica, da fundação positivista das ciências humanas e da sociologia em particular. Em segundo lugar, uma origem na busca de prestígio já que, uma vez que as ciências exatas têm sua legitimidade assegurada pela demonstração de utilidade que dão através da tecnologia, aproximar-se delas tanto quanto possível parece uma estratégia válida para garantir a legitimidade da pesquisa em ciências humanas. Por fim, talvez a principal origem esteja em um fator institucional: as agências de fomento são, de modo geral, construídas tendo em mente as ciências exatas e naturais, adicionando as ciências humanas como um "*afterthought*", de modo que parece necessário se perguntar até que ponto boa parte dos critérios utilizados para avaliação da pesquisa em ciências humanas (inclusive para concessão de verbas) não são más adaptações dos critérios adequados para as ciências exatas.

Esse fator institucional se estende para além das agências de fomento e se reflete, combinado com os outros dois, na forma como a discussão acerca da metodologia ocorre na própria universidade. Por vezes, é possível se deparar com

aulas de metodologia da pesquisa que ensinam duas competências muito diferentes que se encontram, em larga medida, tristemente desconectadas uma da outra: a capacidade de fazer projetos e a capacidade de fazer pesquisa. A discussão abstrata sobre material, métodos e instrumentos, a diferenciação entre problema de pesquisa e objetivos, e a insistência na forma adequada de formular hipóteses se referem largamente à primeira competência. Projetos podem e devem ser um guia útil para a realização de pesquisas: a estrutura formulaica institucionalmente exigida pela academia é que faz com que, na prática, eles geralmente não o sejam (ou o sejam em um grau bem menor do que o ideal). O paradoxo da discussão metodológica em ciências humanas é que ela se aprofunda justamente no que há de mais superficial (distinções técnicas menores a respeito de como formular uma proposta de pesquisa) e permanece superficial naquilo que interessa de forma mais profunda (a realização da pesquisa em si).

Para que se compreenda o que queremos dizer quando fazemos referência ao caráter metafórico e aproximado das distinções metodológicas em ciências humanas, é necessário apenas lançar um olhar mais atento para o fazer típico da pesquisa em ciências exatas, na qual nascem os termos que tomamos emprestados. Quando se trata de testar reagentes em um laboratório, "material" e "instrumentos" possuem um sentido literal que dificilmente pode ser atingido na pesquisa em ciências humanas. Quanto se trata de sociologia, debates extensos sobre a diferença entre método de pesquisa, metodologia, técnicas de medição, instrumentos etc partem de um erro fundamental acerca da natureza da pesquisa em ciências humanas, qual seja: a suposição de que exista uma diferença clara e estanque entre cada um desses elementos quando o que há é apenas uma distinção aproximada, cheia de continuidades e de esfumaçamentos entre eles.

Boa parte das exigências formais que dizem respeito ao estilo de redação do texto acadêmico partem de confusões análogas. Os manuais de metodologia recomendam aos que estão se iniciando na pesquisa que utilizem formas impessoais: "foram efetuadas análises" em lugar de "efetuei análises" ou de "analisamos"; "a pesquisa foi realizada" em lugar de "pesquisei" ou "realizamos a pesquisa" e assim por diante. O uso da primeira pessoa é considerado no mínimo uma gafe, quando não um erro imperdoável que descaracteriza o texto científico. Novamente, essa lógica tem muito sentido em ciências exatas. Exceto por alguns campos de vanguarda em que o limite entre sujeito e objeto têm sido

problematizado, a física não se comporta de forma diferente dependendo da história e do status social do pesquisador. Se seus pais morreram no desastre de Chernobyl, isso não lhe garante nenhuma compreensão especial acerca de como a física nuclear funciona – mas não há analogia possível com o conhecimento a ser construído em ciências sociais.

Caso seja realizada uma pesquisa a respeito da intersecção entre machismo e racismo nas sociedades ocidentais modernas, o fato de ela estar sendo realizada por um homem branco, por uma mulher negra, por uma mulher branca, ou por um homem negro faz toda a diferença. Uma mulher negra possui experiência de primeira mão com as formas de preconceito em questão, que conferem a ela um conhecimento não sistematizado, mas mais direto da opressão que está sendo discutida. Que seja considerado inadequado que ela se expresse em um trabalho acadêmico afirmando-se como mulher negra e fazendo referência a sua vivência pessoal não passa de um gigantesco desperdício de experiência (no sentido de SANTOS, 2010b) e de uma reafirmação do machismo e do racismo com os quais ela já sofre fora da academia.

As ciências exatas são impessoais: é possível para qualquer um chegar aos mesmos resultados, pois se tratam (ao menos na superfície) de verdades objetivas acerca de como a realidade funciona. Seu encanto reside precisamente nesta impessoalidade que faz com que, em princípio, os segredos do universo sejam acessíveis a qualquer um que esteja disposto a seguir o método científico. Com as ciências humanas ocorre justamente o contrário, pois os segredos da humanidade são muito mais subjetivos do que os da natureza. Para nós, o encantamento reside justamente na pessoalidade do conhecimento que se constrói, na possibilidade de exercitar sua criatividade na construção de verdades sociais, culturais e políticas. Se todos os alunos de uma turma de química realizam a mesma pesquisa e chegam aos mesmos resultados, devem ser parabenizados pelo rigor com que aplicaram o método científico. Se todos os alunos de uma turma de sociologia realizam a mesma pesquisa e chegam aos mesmos resultados, devem ser desqualificados por plágio.

O esforço por espelhar-se metodologicamente nas ciências exatas não apenas torna as ciências humanas menos interessantes, mas também menos fecundas. É evidente que, sob certas circunstâncias, o uso de técnicas quantitativas pode fornecer elementos interessantes para explicar os fenômenos que se pretende

analisar – mas é muito mais frequente que ele sirva apenas para substituir uma compreensão profunda por uma explicação superficial, desumanizando fenômenos humanos.

Para além disso, é necessário reconhecer, em uma analogia direta com o pensamento Marxiano, que há uma desumanização do próprio ato de pesquisar e uma espécie de proletarização do sujeito pesquisador. Assim como a separação entre planejamento e execução aniquila a autorrealização humana através do trabalho, a mecanização da pesquisa e as frias imposições institucionais aniquilam a autorrealização do pesquisador através da pesquisa (que é, afinal de contas, uma forma de trabalho). Nesse sentido, a metodologia é, ao mesmo tempo, planejamento e meios de produção. Quando os procedimentos de construção e interpretação dos dados, que estão no coração da pesquisa, foram construídos por outro sujeito que não o pesquisador que a está realizando, então o resultado necessariamente será estranho aquele que o produziu. Há uma fetichização da pesquisa (que parece adquirir uma vontade própria, independente do pesquisador) e uma alienação do pesquisador (que não se reconhece no produto final).

Novamente, a questão da linguagem se faz presente aqui. Se compreendermos o ato de pesquisar como uma produção de discursos, então somos forçados a reconhecer o óbvio: o papel central da linguagem neste processo. As estruturas linguísticas são os meios de produção dos discursos e aqui a proletarização se mostra novamente com força total, através das misteriosas exigências da gramática normativa e daquilo que Marcos Bagno denomina, em uma expressão muito feliz, como "Norma Oculta" (2003). A linguagem é uma coisa viva e deve ser usada livremente pelo sujeito que se expressa de modo a melhor comunicar o que ele deseja, da forma que ele deseja, com adequação ao contexto em que ele deseja se comunicar. Se é possível sustentar, mesmo que apenas a partir de uma perspectiva ingênua, que existem leis da natureza que podem ser conhecidas de forma segura e absoluta através do método científico, o mesmo não é verdade para os fenômenos linguísticos. A linguagem é, ela mesma, um fenômeno social, dependente das motivações e dos sentidos socialmente construídos, de modo que a distinção entre explicação e compreensão colocada por Weber retorna aqui com força total.

As normas da língua não são reveladas por Deus, nem estão inscritas de forma tangível na estrutura da realidade: são construídas e reconstruídas o tempo

todo por indivíduos e grupos, de modo que são necessariamente fluidas. A assim chamada "gramática normativa" ignora essa verdade básica, colocando a questão em termos de "acertos" e "erros" de português. É necessário questionar, entretanto, quem define o que são acertos e erros. Parece evidente que, como Bagno demonstra (1999, 2003), essa definição parte de um pequeno setor das classes dominantes que expressam suas preferências pessoais em manuais elaborados a partir da consulta de textos "clássicos" (leia-se: desatualizados com relação às práticas linguísticas contemporâneas). Esse setor de "iluminados" que se arroga o direito de dominar, sozinho, a lógica e as regras da língua portuguesa, gostariam de nos fazer pensar que a misteriosa "norma culta" não é fruto de suas preferências pessoais, mas sim do português em si.⁹

Nesse ponto, é necessário deixar bem claro que a crítica à gramática normativa e à noção de "erro de português" não significa que se possa escrever ou falar de qualquer jeito, mas sim que a regulação do uso da língua deve ser uma autorregulação, a partir da intencionalidade do sujeito que fala ou escreve e do contexto em que ele o faz.¹⁰

Nesse sentido, quando se realiza a redação de um texto acadêmico, é evidente que certas convenções devem ser respeitadas, mas elas são limitadas pela visão e pela intencionalidade do próprio autor, bem como pelo grau de complexidade daquilo que se quer dizer. Em ciências humanas, muitas vezes há coisas que não podem ser ditas adequadamente sem violar as regras da gramática normativa, principalmente quando se trata de construir novas formas de

⁹ É neste ponto que é possível identificar uma fetichização absurda e grosseira da língua, pois não é possível falar em normas que emergem da língua em si mesma, a menos que se atribua às palavras e aos diversos elementos da linguagem uma consciência semelhante à humana. Tome-se, por exemplo, as misteriosas regras de colocação pronominal. Se escrevo no começo de uma oração, devo realizar ênclise, colocando o pronome oblíquo depois do verbo: "Faz-se necessário levar em consideração as necessidades individuais". Se, entretanto, esta ideia encontra-se encadeada com outra e precedida da conjunção "que", deverei realizar próclise, colocando o pronome oblíquo antes do verbo "(...) reconhecer que se faz necessário levar em consideração as necessidades individuais". Essa regra é, muitas vezes, explicada em termos de que existem determinadas palavras que "atraem" os pronomes. Mas qual a natureza dessa atração? Não se pode imaginar que objetos abstratos possuam cargas magnéticas, para que se atraiam segundo as leis da natureza. Aqui a fetichização assume seu nível mais extremo, pois, para que a explicação da regra funcione é necessário que as palavras literalmente possuam vontade própria e características humanas: "se" sente-se atraído por "que", talvez por que este último seja boa companhia, saiba travar conversas interessantes e esteja sempre disponível a ajudar quando necessário.

¹⁰ Não importa o que esteja escrito sobre colocação pronominal em um livro de gramática, "Dê-me cinco pãezinhos, por obséquio" não é a forma "correta" de pedir pães na padaria, há não ser que a intenção do falante seja a de soar pedante.

discursividade.¹¹

Não queremos aqui propor uma pesquisa anarquista, sem metodologia nem regras linguísticas, nem uma revolução para se apropriar dos meios de produção linguísticos e acadêmicos. Não se trata de enforçar o último representante da CAPES nas tripas do último gramático, mas sim de entregar-se ao processo de construção do conhecimento com a consciência de que essas armadilhas se colocam e de que, se cairmos nelas, a pesquisa se tornará menos prazerosa e, por conseguinte, menos fecunda. A forma de se apropriar dos meios de produção, no contexto da alienação metodológica e linguística a que fazemos referência aqui, é criar seus próprios meios de produção. No que diz respeito ao uso que se faz da língua, cabe ao próprio pesquisador evitar a obsessão pela mística "correção gramatical" e estruturar o texto da forma que ele acredita que melhor comunique as informações, a partir de seu próprio registro linguístico individual (no sentido de Bagno 1999). No que diz respeito à questão metodológica, a tarefa é inspirar-se nas metodologias que temos disponíveis a partir dos grandes autores, mas torná-las vivas, apropriar-se delas, modificando-as e adaptando-as ao contexto, de modo a criar suas próprias metodologias.

A análise de conteúdo de Bardin, por exemplo, nos oferece a possibilidade de aplicar técnicas de medição de frequência do uso de determinadas palavras, de modo a tentar mensurar elementos discursivos dos textos que estão sendo analisados. Mas, na prática, esse tipo de medição não nos permitiria chegar a nenhuma conclusão relevante. Que determinada representante do movimento passe livre tenha repetido a palavra "democracia" 20 vezes em uma entrevista é algo que nada diz a respeito do que essa pessoa pensa acerca da democracia – mesmo que se leve em consideração se a palavra foi utilizada em um contexto positivo ou negativo, isso não possibilita que se entenda o que ela quer dizer quando fala em democracia e não diz nada a respeito das posições políticas dela ou do movimento que ela representa.

A grande atração da análise de conteúdo enquanto metodologia é justamente que, para além da possibilidade da aplicação de técnicas de medição de frequência,

¹¹ A exigência da figura do "revisor de português" para os textos acadêmicos é, portanto, mais um ataque à individualidade do pesquisador e um risco para a qualidade da pesquisa. Se um sujeito formado em letras se dedicar a "corrigir" as construções linguísticas que uma mestranda em filosofia faz em sua dissertação sobre a incompletude ontológica do real em Zizek, é bem provável que o texto se torne pior depois da revisão.

ela é profundamente honesta com relação à natureza da pesquisa em ciências humanas. A ideia de uma "leitura flutuante" que suscita a formulação de hipóteses e a construção intuitiva de um quadro de análise representa não apenas o método específico da análise de conteúdo de Bardin, mas também o método da análise documental de modo mais geral e boa parte da pesquisa qualitativa em ciências humanas que, grosso modo, se resume a construir e analisar dados reflexivamente, armado de diversas lentes que nos permitem vê-los de forma mais precisa, ao mesmo tempo que os distorcem em alguns aspectos. A mais óbvia dessas lentes é o referencial teórico, mas existem outras menos "científicas" que precisam ser levadas em consideração, como a vivência pessoal do pesquisador, seus preconceitos e suas posições políticas.

No primeiro capítulo deste trabalho, explicamos boa parte de nosso referencial teórico e, ao fazê-lo, assumimos também posições políticas explícitas. Nossa análise é inspirada pelo conceito laclauiano de discurso, pela ideia de tradução presente em Boaventura de Sousa Santos, pelas críticas e contribuições da banca quando da qualificação do projeto, pelos comentários do orientador e por infindáveis momentos em que, apesar de não estarmos nos dedicando diretamente à elaboração da pesquisa, nos deparamos com ideias e posicionamentos acerca das jornadas de junho, emitidos por alunos, amigos, ou analistas políticos dos mais diversos matizes.

A própria ideia de democracia em quatro níveis, que apresentamos no primeiro capítulo, é tributária da leitura flutuante descrita por Bardin e surge de forma intuitiva, a partir da interação dos elementos teóricos e empíricos da pesquisa, bem como de inúmeros elementos externos ao fazer acadêmico, mas que acabam por influenciá-lo diretamente. A ideia de que a pesquisa se desenvolva por etapas (que somos obrigados a subscrever, ao menos formalmente, quando realizamos um cronograma para um projeto) é mais uma falsa noção indevidamente emprestada de uma versão idealizada das ciências exatas. Na prática, tudo ocorre ao mesmo tempo.

Insistindo na continuidade entre análise documental e análise de conteúdo, chamamos atenção para aquilo que Cellard chama de "análise preliminar" (2008) ou pré-análise. A análise preliminar parte do reconhecimento de que o texto provavelmente se apresenta com imprecisões, incompletudes e parcialidades diversas (CELLARD, 2008, p.299) e consiste em realizar uma pré-avaliação

prudente e crítica do documento. Esta avaliação prévia, absolutamente necessária para que a análise não prossiga de forma ingênua, divide-se, segundo Cellard, em cinco dimensões distintas: contexto; autores; confiabilidade/autenticidade; natureza; conceitos-chave/lógica interna. Se a leitura flutuante possibilita, entre outras coisas, a formulação do quadro sinóptico que utilizaremos como instrumento de análise, a pré-análise possibilita uma avaliação realista do tipo de documento que se tem diante de si e de como devemos nos aproximar dele. Cabe, portanto, elencar os documentos a serem analisados e caracterizá-los segundo as cinco dimensões de Cellard.

Tratam-se, conforme especificamos anteriormente, de sete entrevistas. A mais longa de todas é uma entrevista realizada pelo programa Roda Viva da TV Cultura com Nina Cappello e Lucas de Oliveira, representantes do movimento Passe Livre. A entrevista é conduzida seguindo a estrutura padrão do programa, tendo sido realizada ao vivo, em quatro blocos e com diversos entrevistadores. O jornal gaúcho Zero Hora disponibilizou duas entrevistas relevantes sobre o tema no período de tempo escolhido: uma delas com Lucas Maróstica, de 22 anos, e outra com Laura Bittencourt de 16 anos. Lucas é militante do PSOL e do coletivo anti-homofóbico Juntos pelo Direito de Amar – já Laura é estudante secundarista e participou pacificamente de diversas mobilizações.

A agência de notícias ADITAL, ligada à memória de Frei Tito, realizou uma entrevista com Thays Carvalho, da Coordenação nacional do Levante Popular da Juventude, movimento responsável pela luta pelo direito à memória e à justiça com relação à ditadura militar brasileira. O Levante já vinha se mobilizando anteriormente e esteve presente nas manifestações de junho. Por sua vez, Rennan Martins, do site nacionalista desenvimentistas.com.br, nos apresenta uma entrevista por e-mail com Andressa Vieira, representante indicada pelo Movimento Passe Livre do Rio de Janeiro. Andressa alega que sua atuação como representante é pontual e que, mesmo nesse caso, consulta os colegas de movimento antes de responder às perguntas de Rennan, de modo que as respostas representam o coletivo.

O Centro de Mídia Autônoma de Porto Alegre oferece uma entrevista que destoa das demais por ter sido realizada com um indivíduo que admite livremente ter cometido atos violentos durante os protestos. Nela, João (pseudônimo), defende o sentido das manifestações violentas e condena a grande mídia, acusando-a de

manipular a população na direção de um pacifismo inútil. Por fim, e no outro extremo, a revista *Veja* apresenta uma entrevista com Maycon Freitas, líder da União Contra a Corrupção e considerado pela revista como "o jovem que reuniu milhares de pessoas em manifestações no Rio".

Dentre as pessoas entrevistadas, apenas Laura, João e Maycon não fazem parte de nenhum partido ou movimento tradicionalmente associado à esquerda. Laura participa das manifestações de forma independente. João explicita claramente que não faz parte de nenhum partido ou movimento e que se organiza com seus amigos e conhecidos para participar das manifestações de forma conjunta, visando a proteção mútua. Maycon insiste em destacar que considera todos os partidos igualmente distanciados da população e que não tem interesse em se aproximar de nenhum deles - a própria União Contra a Corrupção, que Maycon representa, é uma página recentemente criada no Facebook, então com 800 seguidores. Embora não assuma o rótulo para si, Maycon afirma que é considerado como sendo de direita por outros manifestantes, especialmente aqueles ligados a partidos. Como veremos mais adiante, a entrevista com Maycon de fato traz elementos discursivos que não estão presentes na fala dos demais e que enriquecem e diversificam nossa análise.

Elencadas as entrevistas, resta realizar a pré-análise, nas cinco dimensões destacadas. Apesar das especificidades vistas acima, as similaridades entre os documentos permitem que a pré-análise seja realizada de forma breve e coletiva, abrangendo a todos de uma só vez. O contexto, em termos espaço-temporais é o do Brasil hodierno, no período que ocorre durante e pouco depois das manifestações (meses de junho e julho de 2013). Os documentos são marcados, portanto, pelo caráter recente dos acontecimentos de que tratam, bem como pela relativa proximidade das eleições presidenciais, que viriam a ocorrer pouco mais de um ano depois.

Quanto à natureza, tratam-se de entrevistas jornalísticas, todas igualmente marcados pelas especificidades deste tipo de documento. Uma reflexão aprofundada acerca das características do texto jornalístico seria demasiado longa e foge ao escopo deste trabalho, mas é necessário ter em mente algumas de suas especificidades e suas consequências para a pesquisa. O gênero "entrevista" tem como objetivo obter informações do entrevistado, seja no que diz respeito a opiniões ou a descrições de eventos por ele vividos. A entrevista possui (o que é comum a

outras formas de texto jornalístico) a pretensão de informar e trata o entrevistado como detentor de certas informações que não poderiam ser obtidas facilmente de outra forma.

É necessário levar em consideração, entretanto, que o autor da entrevista é o entrevistador, não o entrevistado, de modo que ela possui um caráter duplo: dá-se voz ao entrevistado, mas para que fale a respeito do que o entrevistador determina. A escolha de quem falará, o controle das perguntas e a possibilidade de posterior edição (ausente no caso da entrevista televisiva no programa Roda Viva, que foi transmitida ao vivo) são fatores que fazem com que o entrevistado esteja bastante longe de ter o controle completo do produto final.

A natureza do documento possui, neste caso, implicações importantes para sua confiabilidade e autenticidade. Levando-se em consideração que o que temos diante de nós são representações de jornalistas a respeito de representações de militantes acerca dos movimentos e dadas as possibilidades de distorções que se encontram nestes dois níveis, que se pode dizer que nos resta de confiável e autêntico com relação ao conteúdo apresentado? Em sentido estrito, não há garantia de que os enunciados encontrados nos documentos correspondam rigorosamente a uma realidade externa, mas, como acreditamos ter deixado claro em vários momentos ao longo do texto, esta pesquisa não trabalha com a pretensão de aferir fatos, mas sim de interpretar o sentido de discursos e de realizar um procedimento de tradução entre o discurso dos militantes e o dos teóricos que destacamos no capítulo I.

Assim sendo, o primeiro nível de "distorção" (o dos discursos dos militantes com relação à realidade) não nos preocupa pois nosso objeto é precisamente estes discursos e não a realidade a que ele faz referência. Quanto ao segundo nível, da interpretação dos entrevistadores e jornalistas, reiteramos o argumento de que é possível que múltiplas distorções distintas, realizadas por sujeitos com interesses políticos diversos, sejam preferíveis à distorção possivelmente mais uniforme que emergiria caso todas as entrevistas tivessem sido realizadas pelo mesmo autor (no caso, o pesquisador). Além disso, os meios de comunicação escolhidos aqui não são suficientemente obscuros para que suas tendências ideológicas sejam desconhecidas do público, de modo que é possível inferir o sentido de tais distorções, ao menos em algum grau. É verdade que a figura do pesquisador continua existindo e que suas interpretações continuam a ser mais um nível de

interpretação sobre os dois anteriores, mas esta é a natureza da pesquisa e o fato de que as entrevistas se encontram apresentadas como anexo ao final desta dissertação oferece a possibilidade de que qualquer leitor confronte a interpretação que apresentamos aqui com a sua própria interpretação do texto original.

Para além disso, a única objeção que resta quanto autenticidade e confiabilidade seria a de que alguma das entrevistas tenha sido completamente fabricada, que a comunicação entre entrevistador e entrevistado jamais tenha acontecido e que o documento inteiro seja uma completa farsa. Essa possibilidade se encontra, evidentemente, totalmente excluída no caso da entrevista televisiva ao programa roda-viva. Quanto aos demais documentos, uma rápida pesquisa na internet revela que os indivíduos citados são pessoas reais, com perfis em redes sociais, não tendo se objetado ao conteúdo das entrevistas nem afirmado que elas não ocorreram.

A única exceção se dá no caso de "João", que concede entrevista ao Centro de Mídia Autônoma (CMA), e que se utiliza de um pseudônimo para permanecer anônimo, visando proteger-se (dado que seu relato inclui a confissão explícita de atos criminosos). É, a rigor, impossível aferir a veracidade da entrevista e mesmo verificar a existência de João. O que cumpre destacar aqui é que tudo o que estava ao alcance do pesquisador no sentido de verificar a veracidade e autenticidade desta entrevista foi realizado. O CMA de Porto Alegre encontra-se ligado ao coletivo indymedia, internacionalmente respeitado como um bastião de mídia independente e o texto foi reproduzido por jornalistas em diversos blogs de notícias, o que atesta que goza de confiabilidade entre seus pares.

Mas, supondo que João não exista, quais seriam as consequências para esta pesquisa? Mesmo que todo o texto do CMA fosse fabricado, ele não deixaria de ser um discurso acerca das manifestações. Qual a natureza de uma entrevista forjada? Um texto jornalístico forjado continua a ser um texto jornalístico, ou pode ser considerado uma peça literária? De fato, se poderia argumentar que apenas temos uma camada de representação a menos: tratar-se-ia de um discurso militante, não de um discurso jornalístico a respeito de um discurso militante. Qualquer que seja o caso, haveria uma diferença qualitativa. Em uma pesquisa que buscasse aferir fatos, tal diferença seria crucial e a simples dúvida a esse respeito justificaria a eliminação desta entrevista do rol de documentos a serem analisados. Como estamos buscando construir interpretações acerca de discursos, esta possível

diferença qualitativa na natureza do documento não chega a ser desastrosa. Seja João um personagem real ou fictício, sua entrevista continua a servir para os propósitos desta pesquisa e o texto continuará a ser considerado por nós como jornalístico, uma vez que é assim que ele se apresenta e que jornalistas o reproduzem e o reconhecem como tal.

Quanto aos autores dos documentos, não temos intenção de realizar uma checagem biográfica dos jornalistas que assinam as entrevistas realizadas. A ideia de que eles, isoladamente, sejam autores dos documentos nos parece arbitrária (não seria necessário incluir também os editores?) e o espaço dedicado a uma verificação como essa não se justificaria no contexto do trabalho. Os autores são jornalistas com visões políticas distintas, trabalhando para meios de comunicação com visões políticas distintas, e tudo o que tínhamos a dizer acerca das implicações disto o foi dito nos parágrafos anteriores. As diferenças entre um texto jornalístico produzido, por exemplo, pela Veja e outro produzido pelo CMA emergem com facilidade na própria fase de análise de modo que não é necessário explorá-las amplamente aqui.

O último nível da pré-análise, qual seja, o dos conceitos-chave e lógica interna, não oferece grandes desafios interpretativos. A lógica interna dos documentos, ou seja, a forma como eles estão estruturados, deriva de sua natureza de entrevista: tratam-se de diálogos de pergunta e resposta, alguns com uma clara estrutura previamente definida, outros semi-estruturados, em que as perguntas do entrevistador fluem mais claramente a partir das respostas do entrevistado. Os conceitos-chaves utilizados em cada entrevista dizem respeito a temas comuns de reivindicações e embora alguns sejam mais precisos que outros ("saúde" e "educação" possuem significados mais claros do que "democracia" e "questões sociais", por exemplo) parece seguro realizar inferências a respeito de seu significado levando em consideração o restante de cada documento. O próprio Cellard (2008, p. 303) chama atenção para o fato de que compreender os conceitos-chave tende a ser particularmente desafiador quando se trata de documentos antigos ou escritos em contextos radicalmente diferentes daquele do pesquisador, que pode se deixar levar pelo sentido que um termo possui em seu tempo e em sua cultura, em detrimento do sentido que possui ou possuía no contexto em que o documento foi produzido. Dada a proximidade entre o contexto de produção dos documentos e o contexto de sua análise na presente pesquisa, este risco encontra-

se, aqui, minimizado.

Feita a pré-análise, temos um conhecimento prévio razoável dos documentos com os quais devemos trabalhar. Antes de nos entregarmos à análise propriamente dita resta, apenas, explicitar nosso principal instrumento analítico, qual seja: a grelha teórica na qual, a partir de uma leitura flutuante, sistematizamos nossa ideia de democracia em quatro níveis.

2.2. DEMOCRACIA EM QUATRO NÍVEIS:

Ao longo do primeiro capítulo desta dissertação acreditamos ter exposto adequadamente o conjunto de pressupostos teóricos e políticos que anima a investigação a que nos propomos. Nesta sessão, tentaremos tornar mais claro o significado da democracia a partir da moldura teórico-política descrita no capítulo um, expressando-o em forma de uma grelha teórica, conforme proposto por Bardin (2009). A intenção é que esta grelha teórica nos permita realizar uma tradução entre as preocupações expressas pelos manifestantes e as preocupações expressas pelos teóricos que utilizamos como matriz de referência, de modo a levantar hipóteses acerca dos potenciais políticos das manifestações e de suas possíveis consequências para a democracia.

A ideia de estruturar o debate a respeito da democracia em termos dos quatro níveis que descrevemos aqui emana do reconhecimento de que a discussão em torno da democracia é bastante ampla, perpassando uma larga variedade de temas, que estruturam o debate de forma transversal. Embora a linguagem acadêmica e a linguagem dos manifestantes sejam bastante diferentes, os temas que estão sendo discutidos são, frequentemente, semelhantes.

Em um sentido preliminar e superficial, a democracia pode ser entendida como um modelo organizacional que diz respeito a forma como o poder é estruturado e a coisa pública é administrada. Questões sobre quem tem o poder de decisão, qual a extensão deste poder, como e quando as decisões são tomadas, pertencem a esse sentido mais óbvio da palavra democracia, que associamos com o que chamamos de **nível administrativo**. Nas formulações teóricas dos autores estudados no capítulo um, o nível administrativo se faz presente na medida em que são construídas críticas ao modelo hegemônico de democracia e se colocam propostas de participação popular e horizontalização do processo decisório, nas

falas dos manifestantes, ele se coloca na medida em que o sistema político é discutido e posto em questão.

Em um segundo sentido, democracia diz respeito a questões de acesso concreto a direitos, bens, serviços e recursos – questões que associamos com aquilo que escolhemos chamar de **nível material**. Do ponto de vista dos manifestantes, é necessário levar em consideração que as jornadas de junho emergem a partir de uma reivindicação material, ligada à revogação do aumento de preço da passagem de ônibus e à ideia de direito ao transporte. Do ponto de vista dos autores vistos no primeiro capítulo, é necessário levar em consideração que a questão material é central para a esquerda desde os primórdios, de modo que é possível considerá-la um bom ponto de partida para caracterizar a própria esquerda, como esclareceremos mais adiante.

Para além desses dois níveis, se poderia destacar também a existência de questões culturais, acerca das relações de poder presentes na sociedade e das representações sociais com relação à política (tanto no sentido eleitoral quanto em um sentido mais amplo). Tratam-se de questões identitárias, sobre a possibilidade de democracia nas relações familiares e no tratamento interpessoal, bem como discussões acerca de personalismo, "jeitinho brasileiro" etc, o que chamamos de **nível sociocultural**. Partindo dos autores estudados, o nível sociocultural se coloca a partir da discussão sobre opressão e grupos marginalizados, da própria discussão acerca dos movimentos e mobilizações sociais e da questão da produção do comum (que o conecta ao nível administrativo). Partindo das falas dos manifestantes, possíveis vislumbres de discussões pertinentes ao nível sociocultural poderão se dar em torno da discussão acerca da "consciência política" dos próprios manifestantes e do papel de suas visões e atitudes na manutenção ou mudança do *status quo*.

O **nível epistemológico**, por fim, se refere a questões relativas à verdade e, especialmente, à politização da verdade. No que diz respeito a nossos autores de referência, ele foi extensivamente trabalhado no capítulo um, uma vez que se coloca para eles de forma central. Da parte dos movimentos, é bastante provável que as questões epistemológicas sejam menos explícitas, mostrando-se apenas através de um exercício interpretativo mais intenso que busque desvelar um sentido subjacente às afirmações.

Boa parte do trabalho de "preenchimento" de cada um desses níveis a partir

do pensamento dos autores que tomamos para referência já foi realizado de forma mais ou menos implícita no capítulo um. Cabe, agora, explicitá-lo e sistematizá-lo no formato de quadro sinóptico/grelha teórica de que necessitamos para proceder à análise das entrevistas dos manifestantes. O resultado pode ser visto na tabela 2, na página seguinte. No nível administrativo, "crítica do modelo hegemônico de democracia" pretende se referir precisamente à insatisfação básica expressa por nossos autores de referência, especialmente Santos (2006), com relação ao modelo liberal representativo de democracia, que apresentaria uma "(...) inclusão política abstrata feita de exclusão social.". A "crítica à verticalidade do Estado e ênfase no potencial administrativo horizontal da Comunidade" encontra-se formulada explicitamente em Hardt e Negri (2004) a partir do conceito de Multidão, e também em Santos (2006) que se apoia na ideia do princípio da Comunidade como uma forma de energia regulatória com potenciais alternativos interessantes quando comparado ao Estado e ao Mercado. Por fim a "proposta de mecanismos de participação popular e representação alternativa" tem marcado todos os esforços descentralizadores que caracterizam as novas utopias da esquerda contemporânea e, apesar de ser mais óbvia em Santos, também faz parte dos valores políticos de Laclau, Hardt e Negri.¹²

¹² Caso se duvide da associação de Laclau com dinâmicas de participação popular e representação alternativa, bastará que se inquirir acerca do sentido mais concreto da democracia radical para dispersar quaisquer confusões. Evidentemente, o foco das formulações da teoria do discurso da escola de Essex não reside na proposta de mecanismos concretos de participação e representação e o espaço dado na obra de Laclau para a discussão de desenhos institucionais de tais mecanismos é praticamente nulo. Nem Laclau nem Mouffe constroem um modelo administrativo de democracia em detalhes, mas a defesa de Mouffe de uma política agonista sugere no mínimo uma afinidade eletiva com a pluralização dos espaços de participação ao passo que a simpatia de Laclau pelo populismo o aproxima da participação popular como um valor.

TABELA 2

OS QUATRO NIVEIS	TEMA	POSICIONAMENTO DOS AUTORES
Nível Administrativo	Processo Decisório e Gestão Pública	a) Crítica do modelo hegemônico de Democracia
		b) Proposta de mecanismos de Participação Popular e Representação Alternativa
		c) Crítica à verticalidade do Estado e ênfase no potencial administrativo horizontal da Comunidade
Nível Material	Acesso Concreto a Direitos	a) Concepção positiva de liberdade
		b) Exigência de materialidade no acesso à direitos
Nível Socio-Cultural	Representações Sociais e Poder	a) Capacidade de produção do Comum
		b) Questões Identitárias e de Opressão
		c) Proposta de articulação discursiva em prol de uma radicalização dos valores democráticos
Nível Epistemológico	Verdade e Politização da Verdade	a) Incerteza e impossibilidade de fundamentação última do Conhecimento
		b) Historicidade e politicidade da verdade
		c) Produção política da realidade
		d) Construção social do sentido

Fonte: Elaboração Própria

Quanto ao nível material, o que é necessário levar em consideração é que, apesar dos debates da esquerda acadêmica contemporânea virem preterindo as questões econômicas em favor das questões identitárias, a materialidade continua a estar no centro, ainda que, por vezes, de forma implícita. Santos (2008) observa o paradoxo que é a teoria social contemporânea afastar-se cada vez mais das questões econômicas ao mesmo tempo em que a globalização e a financeirização fazem com que elas se tornem cada vez mais problemáticas e mais centrais. Hardt e Negri (2004), naquilo que talvez seja o que mais caracteriza a continuidade de sua obra com relação ao projeto marxista, dão uma centralidade muito grande ao trabalho como fator explicativo do social e justificam seu foco em questões imateriais num argumento materialista, qual seja: o da hegemonia das formas imateriais de trabalho. Mas o que precisa ser compreendido é que "material" aqui não necessariamente significa "econômico" em sentido estrito, fazendo referência a algo mais amplo, a que poderíamos designar (marxianamente) como "condições materiais de existência".

Nesse ponto é necessário lembrar a distinção entre liberdade positiva e liberdade negativa realizada pelo historiador das ideias Isaiah Berlin (2002) em seu clássico "Dois Conceitos de Liberdade". A liberdade negativa consiste em não ser impedido de agir, em não ser arbitrariamente podado em sua busca para atingir objetivos, enquanto que a liberdade positiva consiste em ser efetivamente capaz de agir, em ter condições materiais de fazê-lo (BERLIN, 2002). Apesar da distinção ser explicada eloquentemente por Berlin, é Jean-Jacques Rousseau que (insuspeitadamente e de forma anacrônica) nos oferece uma das mais interessantes analogias para compreendê-la: "(...) Quer um paraplégico queira correr, quer um homem ágil não o queira, ambos continuarão no mesmo lugar" (ROUSSEAU, 1989). No caso, não se trata tanto de querer, mas de possuir a permissão.¹³ Se reunimos dez indivíduos e lhes informamos de que eles são livres para se deslocarem para onde quiserem, e se de fato não os impedirmos de fazê-lo (acorrentando-os, por exemplo) então todos os dez são livres, de um ponto de vista negativo. Se, entretanto, um deles é incapaz de mover as pernas e não

¹³ Reconhecemos que o debate sobre a liberdade negativa e a liberdade positiva também pode se deslocar para o interior do indivíduo, com a liberdade positiva associada à capacidade de autodeterminação e de autorrealização. Embora esse debate esteja intimamente conectado com o que expomos aqui e lhe seja análogo em diversos aspectos, não desejamos nos aprofundar nele, pois tal excursão exigiria uma discussão profunda sobre os conceitos de estrutura e emancipação, que está além do escopo deste trabalho.

dispõe de uma cadeira de rodas, ele não é livre para se deslocar em um sentido positivo, pois não possui a capacidade material para fazê-lo.

A liberdade em seu sentido positivo é um dos valores básicos da esquerda. De fato, o próprio Berlin (2002), que era um liberal, procurou demonstrar que a valorização excessiva da liberdade positiva, em detrimento da negativa, estava na origem da justificativa de governos totalitários de inspiração socialista. Apesar disso, entretanto, se considerarmos o debate entre a liberdade positiva e a liberdade negativa do ponto de vista do acesso a direitos, a esquerda continua insistindo em uma concepção positiva de liberdade e grande parte do desafio dos utopistas e dos pensadores não-dogmáticos da esquerda contemporânea reside justamente em maximizar a liberdade positiva de todos sem aniquilar a liberdade negativa de ninguém e sem cair em um totalitarismo.

Tanto liberais quanto indivíduos mais a esquerda do espectro político concordam, em consonância com princípios constitucionais, que todo o cidadão deve ter direito ao acesso à saúde e educação – o ponto é que eles conferem sentidos muito diferentes para esse direito. De um ponto de vista liberal, ter direito a acessar um serviço significa que você jamais será arbitrariamente impedido de fazê-lo, desde que consiga chegar a ele por conta própria (o Estado não o impedirá de ser atendido em um hospital particular, nem permitirá que ninguém o impeça arbitrariamente de ter acesso aos serviços de saúde pelos quais você está pagando). De um ponto de vista mais a esquerda do espectro político, ter direito a acessar um serviço significa ser materialmente capaz de fazê-lo (o que implica na necessidade de uma saúde pública, gratuita e de qualidade, por exemplo). Trata-se, claramente, da distinção entre liberdade positiva e liberdade negativa.

Embora se compreenda a preocupação liberal quanto às possíveis consequências autoritárias de uma maximização da liberdade positiva, o que precisa ser levado em consideração é que a liberdade puramente negativa é a liberdade dos privilegiados. Do ponto de vista econômico, a liberdade negativa é a liberdade que se compra: nada impede criança alguma de estudar no melhor colégio particular da cidade, desde que seu país possam pagar. Do ponto de vista das demais formas de opressão, a liberdade negativa é a liberdade dos que não são discriminados: somos todos livres para exercer nossa liberdade sexual como quisermos, desde que sejamos homens heterossexuais; somos todos livres para entrar em uma loja e sair sem comprar nada, desde que sejamos brancos; por fim,

para voltar à questão dos cadeirantes, somos todos livres para nos deslocar como quisermos pela cidade, mas, infelizmente, não é economicamente viável incluir rampas de acesso em todos os lugares e não é culpa do Estado (nem do contribuinte) que determinados indivíduos sejam incapazes de andar. É a partir destas preocupações que julgamos adequado incluir "concepção positiva de liberdade" e "exigência de materialidade no acesso a direitos" sob o nível material de democracia.

Quanto ao nível sociocultural, ele precisa ser compreendido como uma espécie de princípio unificador que perpassa, estrutura e dá sentido aos outros níveis. Quando falamos em "capacidade de produção do comum" estamos nos referindo à caracterização que Hardt e Negri (2004) fazem da Multidão sociológica. Incluímo-la no nível sociocultural por que este é o nível a qual pertencem as características internas da comunidade, as representações sociais e as relações de poder que surgem e se desenvolvem no seio do tecido social. É necessário reconhecer, entretanto, que esse poder parte do nível sociocultural, mas eleva-se ao nível administrativo (a partir da ideia de substituição do Estado pela Multidão como princípio de organização política) e enraíza-se no nível epistemológico (a partir da ideia de potência ontocriativa).

As questões "identitárias e de opressão" se referem basicamente à condição das "minorias" e dizem respeito ao preconceito e às estruturas de poder que agem de modo a prejudicar os grupos oprimidos. Como vimos, essas questões também se colocam no nível material, na medida em que o preconceito serve de entrave para o acesso a direitos – mas elas se dão fundamentalmente em um nível sociocultural, na medida em que o preconceito é algo socialmente construído que existe em uma dimensão estrutural e que pode ser considerado como enraizado na cultura. Neste ponto, é necessário levar em consideração que o reconhecimento do preconceito como um fator cultural não deve ser entendido como uma resignação à existência da opressão, como comumente ocorre no discurso do senso comum ("mas isto é cultural, nunca vai mudar..."). O ponto que se quer enfatizar aqui é justamente o de que, sendo construções sociais, as mais variadas formas de opressão e discriminação são passíveis de ser desconstruídas. Nesse sentido, as questões identitárias e de opressão se localizam no nível sociocultural por que quem está sendo interpelada aqui é a sociedade como um todo. Neste ponto, as exigências da esquerda contemporânea não se dirigem

exclusivamente nem principalmente ao Estado (que pode e deve combater racismo, machismo, homofobia, transfobia etc), mas sim à sociedade como um todo (que precisa deixar de ser racista, patriarcal, heteronormativa, cisnormativa etc). Assim sendo, a esquerda contemporânea incorpora as reivindicações dos "novos" movimentos sociais – conforme o debate atual no campo da teoria dos movimentos sociais (Apêndice B) – que dirigem suas reivindicações tanto à sociedade quanto ao Estado, e isto já desde meados do século XX.

Por fim a "proposta de uma articulação discursiva em prol de uma radicalização dos valores democráticos" e da própria democracia é uma contribuição que parte diretamente de Laclau e Mouffe (2004). A ideia de democracia radical tem sua base em uma proposta de articulação da democracia com o socialismo, mas essa articulação não está dada *a priori* e precisa ser construída politicamente em um nível discursivo (como a própria articulação entre democracia e liberalismo o foi). Isso passa por uma militância teórica e política e exige mudanças profundas no significado dos dois conceitos, tanto na academia quanto nas representações sociais do senso comum. É neste ponto que se localiza de forma mais clara e mais potente a insatisfação básica da esquerda contemporânea que vai no sentido de afirmar que a democracia liberal não é democrática – ou que o é apenas de forma insuficiente, uma vez que sua compatibilização com o liberalismo só foi possível através de uma descaracterização profunda. Esta reivindicação se localiza no nível sociocultural, pois ela necessariamente exige uma mudança no senso comum acerca da política. Nesse sentido, o próprio Laclau se coloca como um agente político, como um proponente de discurso (RODRIGUES; FRANCKINI, 2012) e é possível fazer uma associação com a ideia de Boaventura de Sousa Santos (2008), segundo a qual a ciência pós-moderna visa se transformar em um novo senso comum.

Quanto ao nível epistemológico, por fim, acreditamos que ele já tenha ocupado um espaço suficiente ao longo do trabalho. Nos abstermos de explicá-lo longamente aqui, para evitar que o argumento se construa de forma repetitiva, na esperança de que, a partir das formulações que realizamos no capítulo um e no apêndice epistemológico, o sentido de cada um dos elementos citados já esteja suficientemente claro. Construído e explicado nosso quadro sinóptico, resta-nos apenas prosseguir para sua aplicação: a análise das entrevistas.

2.3. TRADUZINDO AS VOZES DAS RUAS: SENTIDOS DA DEMOCRACIA NAS MANIFESTAÇÕES

Como destacamos na primeira sessão deste capítulo, nossa intenção aqui é a de verificar as aproximações e os afastamentos que existem entre a visão de democracia da esquerda acadêmica contemporânea e a visão expressa pelos participantes das mobilizações. Para construir a visão da esquerda acadêmica, recorreremos a alguns dos principais pensadores deste campo político (notadamente Laclau, Santos, Hardt e Negri). Evidentemente, tal seleção parte de opções teóricas e políticas, bem como de influências de formação, de modo que possui um importante grau de arbitrariedade. Escolhas diferentes, entretanto, também seriam necessariamente arbitrárias e uma análise da totalidade deste campo teórico-político seria inviável, dadas as limitações inerentes a uma dissertação de mestrado. Ao fim e ao cabo, não pretendemos alegar que o quadro sinóptico que elaboramos aqui seja um resumo definitivo das posições da esquerda contemporânea acerca da democracia e sim que ele seja um indicador de algumas das principais tendências neste campo.

Da mesma forma, quando se trata de construir a visão expressa pelos participantes das mobilizações, não temos a pretensão de criar um esquema definitivo que arrole todas as motivações e sentidos das jornadas de junho. Aqui não se trata apenas das limitações de tempo e espaço, mas principalmente de uma preocupação em não reduzir a complexidade do fenômeno. Partimos da hipótese de que as jornadas de junho tiveram motivações profundamente heterogêneas e que os sentidos dos protestos permaneceram em disputa até o fim. Assim sendo, não seria possível elaborar um quadro sinóptico coerente a seu respeito, da mesma forma que o fizemos com os autores.

As entrevistas foram tratadas individualmente, identificando os trechos relevantes para a discussão em cada um dos níveis da democracia e aproximando-os das posições políticas dos autores, conforme explicitadas em nossa grelha teórica. Os resultados são apresentados a seguir, de forma conjunta, organizada segundo os quatro níveis elencados acima, aproximando e contrastando os discursos dos entrevistados quando apropriado.

A escolha de tratar os temas nível a nível se dá por uma questão de organização e visualização do conteúdo, isto é: pretende-se, desta forma,

maximizar a utilidade de nosso quadro sinóptico enquanto elemento heurístico e identificar as aproximações e os afastamentos discursivos conforme eles se dão em cada nível. Em um ou outro caso, essa escolha implicou na repetição da mesma citação, apenas quando ela se apresentava como relevante para mais de um nível e não era possível separá-la em partes conforme sua pertinência.

É verdade que os níveis estão interligados e que alguns grandes temas perpassam mais de um deles, mas isto não acarretou em nenhuma dificuldade de análise. Corrupção, por exemplo, é uma questão a um só tempo material e administrativa, mas não é incomum que seja tratada apenas em uma dessas dimensões por vez: quando a corrupção é referida como responsável por causar um prejuízo orçamentário que priva a população do acesso pleno a direitos, ela se coloca como uma questão material; quando ela é tratada como uma consequência do ordenamento político-eleitoral sob o qual vivemos ela se torna uma questão administrativa. Essa e outras distinções semelhantes foram levadas em consideração no momento de associar as falas dos entrevistados com uma ou outra dimensão. Os resultados são expostos a seguir, começando pelo nível mais documentado nas entrevistas (o material) e prosseguindo até o mais ausente (o epistemológico). Ao final da exposição da análise, procuramos fazer um balanço geral do conteúdo identificado nos quatro níveis.

2.3.1. Nível Material

Por certo, dos quatro níveis que identificamos em nosso quadro sinóptico, o material é o que oferece o menor desafio interpretativo e o que se localiza mais facilmente na maioria das entrevistas concedidas. Na entrevista de Thays Carvalho, podemos perceber a presença da discussão acerca do acesso a direitos. A reivindicação relacionada ao transporte é mencionada, mas, para além disso, um longo rol de direitos é citado:

O Levante Popular da Juventude, na verdade, já estava em mobilização, inclusive anterior às mobilizações de junho. A gente construiu uma luta que teve repercussão nacional que foi a luta em torno da memória, verdade e justiça com os escrachos aos torturadores da ditadura militar, mas também houve a primeira jornada nacional de lutas do Levante em torno de um projeto popular para a educação, reivindicando também o aprofundamento dessas políticas educacionais. (Thays Carvalho)

Nós participamos de todas as manifestações e a gente avaliou como muito positiva. A gente vem do último período da década de 2000 e

conseguimos um conjunto de políticas que garantiu o acesso a direitos que a juventude anterior não teve. Só que todas essas políticas não garantiram o acesso pleno a esses direitos vide o direito à educação, direito à saúde, o direito ao trabalho. (Thays Carvalho)

Já na entrevista de Zero Hora com Lucas Maróstica, membro do PSOL e do Coletivo Juntos que participou ativamente das manifestações, o investimento do dinheiro público em “questões sociais” aparece como algo central.

O povo que que o dinheiro público seja investido em questões sociais. Há um desperdício muito grande desse dinheiro. Se o governo tivesse o empenho que está tendo com o dinheiro da Copa para as áreas sociais, muitos dos problemas talvez fossem resolvidos no país. A gente não vê esse esforço. Esse é um anseio geral da população, uma indignação que está batendo. (Lucas Maróstica)

A expressão “questões sociais” é ambígua e seu sentido não é esclarecido no restante da entrevista, mas, a partir do restante da entrevista, parece seguro supor que se trate da diminuição da desigualdade, bem como do acesso material à bens e serviços. Nesse sentido, eixos como educação, saúde e trabalho, citados por Thays, poderiam ser situados na fala de Maróstica de forma implícita. De fato, os eixos que Maróstica cita como sendo a base das reivindicações que ele procura representar são notadamente materiais.

Eixo 1: Redução da Passagem em todo país. Eixo 2: Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais. Eixo 3: Que os gastos na Copa sejam investidos em áreas sociais. (Lucas Maróstica)

Quando confrontado por ZH a respeito da questão das manifestações violentas, Maróstica responde que elas são resposta à ação violenta da polícia e a violências diversas perpetradas pelo Estado. Nesse sentido, a questão do "vandalismo" dos manifestantes acaba associada à ausência de materialidade no acesso a direitos e o tema da corrupção aparece aqui em sua dimensão material. Lucas chama a atenção para as manifestações pacíficas quando a polícia não estava presente e lembra de algumas palavras de ordem entoadas como: "Ah, que coincidência, sem polícia, sem violência". Quando perguntado se não se incomoda de ver ônibus queimando, o entrevistado responde com

O que não é normal é uma empresa roubar R\$ 72 milhões dos cofres públicos, governos roubando da população sem parar, bilhões sendo investidos em iniciativa privada, como o Itaquerão, enquanto a educação e a saúde são um caos. Isto que é absurdo, isto que não dá pra engolir. Essa é a resposta do movimento em relação aos atos. (Lucas Maróstica)

Nesse sentido, a queima de ônibus não seria incoerente com uma demanda por acesso a transporte. Uma vez que não há a efetivação do direito de transporte, a queima do ônibus é vista como um ataque à postura excludente do poder público e das empresas de transporte coletivo. Seria uma forma de dar corpo à demanda, fazendo com que aqueles que são interpelados por ela sintam suas consequências em um nível concreto. João coloca a questão da seguinte maneira:

A verdade é que são os violentos que não deixam que a polícia coordene as manifestações e atropela todo mundo. Pra mim tem graúdo todo cagado, com medo da revolta porque sabe que o povo tem motivo para se revoltar. A bundamolice está acabando, e já foi tarde. Se alguém tá revoltado tem mais é que quebrar mesmo. Quebrar até as coisas mudarem. **Bater onde dói, no bolsinho dessa gente.** Quebrar o que não funciona e criar tudo novo diferente. Bater em pessoas como faz a polícia é muito pior do que as quebradeiras. Até porque nem vidraça, nem lixeira sofrem dor. (João, grifo meu)

A imagem de uma "dor no bolso" dos "graúdos" procura significar exatamente que a violência é um dos principais instrumentos que os manifestantes possuem para serem ouvidos. A ideia, aqui, é a de que a exigência de um comportamento pacífico seria injusta por ser assimétrica, uma vez que o Estado, a polícia e os "graúdos", têm historicamente usado de violência contra aqueles que buscam se manifestar. A imposição de danos materiais ao Estado e à "burguesia" é vista, portanto, uma forma de retaliar os danos materiais históricos que esses setores vêm impondo as camadas mais carentes da população. A frase emblemática de Maróstica é: "Olha, chamamos de vandalismo as ações que o governo têm promovido contra a população". A partir daí, especialmente com a ressignificação do termo vandalismo, a questão da violência acaba sendo associada com os níveis sociocultural e epistemológico, de modo que voltaremos a ela mais adiante.

A fala de João, por sua vez, é prodigiosa em conectar o nível material com os demais e chega, por vezes, a expressar de forma sutil teses que poderiam ser reconhecidas como marxistas ou marxianas. Expressões como "políticos e seus amigos empresários", no contexto da fala de João, chegam até mesmo a remeter à ideia do Estado como comitê executivo da burguesia. Quando questionado sobre o que diria aos proprietários que tiveram lojas depredadas, João responde com:

Pouco me importa se o empresário da loja da HONDA ficou de chateado porque quebramos sua vitrine, sei que ele é só mais um explorador cheio de grana, roubando o trabalho de gente pobre como

eu. Pra gente dessa laia uma vitrine é um quase nada. Para quem teve seu mercadinho atacado, eu diria pra ir pra rua para frente do seu negócio e conversar numa boa que a gurizada ouve e não faz de novo. (João)

Apesar de nossa intenção aqui ser a de realizar uma tradução entre os discursos dos manifestantes e os dos teóricos da esquerda contemporânea que abordamos no capítulo I, é difícil negar que a identidade mais clara do discurso de João se dá com as teorias de Karl Marx, de modo que suas similaridades com o discurso da esquerda acadêmica contemporânea provavelmente derivam da influência do marxismo sobre os autores deste setor. A distinção traçada por João entre empresários ricos e donos de mercadinho demonstra uma distinção de classes e a própria ideia de luta de classes parece estar presente em toda sua argumentação. A expressão "explorador cheio de grana **roubando o trabalho** de gente pobre" denota, no mínimo, uma compreensão intuitiva do conceito de mais-valia. Isso não é uma coincidência: o nível material é aquele que parece unificar mais intensamente as reivindicações e também é, provavelmente, o que encontra-se mais longa e profundamente explorado na obra de Marx (que parte das condições materiais de existência como fundamento).

Retornando à fala de Thays, a questão das condições materiais de existência reemerge com força total, na medida em que as dificuldades materiais são vista não apenas como raiz das manifestações, mas também como um condicionante importante no que diz respeito a suas possibilidades organizacionais:

A principal dificuldade em organizar a juventude é que a juventude, principalmente, a juventude pobre e trabalhadora tem que dar respostas à sua sobrevivência, tem que trabalhar, tem que conseguir alternativas à sua sobrevivência. Isso inclusive impede, às vezes, de se organizar, de estudar, de conseguir garantir o acesso à universidade, ou à escola mesmo. Então as restrições que a juventude vivencia também são elementos que dificultam a própria organização da juventude. Por isso que a gente defende a ideia de um projeto popular para a garantia de direitos da juventude, inclusive, para a juventude conseguir se organizar e conseguir se colocar como sujeito político e contribuir para um debate sobre um projeto para a sociedade. (Thays Carvalho)

Já no caso da entrevista de dezessete de junho de 2013 do Programa Roda Viva, com Nina Cappelo e Lucas Monteiro de Oliveira, indicados pelo Movimento Passe Livre de São Paulo para representá-lo, o foco principal girou em torno das ações dos manifestantes, mais do que de seus objetivos. Em um determinado momento, os entrevistadores interpelam Nina e Lucas acerca da diversificação do

tema das manifestações. A resposta vem num sentido quase de negação:

Sem dúvida, se tem outros interesses envolvidos, mas eu acho que o tema das manifestações ainda continua bem claro, em São Paulo, principalmente, continua bem claro que a questão central é o aumento de passagem, porque o aumento de passagem é muito significativo, é muito significativo. (Lucas Oliveira)

Nesta entrevista, o esforço dos entrevistados continua sempre a ir no sentido de afirmar que o Movimento Passe Livre ainda mantinha um razoável controle das manifestações, reconhecendo a existência de outros interesses (dado o caráter “popular” das mobilizações) mas insistindo que o que havia de central era a reivindicação da reversão do aumento da passagem. Esta reivindicação, bem como a reivindicação mais radical do transporte público gratuito que anima o Movimento Passe Livre, encontram-se firmemente localizadas no nível material da democracia. Em todas as entrevistas a questão material se coloca de forma central, mas a de Nina e Lucas em especial é prodigiosa em fornecer afirmações pertinentes ao tema. Primeiramente, são colocadas as reivindicações materiais concretas:

Bom, a reivindicação das manifestações é bem clara, a gente está se colocando na rua contra o aumento das tarifas de ônibus, então o próximo passo agora cabe à Prefeitura e ao Governo do Estado dar, que é revogar esse aumento de 20 centavos e voltar o valor das tarifas para 3 reais. (Nina Cappelo)

A gente está disposto a negociar a revogação do aumento da tarifa para 3 reais, apenas isso. (E se o governo não baixar a tarifa) a gente vai continuar na rua até que eles revoguem. (Nina Cappelo)

A partir daí, Lucas Oliveira (que é professor de história) explica o sentido do Movimento Passe Livre em termos que descrevem quase que literalmente a ideia de Liberdade Positiva:

Então, o objetivo de curto prazo é bem claro, ele é a redução da passagem, a revogação do aumento. O movimento, de fato, defende uma pauta mais ampla, ele defende a tarifa zero, ele acha que uma vez que o transporte é essencial pra garantir outros direitos, é essencial pra circular pela cidade, para as pessoas se apropriarem da cidade, ele não deveria ser pago mediante tarifa, porque enquanto existir a tarifa, na verdade, os aumentos vão vir todo ano, porque os custos aumentam todo o ano, então é uma decisão política aumentar a tarifa, assim como é uma decisão política a existência da tarifa. (Lucas Oliveira)

O argumento aqui é que o acesso a direitos só possui sentido quando ele é concretamente efetivado, quando existem condições materiais de acessá-lo. Nesse

sentido, o entendimento expressado é de que o transporte funciona como uma espécie de gargalo a partir do qual o acesso aos demais direitos é regulado: ainda que houvesse um hospital público, gratuito e de qualidade, se é necessário pagar R\$ 6,40 ou R\$ 12,80 para realizar uma viagem de ida e uma de volta, isto excluiria pobres e miseráveis do acesso ao atendimento. Nina coloca a questão nos seguintes termos:

Acho que não só os estudantes, acho que toda a população da cidade merece ter o seu direito ao transporte efetivado, porque efetivando o direito ao transporte, você efetiva o direito à cidade, você efetiva o direito à saúde, direito à educação. Por que como é que vai dizer que uma saúde é pública, se você tem que pagar uma tarifa de 3,20 pra chegar no hospital, pra voltar do hospital, pra levar seu filho pra escola. A gente sabe que muita gente deixa de poder ir ao médico quando a tarifa aumenta, mesmo que em 20 centavos. (Nina Cappelo)

A entrevista de Lucas e Nina ao programa roda-viva afirma a pauta material como a o sentido básico de todas as mobilizações. Apesar de algumas diferenças de ênfase, este tema está na base do discurso de todos os manifestantes. Mesmo a entrevista com Laura Bittencourt (redigida de forma mais descritiva, com menos espaço direto para as falas da entrevistada) insiste na questão do valor das passagens de ônibus e faz uma associação entre os gastos com a copa e a falta de recursos em áreas mais básicas

Estão investindo muito em estádios, e ficamos tristes em ver educação e saúde serem deixados de lado. A gente quer lutar contra essa falta de interesse e de respeito com o povo. (Laura Bittencourt)

Em todas as entrevistas abordadas aqui, sem exceção, se coloca a questão da materialidade no acesso a direitos. O único discurso parcialmente dissonante parte de Maycon Freitas, entrevistado pela revista Veja. O que há em comum entre o discurso de Freitas e os demais é a exigência de materialidade

Eu e meus amigos estamos cansados de tanta história de corrupção e impunidade. Sabe quanto desaparece dos cofres públicos todo ano no Brasil? 200 bilhões de reais. Isso é dinheiro nosso, da sociedade, do povo, que precisa de mais saúde, educação, segurança. Com essa dinheirama, vamos poder comer melhor, nos vestir melhor. O aumento da passagem do ônibus foi só a gota d'água que fez transbordar o copo. Um copo cheio de insatisfações. Está todo mundo indignado com tanta afronta. (Maycon Freitas)

É importante que se observe que a crítica à corrupção como obstáculo à concretização de direitos é comum entre Maycon e João. Há, entretanto,

determinadas nuances com relação a esse discurso, que acarretam em uma grande distinção de fundo entre os dois: quando João lança acusações de corrupção dirige-se tanto a políticos quanto a grandes empresários e especialmente às relações escusas entre eles, já Maycon foca exclusivamente nos políticos e associa a corrupção com a questão da carga tributária. Fazendo um paralelo entre o Brasil e os Estados Unidos, Maycon chama atenção para uma diferença: "Mas o imposto que se paga lá é gasto para melhorar o bem-estar das pessoas que desembolsam o dinheiro." (Maycon Freitas).

A partir daí a questão da redução de impostos passa a ser colocada como pauta pelo entrevistado

Também somos a favor (...) da reforma tributária quanto antes. O Estado tem de pesar menos no bolso da gente. Aliás, a máquina pública toda, começando pela redução das regalias parlamentares (Maycon Freitas)

Este é um importante ponto de tensionamento com relação às demais posições expressas neste nível. A demanda por diminuição de impostos é muito mais uma marca de um pensamento liberal clássico (de direita) do que de um pensamento de esquerda, de qualquer vertente que seja. Como qualquer discurso, a fala de Maycon é construída a partir de um mosaico de outros discursos que se articulam de formas distintas, complexas e inesperadas. No caso, temos um elemento que se coaduna bem com o pensamento de esquerda (a reivindicação de materialidade no acesso a direitos) e outro que se aproxima mais de uma tradição liberal (a ideia de que seja necessário "enxugar" a máquina pública).

O que é necessário levar em consideração é que essas duas exigências possuem uma certa tensão entre si. Embora ideias como a de liberdade positiva e do acesso material a direitos ofereçam a promessa de uma sociedade mais igualitária, em que todos possuem acesso a direitos básicos, é importante não perder de vista que oferecer tais condições tem um custo. Parte da crítica liberal a esse projeto deriva exatamente do fato de que ele impõe a necessidade de uma forte intervenção estatal e a presença de uma carga tributária que possibilite a sustentação desses direitos em um nível material.

Demandar materialização de direitos e diminuição da carga tributária ao mesmo tempo possui grandes limitações no que diz respeito à possibilidade real de concretizar ambas as coisas. É possível que mudanças na forma de gestão e cortes

de gastos considerados desnecessários ou prejudiciais (como as "regalias dos políticos" apontadas por alguns entrevistados) possibilitem o atendimento das duas exigências em algum grau, mas a questão aqui não é a viabilidade das exigências dos manifestantes (que não nos propomos a julgar) mas sim sua aproximação com os valores teórico-políticos que sistematizamos em nosso quadro sinóptico. A insistência na tensão entre materialidade de direitos e diminuição da carga tributária não tem aqui o propósito de julgar o entrevistado ou "denunciar" possíveis incoerências em sua fala – apenas de chamar a atenção para a presença de elementos discursivos que distoam substancialmente daqueles expressos nas demais falas e aos quais retornaremos ao realizar o apanhado geral do resultado da análise nos quatro níveis. Por ora, concluídas as observações a respeito do nível material, passemos às considerações tecidas no nível administrativo.

2.3.2. Nível Administrativo

A presença de argumentos que se dirigem diretamente ao nível administrativo não é difícil de identificar na maior parte das entrevistas. No caso da entrevista da agência ADITAL com Thays temos, por exemplo, os seguintes trechos:

E outra luta, também como resultado dessas mobilizações de junho, é a discussão sobre a Reforma Política, entendendo que aquele movimento que também se colocou contra a corrupção, também se colocou contra as formas tradicionais de fazer política e deixou claro que a juventude quer colocar uma nova forma de fazer política. E a melhor forma de a gente construir isso é através de uma reforma política democrática que seja construída em diálogo com toda a sociedade. (Thays Carvalho)

E a gente avaliou que as manifestações de junho, a despeito dessa influência da mídia, teve um conteúdo progressista, que além da reivindicação do transporte, a reivindicação da juventude era por mais participação, por mais espaço para ser escutada. (Thays Carvalho)

Em primeiro lugar, se pode perceber que o que está em questão é a forma que a gestão pública assume em uma democracia liberal e a reivindicação de que a população deve possuir maior poder decisório. Tratam-se claramente de temas afins àquilo que chamamos de nível administrativo da democracia. A reivindicação de uma reforma política pressupõe a necessidade de mudanças no sistema político-eleitoral (uma forma de crítica à democracia liberal, em afinidade com o item "a" deste nível) e a exigência de que ela seja construída a partir de um

diálogo com toda a sociedade revela uma crítica à verticalidade do processo decisório, e uma reivindicação de horizontalização (item "c"). A afirmação explícita de que havia uma reivindicação por mais participação e por mais espaço para ser escutada pode ser compreendida como uma exigência da ampliação dos espaços democráticos de participação para a ação popular (item "b"), sugerindo que parte do sentido das manifestações reside justamente em reivindicar o direito de se manifestar e de ser ouvido. Estes temas são comuns a muitas das falas dos manifestantes.

Andressa Vieira, por exemplo, coloca a questão nos seguintes termos:

O que nós achamos que possa ter sido a maior contribuição do MPL em junho foi as pessoas perceberem que podem elas mesmas tomar frente dos problemas sociais, começar a pensar formas de melhoria e lutar pra que isso se realize, sem que estas pessoas se elejam ou tenham qualquer cargo para isso. (Andressa Vieira)

Novamente, temos uma ênfase no item "c", chamando atenção para o potencial administrativo horizontal da comunidade. Estamos, aqui, no limite entre o nível administrativo e o nível sociocultural, uma vez que a citação também sugere uma ênfase na capacidade de produção do comum. De fato, em um discurso no qual a ideia de democratização passa por uma revalorização do princípio da comunidade e por uma visão participativa da democracia, haverá necessariamente uma forte aproximação entre o nível material e o sociocultural. A entrevista de Laura Bittencourt sugere um discurso semelhante

A gente gostaria que nos escutassem e mudassem algumas atitudes erradas conosco. Que escutassem nossas ideias e pensassem a respeito. E o que desse pra fazer, fizessem. Por que é possível, a gente sabe. (Laura Bittencourt)

É importante observar que, em princípio, tanto a fala de Andressa quanto a de Laura não chegam a se tornar propositivas no sentido de construir exigências de uma reestruturação das estruturas formais que regem a administração pública. Não há, aqui, propostas concretas de mecanismos de participação ou representação alternativa, apenas a expressão do desejo de que o povo seja ouvido. O sentido geral da reivindicação está claro, mas não há a proposição de mecanismos específicos para garantir a exigência que se coloca. Andressa, entretanto, articula o nível material com o administrativo ao argumentar que

O que nós reivindicamos não é apenas um transporte com gastos e

gestão “transparente” mas um transporte municipalizado, pago com impostos e gerido com participação popular, ou seja, tarifa zero. Sempre enfatizamos que a questão é política e não técnica. (Andressa Vieira)

Para além da exigência da tarifa zero, que destacamos no nível anterior, a noção de que o transporte coletivo deveria ser gerido com participação popular aparece como uma proposição mais concreta de transferência do poder decisório do Estado e da iniciativa privada para a comunidade. Aqui a materialidade no acesso a direitos e a necessidade de uma democratização da administração pública se encontram ligadas, a lógica básica parece ser a de que, sendo o transporte público um serviço de interesse da população como um todo, a melhor forma de garantir a qualidade e o alcance do serviço é através da participação popular na tomada de decisões de gestão que possuem impactos concretos na vida dos usuários, como rota, horários, frequência etc.

Maycon Freitas, por sua vez, insiste na distância dos partidos com relação às demandas da população, colocando a questão em termos de uma desilusão pessoal sua com o Partido dos Trabalhadores e com a política partidária de maneira geral

Os trinta partidos que existem no Brasil não representam a população. Votei no Lula em 2002, mas depois nunca mais. Eu me desiludi no PT. Abandonaram a bandeira da ética que era deles e, pior, acabaram inventando o mensalão. Agora, o problema não é só do PT, não. É a classe política como um todo. (Maycon Freitas)

Quando perguntado se a ideia da União Contra a Corrupção era a de acabar com os partidos, Maycon é categórico:

De jeito nenhum. Isso é o mesmo que desejar a volta da ditadura. Lutamos justamente pelo contrário disso. Queremos é uma democracia melhor. Os partidos de hoje são grupos fechados que só servem para os políticos formarem seus conluíus bem longe da vontade do povo. Desculpe, mas isso não é um regime democrático sério. A gente vê essas pessoas dizendo que são de direita, de esquerda, de centro, mas no fundo são um bando que muda de sigla para se dar cada vez melhor. (Maycon Freitas)

Se somos nós que financiamos os partidos, nada mais justo do que querer que eles se transformem em organizações abertas em que eu, você, seu pai, sua mãe, seu filho, seus amigos, coligados ou não, possamos fazer parte das discussões e fiscalizar. Eles precisam se voltar para a sociedade. Não é para isso que estão lá? Não dá mais pra esperar por essa reforma política. Ela precisa acontecer já. Chega de voto secreto para os parlamentares. Eles fazem um monte de promessas na campanha, vão ao plenário, votam como bem querem, e ninguém tem como fiscalizar se foram coerentes ou não. Também somos a favor do voto distrital (...). (Maycon Freitas)

Mesmo que as referências de Maycon sejam qualitativamente distintas daquelas dos demais entrevistados, é interessante observar que a insatisfação com a forma assumida pelo processo decisório no sistema democrático atual é muito semelhante. A ideia básica de que os partidos não representam a população e de que a administração pública deve ser horizontalizada em alguma medida encontra-se presente nos discursos de todos os entrevistados que tocam diretamente o nível administrativo, ainda que as razões que os animam possam ser distintas entre si. Voltaremos a estas distinções de fundo mais adiante, nos comentários gerais acerca da análise nos quatro níveis. Por ora, prossigamos para as questões socioculturais.

2.3.3. Nível Sociocultural

Neste nível, as questões a serem discutidas dizem respeito a representações sociais e poder. Em sua maioria tratam-se de questões ligadas à produção do comum, isto é, à capacidade que a comunidade possui de produzir seus próprios meios de socialização, sua própria cultura e seu próprio fazer político de forma autorreferida e mais ou menos horizontal. Produzir o comum é produzir as lentes através das quais a multidão e os indivíduos nela inseridos enxergam o mundo, bem como a forma por meio da qual eles se organizam.

O entrelaçamento que se desenvolve entre o nível sociocultural e o administrativo se torna evidente quando chamamos a atenção para um projeto político que tem por propósito uma radicalização da democracia, deslocando o poder do Estado para a Comunidade. Para além dessa dimensão, entretanto, é necessário reconhecer que o nível sociocultural possui um importante grau de independência e auto-referência na medida em que a própria produção do comum não se encontra necessariamente voltada para a administração da coisa pública. Nesse sentido, chamamos a atenção para o debate acerca das questões identitárias e de opressão, e para a teoria da política multi-institucional, abordada na discussão a respeito dos movimentos e das mobilizações no Apêndice B. O ponto que queremos destacar aqui é que a mobilização pela mudança nas representações sociais (compreendida pela Teoria da Política Multi-Institucional como uma exigência lançada por movimentos sociais à sociedade como um todo) também faz parte do processo de construção do comum.

Um tema recorrente neste nível foi a própria cobertura midiática a respeito

das manifestações, muitas vezes em tom acusatório. Lucas Maróstica em entrevista à Zero Hora, acusa o mesmo jornal de ter feito uma cobertura desleal das manifestações.

A capa que a ZH fez quando teve o primeiro ato na prefeitura foi lamentável. Foi uma capa extremamente mentirosa, colocou todos como baderneiros, vândalos. (Lucas Maróstica)

A partir daí o entrevistador assume um papel mais ativo, no sentido de defender a postura assumida por Zero Hora, argumentando que há proporcionalidade e idoneidade na cobertura. Maróstica concede que houve uma melhora na qualidade da cobertura, sem, entretanto, abrir mão da ideia de que o jornal foi parcial, ao menos no princípio.

Acho que, a partir da análise de que começaram uma cobertura equivocada, se abriu mais espaço. A mídia estava deslocada da realidade. Ela sabia que a população estava a nosso lado. A gente tem uma aceitação muito grande, temos um espaço que é merecido, a partir de trabalhar com veículos de comunicação, mas, tem reportagens, análises, que são equivocadas. (Lucas Maróstica)

De fato, a questão da cobertura midiática costuma estar associada à discussão a respeito do sentido da violência nos protestos. Tome-se, por exemplo, a fala de João:

Pra mim pelo menos parece que grande parte da mídia que defende a manifestação pacífica era contra as manifestações. Mas depois que a manifestação cresceu, esses que eram contra resolveram se tornar a favor. Querem manipular o povo para que nada mude. Dizem para ir se manifestar pacificamente e cercam a gente de soldado armado. O que não dizem é que manifestação pacífica não muda porra nenhuma, não serve para fazer pressão. Quem tem poder quer desinformar, transformar tudo na mesma coisa, desfile, carnaval, futebol e festa ? E a gente que paga imposto e é explorada no trabalho, a gente que tem uma saúde de merda e uma educação pior ainda, a gente que se revolta contra tudo isso - acabamos sendo tratados pelos bandidos de terno como se fossemos nós os criminosos. (João)

Esses questionamentos a respeito da mídia representam uma ideia análoga àquela expressada por Žižek a respeito do *war nam nihadam*: trata-se de uma discussão em que os *mass media* aparecem como responsáveis por negar o potencial radical dos protestos, intencionalmente distorcendo seu sentido e transformando-o em um gesto vazio e inofensivo. Andressa é bastante clara nesse sentido.

A grande mídia atende aos seus próprios interesses. Manipula a informação conforme lhe convém no momento. Vimos a mesma mídia criminalizar o movimento e em seguida tentar disputar a pauta da luta. Por outro lado, a mídia independente é essencial até por uma questão de segurança, coagindo a violência policial ao mostrar que as ações estão sendo documentadas ou denunciando posteriormente. Além do que, é essencial termos nossa própria mídia. É muito importante para os movimentos sociais essa autonomia na comunicação. (Andressa Vieira)

A questão da mídia como agente político possui um lugar de destaque na fala dos manifestantes, mas, para além disso, é importante observar que a relevância conferida à mídia na fala dos manifestantes revela um ponto subjacente, qual seja: o de que o sentido das manifestações estava em disputa. A discussão a respeito da mídia emerge precisamente por que os manifestantes temem que ela seja capaz de "pautar a luta", o que só faz sentido quando se admite que (1) a pauta da luta não está fixada *a priori* (2) a mídia possui poder suficiente para influenciar significativamente no processo de articulação discursiva que pode vir a definir as representações sociais e as demandas em jogo. Os dois pontos são explicitados na fala de Thais Carvalho.

A gente avalia que as manifestações de junho estavam em disputa, a juventude que estava na rua estava em disputa ali. Inclusive a direita estava disputando aquele movimento de canalizar ele para uma pauta conservadora em relação à campanha da PEC 37, o movimento contra a corrupção, contra o governo. E a gente avaliou que as manifestações de junho, a despeito dessa influência da mídia, teve um conteúdo progressista, que além da reivindicação do transporte, a reivindicação da juventude era por mais participação, por mais espaço para ser escutada. (Thais Carvalho)

Thais parece esforçar-se por transmitir a ideia de que, malgrado a possível variedade de discursos presentes nas manifestações, eles podem ser divididos em dois blocos, sendo um progressista e outro conservador, com a mídia a serviço do último em detrimento do primeiro.

Para o Levante ficou muito claro que aquelas mobilizações de junho tinham dois elementos muito marcantes: um era o rechaço à mídia, reconhecendo o papel que a mídia cumpre no Brasil de forma hegemônica. A mídia aqui não dá voz aos sujeitos excluídos, a mídia aqui está a serviço das classes dominantes. Inclusive, no dia 30 de agosto, nós organizamos atos em todo o Brasil em relação ao 'Fora Globo', denunciando a sonegação da [Rede] Globo e pedindo pela democratização dos meios de comunicação, então essa é a luta que a gente tem travado. (Thais Carvalho)

A postura de Lucas Maróstica acerca da disputa entre as pautas que se colocam nas mobilizações é ligeiramente diferente.

Primeiro, é um momento das massas ocuparem as ruas e, como isso não acontecia há muitos anos, cada um faz a sua pauta. Então 40, 50, 100, 200, não sabemos quantas são. A tendência é de que, agora que saiu o primeiro levante, as coisas se esclareçam. (Lucas Maróstica)

Há, uma diferença entre imaginar um cenário com centenas de pautas e argumentar que existem dois blocos de reivindicações rivais, mas é importante destacar que as duas concepções não são mutuamente excludentes. De fato, a compreensão que temos do processo de articulação discursiva parece sugerir que é perfeitamente razoável supor que centenas de discursos atomizados se aproximem de várias formas, e não seria surpreendente se uma infinidade de pautas quase individuais tomasse a forma de dois grandes discursos que, apesar de um sem número de aporias e esvaziamentos de significado, se configurassem de forma suficientemente consistente para polarizar a disputa em torno de si.

É importante observar que as questões identitárias e de opressão não ocupam um lugar de destaque na fala dos manifestantes. Elas são mencionadas de forma pontual e passageira por alguns dos entrevistados em momentos específicos, mas as exigências materiais ocupam um espaço muito maior. Os tópicos que dominam o nível sociocultural dizem respeito à posição política da mídia, ao sentido das manifestações, à horizontalidade nas relações políticas e à conexão entre o nível sociocultural e o administrativo.

Existe um conjunto de questões em que houve avanços, mas que foram acompanhadas de um conjunto de contradições, e isso impactou no ânimo da juventude, na disposição da juventude ir pra luta. Então pra gente o elemento mais positivo é que as manifestações de junho inauguraram um período novo em que a juventude se colocou com uma disposição maior para ir pra rua, para reivindicar mais direitos, o aprofundamento dessas políticas públicas que foram construídas no último período e deixando claro que tem intenção, tem vontade de construir um mundo novo, um projeto político diferente para o país. (Thais Carvalho)

Andressa Vieira destaca a horizontalidade como componente do Movimento Passe Livre para em seguida destacar a expansão dessa lógica de horizontalidade como uma das principais contribuições do movimento.

O MPL é um movimento horizontal, autônomo e apartidário. Ele se

organiza sem cargos e nem funções específicas, há rotação de tarefas e divisão igual entre os membros entre todas as funções. Isso serve pra se manter a horizontalidade. A minha (Andressa) função de dar entrevista foi escolhida pelo coletivo, que pode ser mudada a qualquer momento. Construímos textos coletivamente, até essas respostas, incluindo essa primeira, os-as outros-as integrantes do Movimento ajudaram a construir. Então sim. As respostas refletirão o coletivo inteiro, como sempre. (Andressa Vieira)

O que nós achamos que possa ter sido a maior contribuição do MPL em junho foi as pessoas perceberem que podem elas mesmas tomar frente dos problemas sociais, começar a pensar formas de melhoria e lutar pra que isso se realize, sem que estas pessoas se elejam ou tenham qualquer cargo para isso. Apesar de não nos reconhecermos como líderes de nada. Pela primeira vez uma mobilização grande ocorreu com a contribuição de um movimento composto por pessoas comuns. Esperamos que daqui pra frente as pessoas se engajem mais no futuro de suas vidas e percebam que existe política além do voto. Apesar de muitos ainda nos quererem como líderes, eles têm que perceber que somos iguais a eles e se pudemos barrar o aumento das passagens eles também podem conseguir avanços em outras áreas. É só se organizar. (Andressa Vieira)

Até aqui o que se pode observar é que, apesar das falas dos entrevistados apontarem para uma disputa acerca do sentido das manifestações (o que corrobora nossas hipóteses) há uma certa homogeneidade de conteúdo no que é dito que parece desmentir a própria alegação da disputa. Felizmente, temos Maycon Freitas como contra-exemplo. Quando o entrevistador afirma que "uma ala mais radical dos manifestantes" considera o grupo de Freitas como sendo de direita, a resposta do manifestante vem no seguinte sentido.

Não somos de direita, ou de esquerda, nem de centro. Queremos ajudar a melhorar a sociedade, e não ficar fazendo discurso. Quem diz que somos de direita é o pessoal de certos partidos que não entendem por que não nos aliamos a eles. Nessas últimas semanas, vi nas ruas muitos partidos querendo transformar um movimento que nasceu do povo em causa deles. Queriam se apropriar do protesto. Outro dia, um desses caras me abordou e perguntou: "Do que você está precisando? O que você quer? Vamos lá, a gente pode ajudar vocês". Respondi que não era esse o caminho que eu estava procurando, que me aliar a um partido significaria murchar o movimento, deixar o Brasil do jeito que está. A reação do sujeito foi do tipo "Quem ele pensa que é?". Tudo bem. Não vamos nos vender por migalhas como fez o Movimento Passe Livre. (Maycon Freitas)

Quando questionado a respeito de por que considera que o Movimento Passe Livre tenha se vendido, Maycon prossegue o raciocínio:

Foi o próprio MPL que começou tudo, e eles sempre souberam muito bem que as pessoas não estavam os seguindo só por causa daqueles 20 centavos. E de repente decidem parar por que as tarifas baixaram? E o resto das reivindicações? E o povo que os apoiou nessa luta e que esperava e espera muito mais? Como fica?

Condenamos essa atitude. Foi uma traição. Ficou bem claro pra e para a sociedade que eles sofreram pressão de alguns partidos para deixar as ruas. Nós não vamos fazer isso. Não podemos e não devemos entrar para a história como um povo que lutou por centavos. Vamos continuar nos mobilizando – longe dos partidos. (Maycon Freitas)

A partir daqui, as especificidades dos argumentos de Maycon com relação aos outros manifestantes ficam mais claras e algumas aproximações superficiais vão revelando os afastamentos que lhes subjazem. O lema "não é só por 20 centavos", que emergiu nas manifestações e que encontra eco no discurso de Maycon, pode ser entendido de duas formas diferentes.

Em um primeiro sentido, a lógica é que mesmo os 20 centavos não podem ser considerados como "só" ou "apenas" 20 centavos, pois representam algo maior e extremamente relevante. Parte-se, aqui, de uma consolidação da ideia de liberdade positiva e do transporte como direito que regula o acesso a outros direitos. Nesse sentido, não são "apenas" os 20 centavos justamente por que a revogação do aumento da passagem se reflete, principalmente para a população de baixa renda, em um maior acesso a direitos como saúde, educação etc. Em um segundo sentido, não se tratam apenas dos 20 centavos justamente por que existe uma miríade de reivindicações que são externas à questão do transporte e se encontram desconectadas dela.

Certamente, as duas lógicas não são totalmente incompatíveis (é possível conferir grande importância ao preço da passagem e ao mesmo tempo apresentar uma lista de reivindicações que não estão direta ou indiretamente associadas a sua redução) mas há uma escala gradual que, em um extremo, considera a revogação do aumento da passagem como a principal reivindicação das mobilizações e, em outro, a vê como uma questão quase insignificante em si mesma, cuja maior importância é ter servido de estopim para manifestações acerca de questões mais relevantes. A partir das falas dos manifestantes, fica claro que Maycon pende muito mais para este último polo, ao contrário dos demais entrevistados. Se outras reivindicações são mais importantes, a questão, então, se torna: que reivindicações são estas afinal de contas? A resposta vem quando Maycon realiza sua avaliação a respeito do resultado dos protestos:

Na semana passada a PEC 37 foi banida e o Senado aprovou o projeto que torna a corrupção um crime hediondo. Foi um ótimo começo. O povo finalmente acordou e não vai mais arredar o pé da rua. (Maycon Freitas)

É necessário observar que os pontos citados por Maycon como avanços importantes (a reprovação da PEC 37 e o endurecimento das leis anticorrupção) são precisamente os mesmos pontos que Thays considera como representando uma ala conservadora e de direita das manifestações. Há, portanto, uma discordância frontal e como temos demonstrado que o discurso dos demais manifestantes se aproxima, em variados graus, de valores de "esquerda" identificados com o quadro sinóptico que elaboramos aqui, torna-se cada vez mais razoável postular uma aproximação entre Maycon e um discurso de "direita".

Tal aproximação não deve, entretanto, ser compreendida em termos maniqueístas e absolutos. Nada nos autoriza a sancionar a caracterização que Thays faz de reivindicações como as de Maycon como sendo "conservadoras" – para fazê-lo, seria necessário definir com razoável grau de precisão o que significa um discurso conservador e isto possivelmente exigiria a elaboração de um segundo quadro sinóptico. Mesmo que esse procedimento fosse realizado, o que verificaríamos seria provavelmente uma aproximação pontual em questões específicas e não uma coincidência total entre a fala de Maycon e a caracterização de um discurso conservador.

Mais do que rotular o discurso como "conservador", "liberal", ou o que seja, importa é destacar os pontos de disputa que estão colocados. Essa questão, entretanto, extrapola os limites do nível sociocultural e perpassa os quatro níveis aqui colocados, de modo que preferimos discuti-la em profundidade ao final desta sessão. Por ora, passemos às discussões acerca do nível epistemológico.

2.3.4. Nível Epistemológico

Este último nível, que diz respeito a questões relativas à natureza da verdade, oferece um desafio a mais quando comparado com os níveis anteriores. O fato é que quando se trata de questões materiais, socioculturais e administrativas há um fator facilitador que não pode ser ignorado, qual seja: os próprios entrevistados discutem questões diretamente ligadas a estes níveis. O mesmo não é verdade quando se trata de epistemologia. Como seria de se esperar, as manifestações perpassam uma diversidade de temas, mas a natureza do conhecimento e da verdade não faz parte desse rol. Manifestantes reivindicaram uma maior

materialização no acesso a direitos, mudanças na consciência e na organização coletiva e reconfigurações no desenho político-institucional e no processo de tomada de decisões políticas – por outro lado, eles não reivindicaram revisões no conceito de verdade, não promoveram debates acerca da natureza do conhecimento e não formularam exigências epistemológicas de nenhuma espécie.

Isto está longe de ser inesperado. Questões filosóficas abstratas, cuja relação com a política e a sociedade não são óbvias a primeira vista, dificilmente se tornam alvo de demandas por parte de mobilizações de massa. Qualquer seja o caso, a dificuldade que se apresenta aqui não deve ser suficiente para impedir a análise: apesar da discussão direta de conteúdo relevante nos outros níveis, realizamos ali um processo de desvelo e interpretação que pode e deve (com maior dificuldade) ser realizado também neste nível. A questão que se coloca é, fundamentalmente, a seguinte: como levar a cabo este processo sem exceder os limites da interpretação, projetando na fala dos entrevistados significados que não estão lá?

Ao fim e ao cabo, a discussão aqui pode ser compreendida, de forma simplificada, como girando em torno de duas alternativas principais: ou bem a verdade é uma questão técnica, de correspondência dos enunciados com relação a uma realidade externa (posição próxima do positivismo) ou bem a verdade é uma questão ética, histórica e política, uma vez que, dada a impossibilidade de acessar a realidade externa diretamente, a correspondência dos enunciados com esta realidade importa menos do que as consequências práticas destes mesmos enunciados e do que o contexto no qual eles são produzidos.¹⁴ Ao nosso ver, como argumentamos anteriormente, cada uma dessas definições de verdade acarreta consequências políticas próprias: caso se parta da primeira definição, a consequência política mais provável é o fundamentalismo. Caso se parta da segunda, a consequência mais provável é a democracia.

Então, ausentes afirmações filosóficas explícitas sobre a questão da verdade, que tipo de conteúdo na fala dos atores poderia nos levar a identificá-los com uma ou outra postura? Uma primeira e mais óbvia tentativa seria a de procurar menções de termos como "verdade" e "mentira" e tentar inferir algum conteúdo a partir daí. Esta possibilidade foi descartada, pois julgamos que, mesmo que o discurso dos

¹⁴ Uma terceira possibilidade seria identificar duas categorias de questões: aquelas que podem ser respondidas com "verdades técnicas" e aquelas para as quais só é possível responder com "verdades políticas".

manifestantes estivesse ancorado em pressupostos não-positivistas e não-fundacionalistas, o fato de que o debate se dá em torno de questões mais práticas provavelmente faria com que considerações acerca do sentido específico da noção de verdade estivessem em segundo (ou terceiro ou enésimo) plano. Quando um manifestante afirma, por exemplo, que a mídia mente a respeito das manifestações, é pouco provável que tenha em mente um conceito filosoficamente preciso de verdade em relação ao qual opõe essa mentira. Trata-se de uma questão muito mais prática.

Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que, quando uma reportagem diz que os manifestantes perseguem o objetivo x ou conferem o sentido y para suas ações, então os próprios manifestantes estão em posição adequada para rechaçar tais afirmações se assim julgarem necessário uma vez que, do seu ponto de vista, não se trata de uma realidade externa e sim de uma realidade interna (seus próprios objetivos e anseios) caso em que a correspondência enunciado/realidade se torna muito menos problemática. Em segundo lugar, mesmo quando se trata de fatos e ocorrências reais, parece razoável afastar, pragmaticamente, as questões filosóficas e se concentrar na experiência como fonte de informação (mesmo que esta experiência seja fundamentalmente imperfeita).

Se um repórter observa policiais iniciarem um confronto violento com manifestantes, é provável que a última coisa que ele tenha em mente seja, por exemplo, a confiabilidade de seus sentidos. Filosofar sobre a possibilidade de estar alucinando, ou sendo iludido pelo demônio de Descartes, ou estar conectado a uma sofisticada simulação de realidade virtual, não adiciona nada ao processo de construção da reportagem e certamente não justifica que o jornalista procure afirmar o oposto do que julga ter observado (no caso de nosso exemplo, o reconhecimento filosófico da incerteza não autorizaria o repórter a inventar uma provocação prévia por parte dos manifestantes, que ele não presenciou).

O jornalismo, assim como a ciência, se funda em um discurso que privilegia a verdade em seu sentido mais duro, como um fator de ancoragem e legitimidade dos seus enunciados. Se assim o é, o reconhecimento da impossibilidade de aferir verdades absolutas não deve vir acompanhado de um abandono das tentativas de fazê-lo. Malgrado a impossibilidade de acessar a realidade diretamente, os esforços científicos e jornalísticos nesse sentido existem por razões práticas distintas, mas igualmente importantes. No caso da ciência, o conhecimento que se produz através

do método científico é capaz de produzir tecnologias e técnicas úteis. No caso do jornalismo, os relatos que são apresentados com pretensão de verdade podem ser usados como ponto de partida para argumentos e decisões das mais variadas. O princípio da incerteza que propomos aqui não significa, portanto, que se esteja autorizado a fabricar enunciados deliberadamente em campos cuja correspondência à realidade externa se coloca como algo relevante. Significa apenas que as verdades produzidas em tais campos devem ser consideradas dentro de suas limitações.

Não é democrático supor que a ciência possa responder e encerrar questões fundamentalmente éticas e políticas, da mesma forma que não é prudente aceitar uma única fonte jornalística como expressão da realidade. Isso diz muito a respeito de como devemos nos relacionar com a ciência ou com o jornalismo, bem como a respeito do escopo da autoridade dos profissionais desses campos, mas não autoriza que a própria lógica interna de cada campo seja violada arbitrariamente. Apresentar resultados intencionalmente distorcidos ou reportar o contrário do que se observou é, desse ponto de vista, uma mentira – não importa a confiabilidade dos métodos ou da observação. É, portanto, possível falar em "mentiras" mesmo quando não se parte de um conceito positivista e fundacionalista de verdade.

O uso de frases como "o povo finalmente acordou" poderia ser visto como expressão da existência de uma verdade monolítica, uma vez que a palavra "acordou" parece sugerir uma revelação a respeito de como as coisas realmente são, um desvelamento da verdade última. Mais uma vez, consideramos tal leitura uma extrapolação indevida. Quando o que está em questão é uma disputa política, e quando os falantes são militantes (e não acadêmicos) é pouco provável que se tome o cuidado de formular as posições e os argumentos dando atenção à precisão conceitual. Da mesma forma que um manifestante pode afirmar que a mídia é "mentirosa" em vez de dizer (de forma mais precisa, mas menos clara para o público em geral) que ela "fabrica narrativas desrespeitando o princípio da imparcialidade" ou o que quer que seja, é altamente provável que o mesmo manifestante prefira uma simples metáfora sobre dormir e acordar do que um discurso intrincado sobre a arbitrariedade e complexidade do processo de construção das posições políticas. Procurar ver nessa escolha a expressão de uma visão epistemológica seria, a nosso ver, atribuir mais peso às palavras do falante do que ele mesmo o faz e procurar nelas um significado subjacente que simplesmente não está lá.

Uma outra fala interessante, que poderia ser utilizada para documentar hipóteses no presente nível, parte de Andressa Vieira que, ao colocar a exigência do passe livre, afirma claramente que se trata de uma questão política, não técnica. A ideia aqui é a de que, apesar de ser comumente debatida a partir de discussões tecnológicas e orçamentárias, a questão do transporte deveria ser debatida a partir de discussões que partem, antes de mais nada, de princípios ético-políticos. Portanto, caso se parta do pressuposto de que o transporte é um direito ao qual toda a população deve ter acesso material, quaisquer limitações técnicas ou orçamentárias podem e devem ser superadas. A aproximação desse tipo de consideração com o nível epistemológico é clara, uma vez que a oposição técnico vs político é parte integral do debate que se coloca aqui. A posição de Andressa, ao reforçar a importância do polo político em detrimento do polo técnico, parece pender em direção de uma epistemologia da incerteza. É necessário observar, entretanto, que o que chamamos aqui de incerteza é uma posição radical que necessariamente passa por postular que todas as questões são políticas. Afirmar que a questão do transporte coletivo seja política não necessariamente equivale a afirmar que todas as questões o sejam, o que, novamente, faz de falas como essa uma base inadequada para tentar identificar posição epistemológica dos atores.

As três possíveis estratégias investigativas que sugerimos (e rejeitamos) acima partem de um mesmo engano básico: procuram identificar na fala dos atores um elemento que não está lá. Por certo, mesmo indivíduos que não pensam em termos de epistemologia e teoria do conhecimento possuem preocupações isomórficas àquelas que fazem parte dessas disciplinas e enxergam a realidade e a verdade de alguma maneira. O ponto é que esta maneira de ver as coisas pode estar elaborada de intuitiva e não-sistematizada. Voltamos à dificuldade inicial: as questões epistemológicas não estarão presentes na fala dos atores e o melhor que nos resta a fazer é tentar derivá-las a partir de sua posição a respeito de algum fator que nos possa servir de indicativo. Acreditamos que, no contexto deste trabalho, este fator sejam as manifestações violentas.

Diversos entrevistados expressam, repetidamente, a ideia de que não é legítimo julgar e condenar as formas violentas de manifestação, pois elas são produto de determinadas condições materiais de existência. Tome-se, por exemplo, a fala de Lucas Maróstica.

Em São Paulo, é outro caso, tem outras questões envolvidas. Não vou entrar na questão de quem está praticando isso, mas acho o seguinte: a pessoa não tem acesso a serviços básicos, saúde e educação. Essas pessoas ficam isoladas, tão desamparadas do poder público, de ações sociais, que cria-se uma revolta grande, que às vezes é canalizada para esse tipo de ação. (Lucas Maróstica)

Adicione-se a isto a seguinte fala de João:

Se eu to me sentindo violentado pela forma como sou tratado, se to sendo atacado por que eu que to em baixo, sou eu que tenho que ser o pacífico? Ninguém tem cancha para dizer como eu tenho que me manifestar, porque ninguém aprende pela minha pele. Só eu sei pelo que tenho passado pela falta de grana. (...) Não deixe que nenhum pacifista banque o policial contigo! Pouco importa o que a mídia diz - nossa Revolta é Legítima! Vamos lutar, sair as ruas até conseguir o Passe livre! Era isso! Obrigado! (João)

É, também, importante, chamar atenção para o posicionamento de Laura. Curiosamente, a reportagem afirma que a manifestante "procura não julgar" a ala radical, mas em seguida reproduz a seguinte fala:

Acho errado quando passam dos limites, quebrando casas, pichando prédios. Passaram do limite quando colocaram fogo nos ônibus, porque os ônibus também são nossos. Se a gente está lutando por uma redução da tarifa, é para usar os nossos ônibus. E a gente não pode queimar uma coisa que é nossa. (Laura Bittencourt)

A hipótese que formulamos a partir dos dados limitados que temos e dessa aparente incoerência é que Laura discorde, pessoalmente, das ações violentas dos manifestantes, mas não dê à sua discordância a qualidade de um julgamento moral. Trata-se, portanto, de reconhecer que há uma diferença entre considerar algo incorreto com relação a um ponto de vista específico e considerá-lo incorreto com relação a estrutura da realidade. Embora essa não seja exatamente uma formulação epistemológica, pode ser considerada uma preocupação isomórfica que se encontra em analogia com a ideia epistemológica de incerteza.

As falas de Lucas e de João, por sua vez, ligam a ação violenta dos manifestantes a suas condições de vida desfavoráveis. Ao menos no caso de João, essa conexão vem acompanhada de uma total rejeição da possibilidade de um julgamento externo legítimo da ação dos manifestantes violentos. A impossibilidade de se julgar as ações violentas deriva, na fala de João, precisamente do fato de que apenas quem passa pelo sofrimento e pela privação da exclusão é que sabe de

suas experiências e dos fatores que o levam a escolher determinado curso de ação. Embora seja bastante seguro supor que o entrevistado não estava pensando sobre epistemologia ao dar essa resposta, o sentido geral de sua afirmação é claro: indivíduos sob condições materiais de existência distintas vivem realidades diferentes e possuem, portanto, verdades particulares. Embora essa lógica não possa ser aplicada à fala de todos os entrevistados, João, Lucas Maróstica e Laura nos autorizam a afirmar que, ao menos em alguns casos, a politização da verdade está colocada pelos manifestantes – inclusive como razão básica que os legitima. Explorado este último nível, por fim, e a título de finalização do capítulo, nos resta extrair os resultados gerais que nos são possíveis de formular a partir das análises realizadas.

2.3.5. Sentidos em Disputa: consensos, dissensos e vazios

Geralmente, quando uma pesquisa acadêmica se encaminha para sua finalização, espera-se que haja a apresentação de resultados em forma de conclusões, que representam as “descobertas” e as inferências finais do autor. No caso de uma pesquisa exploratória como esta, entretanto, essa expectativa comum não corresponde e nem deve corresponder à realidade. Uma pesquisa exploratória não apresenta conclusões, em um sentido tradicional do termo, precisamente por que a própria finalização da pesquisa não é mais do que a finalização de uma etapa inicial. Nossa proposta tem sido, desde o começo, a de documentar, qualificar e formular novas hipóteses que nos permitam construir uma interpretação coerente do sentido da democracia para os participantes das mobilizações de junho, de modo a guiar futuras análises sobre o tema que, partindo destas elaborações preliminares, sejam capazes de fixar interpretações de forma menos provisória, confirmando ou refutando hipóteses que, por ora, podemos apenas declarar plausíveis.

Acreditamos que as observações realizadas nos quatro níveis de análise que definimos corroboram nossa hipótese inicial de que havia uma diversidade de sentidos em disputa, inclusive com referências e objetivos contraditórios. Ao longo deste trabalho, chegamos a destacar a possibilidade de que a própria externalidade constitutiva em torno da qual ocorre a oposição dos manifestantes e a articulação de seus discursos fosse um significativo vazio. Incapazes de

identificar uma causa principal em torno da qual os manifestantes se mobilizaram, chegamos a supor que tal causa não existiria e que as próprias mobilizações estivessem se dando em torno do vazio.

Após uma reflexão sobre os resultados da análise, acreditamos que esta caracterização possa ser precisada nos seguintes termos: o processo de articulação discursiva que se deu em torno das manifestações foi capaz de produzir um conjunto de quase-consensos, quase-vazios. São “quase-consensos” por que, dada a miríade de pautas que foi colocada, seria pouco realista supor que não haja ao menos uma discordância mínima de uma pequena minoria a respeito deles. São “quase-vazios” por que os diversos consensos superficiais ocultam dissensos a respeito do sentido mais profundo daquilo em torno do que se parece concordar. Talvez o ponto se torne mais claro com alguns exemplos.

Um primeiro quase-consenso que se poderia destacar é o do acesso a direitos. Há uma concordância geral em torno da ideia de que a população deve possuir acesso de qualidade à saúde, à educação e a outros bens e serviços. Esse consenso oculta um dissenso na medida em que o sentido conferido a este “acesso a direitos” é profundamente diverso por parte das distintas correntes de manifestantes. Em primeiro lugar, a diferença entre liberdade positiva e liberdade negativa precisa ser trazida à baila. Na fala dos entrevistados não foi possível identificar nenhuma defesa de uma noção puramente negativa de liberdade, mas as diferentes inflexões e argumentos construídos a respeito do papel do Estado (inclusive com elementos liberais clássicos aparecendo na fala de Freitas) sugerem que o escopo das liberdades e dos direitos que devem ser tratados de forma positiva varia imensamente segundo a ala das manifestações que tomamos por referência.

Então, sim, nós devemos possuir acesso a direitos, bens e serviços de qualidade – mas a partir daí há ao menos duas questões que se colocam: “quem somos 'nós'?” e “como deve ocorrer este acesso?”. A primeira questão abarca a um só tempo os níveis material e sociocultural, ao indagar quem são os sujeitos de direitos e trazer à cena a questão das minorias (mulheres, pessoas sexodiversas, negros etc). A segunda procura averiguar o escopo dos direitos que, do ponto de vista de quem formula a demanda, devem ser tratados através de uma ideia de materialidade e de liberdade positiva. As possíveis respostas a estas perguntas variam do conservadorismo ao pensamento radical de esquerda, passando pelo

extremo liberalismo e por uma miríade de posições que não podem ser rotuladas de forma simples. O consenso superficial oculta, portanto, um dissenso profundo.

Da mesma forma, se poderia falar em um quase-consenso anticorrupção. Seria, certamente, um enorme desafio encontrar algum indivíduo ou grupo que se colocasse como favorável à “roubalheira” que é, tantas vezes, apontada por atores dos mais diversos como um problema sério no Brasil. Mas, novamente, a concordância superficial parece ocultar as verdadeiras discordâncias, que são fundamentais de se levar em consideração para que se possa produzir uma análise minimamente realista da questão. A corrupção é considerada um problema sistêmico, derivado da estrutura político-eleitoral, ou é vista como uma especificidade de alguns partidos e indivíduos? O foco está apenas nos políticos corruptos ou também nos indivíduos que, a partir da iniciativa privada, mobilizam-se para corrompê-los?

Vários outros exemplos seriam possíveis. “Não é só pelos 20 centavos” significa que os 20 centavos são menos importantes do que outras demandas, ou, pelo contrário, que não podem ser considerados “apenas 20 centavos” justamente por que representam um passo na direção da materialização do acesso a diversos direitos? Por fim, poderíamos fazer referência à própria questão da democracia, colocada como central nesta pesquisa. Do começo ao fim das manifestações, clamou-se, constantemente, por uma ampliação e por um aprofundamento da democracia. Como vimos em cada um dos níveis, esse aprofundamento e essa ampliação podem significar várias coisas distintas, quando não completamente opostas.

Ao fim e ao cabo o que ficou demonstrado através das análises que realizamos nos quatro níveis foi uma série de dissensos subjacentes aos consensos superficiais que parecem se formar em torno de questões chaves. Se é verdade que, por vezes, as divergências entre os manifestantes foram irreduzíveis, é também verdade que, com igual ou maior frequência, elas se costuraram em torno daquilo que Laclau chamaria de significantes vazios. Nesse sentido, os potenciais das manifestações continuam a ser indeterminados e suas consequências ainda não podem ser totalmente medidas, mesmo mais de um ano depois.

Quanto aos valores democráticos da esquerda acadêmica que identificamos aqui, há aproximações e afastamentos entre eles e às preocupações expressas pelos manifestantes, em todos os níveis. O otimismo com relação às mobilizações

como fonte de outro mundo possível não representa, portanto, nem garantia de sucesso nem certeza de fracasso. Trata-se, em última instância, de uma aposta que implica em confiar mais no potencial auto-gestionário de produção do comum da Multidão do que no poderoso efeito de esvaziamento discursivo levado a cabo pelas disputas e construções sociopolíticas.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, realizamos uma caracterização das principais contribuições de quatro autores-chave da esquerda acadêmica contemporânea (Santos, Laclau, Hardt e Negri), elaboramos um quadro sinóptico a partir de uma noção de democracia inferida tendo por base suas obras e utilizamos este quadro como instrumento heurístico num esforço de hermenêutica diatópica entre o discurso acadêmico e o discurso das ruas a respeito da democracia. Neste processo de tradução, procuramos verificar, a partir de uma análise documental, se as preocupações expressas pelos autores em termos de uma radicalização da democracia encontravam alguma correspondência com as preocupações dos participantes.

Os resultados apontam na direção de manifestações multifacetadas, cujo sentido encontra-se em permanente disputa e cujos aparentes consensos ocultam dissensos muito mais profundos. As mesmas demandas que, no fazer e no dizer de alguns indivíduos e grupos representam uma importante aproximação com a democracia, no sentido que viemos a descrever e defender ao longo deste trabalho, representam também um afastamento quando formuladas por outros indivíduos e grupos, que atribuem a elas um sentido distinto.

A hipótese de que os sentidos das manifestações se encontravam em disputa foi corroborada reiteradas vezes a partir da análise dos quatro níveis. Reconhecendo esta permanente disputa de sentido e partindo das distinções que traçamos entre mobilizações desta natureza e movimentos sociais (vide Apêndice B), julgamos que seja produtivo lançar aqui uma nova hipótese, qual seja, a de que, mais do que uma característica particular das mobilizações de junho de 2013 no Brasil, a disputa pela construção de sentido e a formação de significantes vazios sejam características comuns a todas as mobilizações de tipo multitudinário sendo estes, justamente, dois dos principais fatores que diferenciam tais mobilizações dos movimentos sociais clássicos, sustentados em um projeto e em uma ideologia.

Em termos de perspectivas de trabalho, essa breve pesquisa exploratória nos abre alguns possíveis cursos de ação distintos que, acreditamos, valem a pena ser explorados. Em primeiro lugar, o instrumento heurístico de tradução que está no coração desta pesquisa nos chama a atenção para a possibilidade de promover um diálogo entre a ciência e o senso comum através de procedimentos científicos.

Nesse sentido, nos esforçamos por aproximar da linguagem acadêmica demandas e ideias que não são, originalmente, expressas nesses termos, visando gerar comensurabilidade conceitual entre duas práticas discursivas que operam a partir de lógicas diferentes.

É razoável supor que procedimentos como este possuam grande valor instrumental na aproximação entre a academia e a sociedade. Neste caso, poder-se-ia pensar inclusive em um modelo radicalmente anti-positivista e contra-hegemônico de pesquisa que elaborasse o instrumento de baixo para cima, isto é, de modo inverso ao que foi realizado aqui, esforçando-se por reduzir a complexidade do discurso acadêmico e procurando aproximá-lo da fala de atores sociais. A proliferação de diversos quadros de tradução e correspondência poderia vir a ter um efeito dialético e dialógico, resgatando a ideia de que as ciências sociais se constituem a partir de uma relação sujeito-sujeito e auxiliando na transformação da ciência em novo senso comum. Trata-se, evidentemente, de um processo de longuíssimo prazo.

Em segundo lugar, a caracterização parcial que fizemos de mobilizações como as de junho de 2013, parece indicar que elas são um fenômeno novo e, portanto, abre a possibilidade de que se construa um novo campo de pesquisa em torno dele. Se as teorias dos movimentos sociais não são suficientes para dar conta do fenômeno, então seria necessário produzir teorias das mobilizações, que poderiam vir a se constituir em uma nova área da sociologia política, em diálogo com as teorias da democracia e dos movimentos sociais. Julgamos que este seja outro objetivo que vale a pena ser perseguido, uma vez que as mobilizações multitudinárias parecem, cada vez mais, estar se constituindo como uma das principais formas de expressão de demandas populares. Apesar da construção de tais teorias estar muito além do escopo dessa dissertação, julgamos que a presente pesquisa, em especial as referências no Apêndice B, possam servir como apontamentos iniciais e ponto de partida para um projeto de pesquisa construído nesse sentido.

Em terceiro lugar, faz-se necessário reconhecer que, para além de estar inserido em um contexto global pós-manifestações de 2011, junho de 2013 parece ter sido o ápice de um grande ciclo brasileiro de manifestações que perdurou durante a copa do mundo e parece não ter se encerrado ainda. Há, portanto, a possibilidade de desenvolver pesquisas que continuem a investigar as mobilizações

globais no Brasil contemporâneo, com foco em seus efeitos de médio e longo prazo. Se estivermos certos e manifestações como estas continuarem a ocorrer no Brasil com a frequência que têm ocorrido nos últimos dois anos, então a compreensão delas se tornará necessariamente um elemento fundamental na compreensão do próprio Brasil. Do contrário, elas continuarão a ter um interesse do ponto de vista histórico, e da análise da conjuntura política.

Dito isto, acreditamos que a principal contribuição dessa dissertação se dá precisamente a partir da abertura das três frentes de trabalho que citamos acima. Como de hábito, a rápida transformação da realidade social surpreende e desorienta, e cabe aos sociólogos e demais intelectuais persegui-la, perplexos, em busca da formulação de teorias menos inadequadas para compreendê-la. Esperamos que, para além de um simples reconhecimento da exigência de crescimento e adaptação teórica que esta nova realidade social nos coloca, a presente pesquisa possa também ser vista como uma singela contribuição para a construção de uma ciência social mais democrática, mais humanizadora e menos colonial.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009
- ARMSTRONG, E.; BERNSTEIN, M. Culture, power, and institutions: a multi-institutional politics approach to social movements. In: **Sociological Theory**, 26:1, March, 2008.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. Ed. Parábola, 2003.
- _____. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. Edições Loyola, 1999.
- BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. **Isaiah Berlin: estudos sobre a humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BROWN, Nicholas and SZEMAN, Imre. O que é a Multidão? Questões para Michael Hardt e Antonio Negri. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2006, n.75
- BURITY, Joanildo. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Daniel Mendonça e Léo Peixoto Rodrigues (orgs). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Experiência do Movimento Operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CELLARD, André. A análise documental. **POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, v. 295, 2008.
- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. Ática, 1995.
- DERRIDA, Jacques. **A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas**. In: *Estruturalismo: Antologia de Textos Teóricos*. São Paulo: Martins Fontes, 1967.
- DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Tradução: Júlio César C. B. Silva. São Paulo: CLACSO, 2005. p.55-70
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro (RJ): Francisco Alves, 1989.

FLORES, Joaquin Herrera. **(Re)Invenção dos Direitos Humanos**. Trad.: Carlos Roberto Diogo Garcia, Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FRANCKINI, Tiago Menna. KYRILLOS, Gabriela de Moraes. Aproximações pós-marxistas ao pluralismo jurídico: revisitando o conceito de verdadeira democracia diante dos estados plurinacionais. In: **Direito e Marxismo – Transformações na América Latina Contemporânea**. Enzo Bello (org). Caxias do Sul: EDUCS, 2014, v.3, p.63-75

GELLNER, Ernest. **Relativism and the social sciences**. Cambridge University Press, 1987.

GETTIER, Edmund L. Is justified true belief knowledge?. **analysis**, p. 121-123, 1963.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado – Para além do Socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GUARESCHI, Pedrinho Org, and Sandra Org Jovchelovith. "Textos em representações sociais." *Textos em representações sociais; Texts on social representations*. Vozes, 1995.

HABERMAS, JÜRGEN. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. Leya, 2013.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. 2ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Coordenação e revisão técnica geral: Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. **Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2000.

MARKOVÁ, Ivana. *Dialogicality and social representations: The dynamics of mind*. Cambridge University Press, 2003.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. Editora Cultrix, 2004.

LARRAIN, Jorge. **Ideologia**. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N.. **Resource mobilization and social movements: a**

partial theory. American Journal of Sociology, vol. 82, no 6, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Sagrada Família ou Crítica da Crítica: contra Bruno Bauer e consortes. 2. ed. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista.** Tradução: Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

WASON, Peter C. On the failure to eliminate hypotheses in a conceptual task. **Quarterly journal of experimental psychology**, v. 12, n. 3, p. 129-140, 1960.

RORTY, Richard. **Contingency, irony, and solidarity.** Cambridge University Press, 1989.

RODRIGUES, Léo Peixoto. FRANCKINI, Tiago Menna. Notas sobre as origens marxistas da teoria do discurso. In: **Sociologia: Conexões Pertinentes.** Léo Peixoto Rodrigues e Marcus Vinicius Spolle (Orgs). 1ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPEL, 2012, v.1, p. 63-94.

RORTY, Richard. **Contingency, irony, and solidarity.** Cambridge University Press, 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência.** Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática – Volume 1. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____. **A Gramática do Tempo – para uma nova cultura política.** 3 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010

_____. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado.** Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do sul. Cortez, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais: Um ensaio de Interpretação Sociológica. In: **Cadernos de Ciências Sociais**, V. 4, nº 1. Florianópolis: UFSC, 1983.

STOLZ, Sheila. FRANCKINI, Tiago Menna. KYRILLOS, Gabriela de Moraes. Participação e Representações Alternativas nas Democracias Contemporâneas: dois fenômenos, uma abordagem. In: **Movimentos Sociais e Participação: abordagens e experiências do Brasil e América Latina.** Ilse Scherer-Warren e Lígia Helena Hahn Lüchmann (orgs.). Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C. **Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834**. *Social Science History*, no 17., 1993.

TILLY, C. **Contentious repertoires in Great Britain**. In: MARK, T. (ed.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995.

TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Rio: Paz e Terra, 1977.

WEBER, Max in: COHN, Gabriel (Og.) *Max Weber. Ensaios de Sociologia. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982. 79-127 pp.

ŽIŽEK, Slavoj. **O Violento Silêncio de um Novo Começo**. IN: HARVEY, DAVID et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012a.

_____. **The Year of Dreaming Dangerously**. Londres: Verso, 2012b.